



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E INFÂNCIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

DANUSA DANIELA DE VARGAS

CORONAVÍRUS E DESIGUALDADE DE CLASSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A
EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA COMUNIDADE JARDIM
SOLEMAR

Florianópolis

2022

Danusa Daniela de Vargas

CORONAVÍRUS E DESIGUALDADE DE CLASSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A
EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA COMUNIDADE JARDIM
SOLEMAR

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação e Infância.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vargas, Danusa Daniela de
Coronavírus e desigualdade de classe na Educação Infantil
: a experiência do Centro de Educação Infantil da
Comunidade Jardim Solemar / Danusa Daniela de Vargas ;
orientadora, Soraya Franzoni Conde, 2022.
183 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Economia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Economia. 2. Classe social. 3. Desigualdade de
Classe. 4. Educação Infantil. 5. Covid-19. I. Conde, Soraya
Franzoni . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

DANUSA DANIELA DE VARGAS

CORONAVÍRUS E DESIGUALDADE DE CLASSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A
EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA COMUNIDADE JARDIM
SOLEMAR

O presente trabalho, em nível de mestrado, foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Ivone Garcia Barbosa, Dr.^a
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof.^a Carla Rosane Bressan, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a Luciane Maria Schlindwein, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a Débora Cristina de Sampaio Peixe, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Educação.

Prof. Amurabi Pereira de Oliveira, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a Soraya Franzoni Conde, Dr.^a
Orientadora

Florianópolis

2022

Este trabalho é dedicado à minha filha, que, durante a pandemia, me ajudou a reinventar os espaços e tempos para esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha saúde. Aquele que viu e sentiu minhas angústias e alegrias.

À minha família, que sempre me apoiou, em especial à minha sogra, Nete, que desde a graduação em Pedagogia tem sido as minhas mãos, o meu colo e a voz a embalar minha filha, enquanto eu, angustiada, vivenciava a experiência da graduação, dos estágios, da maternidade, do exercício de ser professora e do processo de mestrado. Se eu consegui, foi porque essa guerreira me sustentou.

Ao meu sogro querido, por também estar presente na educação da minha filha e por me levar a campo todos os dias, sempre disposto e prestativo. Obrigada por tudo e por tanto!

Aos meus pais, que, mesmo distantes fisicamente, me confortavam nas conversas pelo celular e buscavam, apesar das dificuldades enfrentadas na pandemia, me dar apoio e incentivo. Obrigada por me fazerem sentir importante para vocês.

Ao meu companheiro de vida. André, obrigada pela paciência, quando as demandas eram tão grandes que me roubavam o humor e a presença. Você acreditou mais em mim do que eu mesma. Te amo.

À minha filha, que me ensina tanto a cada dia. Maria Luiza, você suavizou minhas demandas, minhas angústias, me trazendo paz! Foi com e por você que voltei a ser criança, que voltei a sonhar, a imaginar, a brincar no chão, a sentir o cheiro da grama, da terra molhada, da lama. Você me fez aprender a esquecer as milhares de tarefas a cumprir. Foi você também que me fez mais próxima dos sujeitos dessa pesquisa, que me possibilitou, ao sentir as inúmeras demandas durante a pandemia, ter uma pequena noção das dificuldades que muitas famílias e crianças têm passado. Obrigada, Malu!

Ao meu irmão, pelo seu senso de humor, por sua incrível arte de me fazer sorrir e também por ser um tio incrível.

Aos meus cunhados e cunhadas, que sempre foram ouvintes de minhas angústias e sempre estiveram dispostos a ajudar e também por serem tios e tias maravilhosos para minha filha. Obrigada por vocês sempre estarem presentes nos momentos de que mais necessitei.

A todos os amigos e familiares que me deram apoio e incentivo, mesmo a distância. Às minhas amigas do tempo da graduação que permanecem em minha vida, obrigada por celebrarem meu ingresso neste processo e continuarem me apoiando, mesmo distantes. Adoro vocês!

À educação pública brasileira, gratuita e de qualidade. Aos professores da Universidade Municipal de São José (USJ), pelo incentivo no tempo da graduação e no início desta etapa.

Ao nosso grupinho do mestrado, Amanda, Daniela, Izzie, Mariana e Karine, por partilharem as angústias e conhecimentos, por serem uma base muito importante em minha formação.

Ao Grupo de Estudos Trabalho Educação e Infância (Getei), em especial à professora Soraya e às colegas Ana Marochi, Ana Paula, Karina, Natalia, Rafaela, Suzana e Vanessa. Obrigada pelos nossos encontros, que se estenderam durante a pandemia, de forma *online*, e muito contribuíram para esta dissertação. Obrigada por me fazerem sentir acolhida e pela partilha de conhecimento, vocês são demais!

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (Gepoc), que, no início de minha trajetória no mestrado, me oportunizou grandes aprendizados sobre o modelo universitário brasileiro. Nossos encontros me possibilitaram inúmeras reflexões, frutificadas na forma do nosso E-book. Sou grata pela oportunidade e pelos aprendizados.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde, pela acolhida, pelos ensinamentos e também pelos puxões de orelha. Suas contribuições e seu acompanhamento no percurso deste trabalho foram fundamentais. Obrigada por tudo.

À diretora do Centro de Educação Infantil, Karla, por me autorizar a realizar a pesquisa em tempos de pandemia. Sem você nesse lugar, nada disso seria possível. Para além de ser uma profissional muito competente, você é sensível com a dor do outro, com a fome, com a pobreza e tenho certeza de que as famílias são gratas por poderem contar contigo, sempre! Obrigada!

A todas as profissionais, professoras, auxiliares de ensino, auxiliares de limpeza e cozinheira, por aceitarem dividir comigo esse espaço. Obrigada pelo acolhimento e pela cooperação em todos os processos desta pesquisa.

À Dona Jane, pelo seu enorme coração e por ter me acolhido nesta pesquisa, partilhando comigo sua história de vida e de luta!

A todas as famílias que fizeram parte desta pesquisa. Agradeço por deixarem suas rotinas e se disponibilizarem a participar por um momento deste estudo.

À banca examinadora, pelas pertinentes considerações.

A todos os amigos que, de forma direta ou indireta, estiveram comigo nesta etapa. Obrigada; não nos fazemos sozinhos, mas sim coletivamente.

Figura 1 – Crianças e infâncias



Fonte: acervo da pesquisadora (abr./2021).

Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado) (BOAVENTURA, 2020).

RESUMO

Esta pesquisa é produto de questionamentos e reflexões oriundas da experiência profissional da autora como professora no Centro de Educação Infantil da comunidade Jardim Solemar, pertencente ao município de São José, em Santa Catarina. Tem por objetivo geral conhecer os efeitos da pandemia de Covid-19 na vida das famílias e das crianças da classe trabalhadora. Os objetivos específicos concentram-se em: revisar a produção bibliográfica sobre a desigualdade social, classe, Educação Infantil e Covid-19; verificar, dentro do referencial teórico eleito, pesquisas e estudos sobre classe social e desigualdade social, e o modo como se correlacionam com a infância e com o processo de escolarização, destacando suas contribuições para este estudo; conhecer as estratégias utilizadas pelas famílias do Jardim Solemar para a educação das crianças no contexto de pandemia; analisar as estratégias de sobrevivência das famílias do Jardim Solemar durante a pandemia. Esta pesquisa utiliza como base para suas análises o método materialista histórico-dialético e ancora-se em investigação bibliográfica e pesquisa de campo, à luz da teoria do trabalho, compreendendo-o como um conceito que ocupa posição central nas obras de Engels (1986), Federici (2017), Marx (2004, 2008, 2011), Marx e Engels (2007), Stetsenko (2019) e Thompson (2002). O objeto de investigação, dentro da abordagem qualitativa, configurou-se como pesquisa social crítica. Entre as análises, destacamos que a Educação Infantil em tempos de pandemia tem excluído parte das crianças residentes nessa comunidade, e que essa exclusão tem contribuindo para a reprodução da exploração de trabalhadores no sistema capitalista.

Palavras-chave: Classe social. Desigualdade de Classe. Educação Infantil. Infância. Covid-19.

ABSTRACT

This research is the product of questions and reflections arising from the professional experience developed as a teacher at the Child Education Center in the Jardim Solemar community, belonging to the municipality of São José, in Santa Catarina. Its general objective is to know the effects of the pandemic caused by covid-19 on the lives of working class families and children. The specific objectives focus on: reviewing the bibliographic production on social inequality, class, Early Childhood Education and covid-19; to verify, within the theoretical framework chosen, research and studies on social class and social inequality, and how they correlate with childhood and the schooling process, highlighting their contributions to this research; know the strategies used by families in Jardim Solemar for education of children in the context of a pandemic; to analyze the survival strategies of Jardim Solemar families during the pandemic. This research uses as a basis for its analysis the historical and dialectical materialist method and is anchored in bibliographic research and field research, in the light of the theory of work, understanding it as a concept that occupies a central position in the works of Engels (1986), Federici (2017), Marx and Engels (2007), Marx (2004, 2008, 2011), Stetsenko (2019) and Thompson (2002). The object of investigation, within the qualitative approach, was configured as a critical social research. Among the analyses, we highlight that early childhood education in times of a pandemic has excluded part of the children residing in this community, and that this exclusion has contributed to reproducing the exploitation of workers in the capitalist system.

Keywords: Social class. Class Inequality. Child education. Childhood. Covid-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crianças e infâncias	0
Figura 2 – Mapa da rua da comunidade Jardim Solemar	39
Figura 3 – Mapa da localização do CEI pertencente à Igreja Evangélica Assembleia de Deus – São José (SC).	95
Figura 4 – Subindo o morro	97
Figura 5 – Quase chegando ao CEI	98
Figura 6 – Chegando ao CEI e quase no fim do morro: fachada atual do CEI Professora Rosângela Regina de Oliveira Caldas	99
Figura 7 – Incêndio na casa de uma criança do CEI	101
Figura 8 – Caderno de Registros Dona Jane (A e B)	116
Figura 9 – Parte externa da Casinha (A e B)	117
Figura 10 – Quadro da sala	117
Figura 11 – Faixa da Pastoral da criança no interior da Casinha	118
Figura 12 – Don Vilson na parede da Casinha	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade do pai.....	105
Gráfico 2 – Escolaridade da mãe	105
Gráfico 3 – Renda declarada – pai.....	106
Gráfico 4 – Ocupação declarada – pai	106
Gráfico 5 – Renda declarada - mãe.....	107
Gráfico 6 – Ocupação Profissional da mãe.....	107
Gráfico 7 – Quantidade de filhos por família	109
Gráfico 8 – Famílias beneficiárias e não beneficiárias do programa Bolsa-Família	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo descritor: Covid-19 (continua).....	44
Quadro 2 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos descritores: desigualdade social e educação Infantil (continua).....	54
Quadro 3 – Nomeação das famílias entrevistadas.....	140
Quadro 4 – Caracterização econômica das famílias entrevistadas.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Abong	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ceasa	Centrais Estaduais de Abastecimento (hortifrutigranjeiros em geral)
CED	Centro de Ciências da Educação
CEI	Centro de Educação Infantil
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CF	Constituição Federal
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNE	Conselho Nacional de Educação
Covid-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
Cras	Centro de Referência e Assistência Social
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
EAD	Ensino a distância
Ebia	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Espin	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Gepoc	Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica
Getei	Grupo de Estudos Trabalho Educação e Infância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MST	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PBF	Programa Bolsa Família
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPGE	Programa de Pós Graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PTCR	Programa de Transferência Condicionada de Renda
PUC-SP	Pontificia Universidade Católica de São Paulo
RH	Recursos Humanos
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SARS-CoV-2	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecidas
TDIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TMT	Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho
UCS	Universidade de Caxias do Sul
Uefs	Universidade Estadual Feira de Santana
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFP	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ UNAS	Associações dos Moradores de Heliópolis e Região do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Umesp	Universidade Metodista de São Paulo

Unas	União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região – São Paulo
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unifesp	Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de São Paulo
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPF	Universidade de Passo Fundo
USJ	Universidade Municipal de São José
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	CAMINHO PESSOAL E ACADÊMICO: O NASCER DE UMA PESQUISADORA	24
1.2	CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	32
1.2.1	Apresentação do campo da pesquisa: comunidade Jardim Solemar	38
2	UM BALANÇO SOBRE OS ESTUDOS DE CLASSE, EDUCAÇÃO INFANTIL E PANDEMIA	41
2.1	REVISÃO DE LITERATURA	41
2.1.1	Definições das palavras-chave:.....	41
2.2	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	42
2.2.1	Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): Covid-19.....	43
2.2.2	Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): ‘desigualdade social’ e ‘educação infantil’	51
2.2.3	Pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	64
2.2.4	Contribuições da Revista de Zero-a-Seis: <i>Crianças e suas infâncias em tempos de pandemia</i> (edições 2020 e 2021)	66
3	DO PROBLEMA SOCIAL AO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO NOS ESTUDOS DE CLASSE: FAMÍLIA, INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E PANDEMIA	69
3.1	A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	69
3.1.1	A família trabalhadora na história.....	72
3.1.2	Infância como categoria de estudo: a infância da classe trabalhadora.....	75
3.1.3	A Educação Infantil como direito universal: uma análise sob a ótica da luta das mulheres da classe trabalhadora	84
3.1.4	A pandemia e a Educação Infantil: algumas considerações	90
3.2	OS EFEITOS DA COVID-19 PARA AS FAMÍLIAS E CRIANÇAS DA CLASSE TRABALHADORA DA COMUNIDADE JARDIM SOLEMAR.	91
3.3	CAMINHOS E DESAFIOS DA PESQUISA DE CAMPO: QUANDO OS OLHOS SE ENCONTRAM	93
3.3.1	Trajetória histórica da educação das crianças: conhecendo a ONG Arthur Montanha - (CEI Solemar)	95
3.3.2	Adentrando a comunidade e subindo o morro: conhecendo o CEI Rosângela Regina de Oliveira Caldas – (CEI Solemar).....	97

3.3.3	Descrição física do CEI e a perspectiva do ensino.....	102
3.3.4	Perfil socioeconômico das famílias da comunidade pesquisada.....	103
3.4	CONTEXTOS DE VIDA E HISTÓRIA DA COMUNIDADE JARDIM SOLEMAR: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA CONTRA A FOME E A MISÉRIA ESCRITA PELO CORAÇÃO	111
3.4.1	O coração da comunidade Jardim Solemar: Dona Jane	112
3.4.2	Relatos de uma vida.....	113
3.5	A PANDEMIA NA COMUNIDADE JARDIM SOLEMAR.....	132
3.5.1	Os efeitos da Covid-19 na vida das famílias e das crianças da comunidade Jardim Solemar	137
3.5.2	Desigualdades sociais e seus efeitos na consciência dos sujeitos.....	142
3.5.3	Conhecendo os efeitos da Covid-19: mas a classe trabalhadora tem condições de ficar em casa?.....	143
3.5.4	Os efeitos da pandemia nas relações com o trabalho	146
3.5.5	A nova rotina sem o Centro de Educação Infantil: a pedagogia da fome	147
4	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	158
	REFERÊNCIAS	170
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com a diretora do CEI	183
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com as famílias.....	184

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa¹ teve como ponto de partida a Educação Infantil da classe trabalhadora da comunidade Jardim Solemar. Investigamos, por meio de uma pesquisa qualitativa, como as famílias foram impactadas pela pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid-19) e como organizaram suas vidas, impossibilitadas de deixarem seus filhos na instituição de Educação Infantil.

Temos acompanhado, diariamente, em diferentes setores sociais, a tentativa de nos condicionarem ao ‘novo normal’ como indicativo de enfrentamento à crise econômica durante e após a pandemia. Porém, também temos assistido, por meio de outros setores sociais, às contradições que são impostas à grande massa de trabalhadores assalariados, dadas, entre outros definidores, pela precarização do trabalho, pela diminuição das garantias dos direitos trabalhistas e pelo número expressivo de trabalhadores autônomos e desempregados.

É fato que a crise econômica em nosso país já estava em curso, mas a pandemia evidenciou substancialmente a fragilidade econômica dos grupos sociais desapossados economicamente, como os moradores das periferias dos grandes centros urbanos, os moradores de aglomerados e favelas, os moradores de rua, os ribeirinhos, os indígenas, os moradores do campo e os demais grupos que contam com o auxílio de assistências sociais para a sobrevivência.

Nesse sentido, o que está sob análise é o conjunto de relações que, somadas à pandemia, evidenciam a crise econômica e política do nosso país. E, neste cenário caótico, encontram-se, de um lado, os vários segmentos sociais que, historicamente, trazem em seu percurso as profundas marcas de desigualdades sociais e, de outro, as disputas políticas dadas pela hegemonia do modelo de produção capitalista de nossa sociedade.

Baseamo-nos no pressuposto de que a realidade se apresenta dentro de um período e de contextos históricos heterogêneos e também contraditórios, bem como de que os processos anteriores produziram a realidade de agora e que é necessário compreender suas “relações, processos e estruturas” (IANNI, 2011, p. 10). Para isso, esta pesquisa utiliza como base para suas análises o método materialista histórico-dialético e ancora-se em investigação bibliográfica e pesquisa de campo.

Assim, como é necessário conhecer os processos históricos anteriores, torna-se igualmente importante compreender a realidade em que o fenômeno se desdobra. Dessa

¹ A presente pesquisa de mestrado foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes).

maneira, houve a necessidade de partirmos a campo, pois o fenômeno não pode ser conhecido imediatamente, em virtude das diversas faces com que se apresenta.

A pesquisa busca instigar a reflexão acerca dos processos históricos que demarcaram a nossa sociedade nesse antagonismo de classes sociais, pois, “[...] na verdade, a realidade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desmascarados, desvendados; daí esse percurso contínuo entre o que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo, entre o singular e o universal” (IANNI, 2011, p. 3).

O estudo da pandemia apenas sob a ótica do fenômeno, deslocado de seu contexto histórico, político, econômico, social e real, não traria elementos suficientes para alavancar os processos de reflexões, nem instigar, de forma concreta, os processos de mudanças, “[...] esse concreto que explica essa categoria, que interpreta, o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. Logo, unidade da diversidade” (IANNI, 2011, p. 8).

Os estudos envolvendo a classe social, que é o ponto de partida desta pesquisa, tornaram-se mais evidentes quando Karl Marx (1818-1883), no século XIX, dedicou-se a analisar os períodos históricos pelas relações de poder estabelecidas pelo viés econômico. Em seus estudos, observou que, em todas as passagens históricas, os conflitos existentes entre os grupos terminavam ou pela transformação completa da sociedade, ou pela aniquilação das classes em conflito: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX, 2008, p. 10).

Esses estudos evidenciam que, após o declínio da sociedade feudal, a nova organização política e econômica que surgia não extinguiu as contradições de classe já existentes, pelo contrário, aumentou as contradições e desigualdades dentro deste novo modelo de organização social. Porém, com esse processo, inovou seus sistemas de opressão e de luta sobre as antigas classes. Nesse sentido, a “nova era” teria “simplificado” as relações sociais, quando, com o passar do tempo, essas diferentes classes se dividiram, “[...] cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX, 2008, p. 11). Assim, a burguesia foi revolucionária quando “[...] dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca [...] por uma determinada liberdade, a de comércio. [...] no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca” (MARX, 2008, p. 14).

Com a chegada dessa nova organização econômica e política, foi necessário estruturar as formas de vida ali existentes, para que pudessem, de alguma maneira, colaborar com a execução desse novo arranjo de sociedade, alterando de forma drástica a organização

comunitária dessas famílias e suas relações com o mundo do trabalho, tanto nas formas objetivas quanto subjetivas, e dessas novas relações com o trabalho que se estabeleceram, difundiram-se as relações de classe entre a burguesia e o proletariado (ENGELS, 2010a; MARX, 2008; THOMPSON, 2002), promovendo ou acentuando as desigualdades sociais e econômicas.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2020), as desigualdades sociais são mensuráveis quando, ao analisar os eixos: distribuição de renda, educação, trabalho, habitação, etc., verificar-se a ausência de equilíbrio no padrão de vida de seus habitantes. Essa ausência de igualdade social pode manifestar-se pela má distribuição de renda promovida com a acumulação de riqueza de alguns pela exploração da força de trabalho de muitos, permitindo, dessa forma, que a riqueza e a miséria coexistam.

A desigualdade econômica expressa-se também na Educação Básica, quando percebemos que, nos processos de escolarização, havia diferenciações sobre quem deveria ser escolarizado e o tipo de escolarização promovido pelos diversos discursos e ideologias sobre a concepção de infância hegemônicas ao longo dos anos e pela ideia da preparação da criança (pobre) para o trabalho (BOTO, 2002; KUHLMANN JR., 1998; PILOTTI, RIZZINI, 2011). A história do processo de institucionalização da escolarização de massas em nosso país revela que a educação foi um projeto idealizado pela classe dominante com o objetivo de transformar os sujeitos (pobres) em trabalhadores no futuro (PILOTTI, RIZZINI, 2011).

Para além das desigualdades econômicas, as desigualdades sociais manifestam-se também na ausência de igualdade entre os gêneros, as etnias e raças, as gerações, as religiões e as culturas, entre outros fatores. Por exemplo, as mulheres negras sofrem muito mais opressão de classe, porque também sofrem com a questão racial e sexista, além dos(as) imigrantes e de religiosos de confissões não hegemônicas (TAYLOR, 2018).

Os descritores históricos nos levam a compreender que a ausência de igualdade econômica impacta o sujeito tanto em sua individualidade quanto em sua coletividade, e, nesse sentido, é a condição econômica que determinará sua forma de estar no mundo com mais ou menos direitos (MARX, 2008).

Destacamos ainda que, ao adentrar a história, percebemos que, durante muito tempo, os estudos em torno da população pobre ou desvalida não partiam de análises e estudos sociológicos, antropológicos ou políticos; suas produções descreviam esses sujeitos tendo como ponto de partida o problema social – a pobreza –, mas sem considerar o conjunto de fatores (econômico, político, social, cultural, etc.) que produziam tais desigualdades.

Também é possível perceber também que, quando a literatura descreve esses sujeitos, na grande maioria das vezes, eles não são brancos, não possuem uma estrutura familiar ‘padrão’ ou estável (como aquelas previstas pela religião predominante), não possuem bens, nem acesso à educação formal, tampouco qualificação profissional, já que o acesso a essas categorias lhes foi negado, o que fez com que fossem comumente descritos como “não civilizados”, muito embora se trata-se apenas de despossuídos (PILOTTI; RIZZINI, 2000). Todos aqueles que fogem do padrão social hegemônico, seja pela cor, seja pelos traços ou características físicas, pelos modos de comportamento e também por sua condição de pobreza, são considerados inferiores e carregam o peso histórico dessas desigualdades. “Assim, a primeira geração de não escravizados(as), juntamente com mestiços e indígenas, foi considerada cidadãos de segunda categoria, responsabilizados e culpados pelos males da nação brasileira” (BATISTA *et al.* 2019, p. 455).

Somado aos descritos históricos, atualmente, estamos sendo acometidos por duas crises: uma econômica e a outra sanitária. Desde 2020, estamos todos condicionados a uma nova realidade: a expansão da pandemia de Covid-19 escancarou a terrível e cruel desigualdade social e econômica entre as classes sociais, historicamente naturalizada e aceita por grande parte da sociedade e das instituições do Estado.

O *Boletim de Conjuntura* do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos, na edição de número 27 (DIEESE, 2021), de março de 2021, revela os reflexos da crise econômica no Brasil. A queda do Produto Interno Bruto (PIB) veio acompanhada de inúmeros efeitos sociais no tocante ao aumento das desigualdades econômicas e suas contradições, como, por exemplo: o *ranking* divulgado pela revista *Forbes*, recentemente, “[...] revelou os 10 novos brasileiros no clube dos sete dígitos. Juntos, os novatos detêm um patrimônio consolidado de US\$ 21,2 bilhões, 9,6% da fortuna total dos 65 brasileiros, de US\$ 219,1 bilhões” (CALAIS, 2021) expressando, com isso, o aumento da pobreza real no Brasil.

Recentemente, tivemos a notícia de que o Banco do Brasil anunciou o fechamento de 312 unidades de atendimento, entre agências e postos de atendimento, o que acarretará a redução de aproximadamente 5 mil postos de trabalho.

Outra indicação de aumento do desemprego foi o encerramento das plantas industriais da empresa Ford em nosso país, que culminou no “[...] fechamento de 5 mil postos de trabalhos diretos e, potencialmente, outros 110 mil indiretos e induzidos” (DIEESE, 2021).

Assim, a pandemia acentuou a crise econômica já existente, provocando transformações gigantescas no mundo do trabalho e atingindo a classe trabalhadora assalariada com diferentes intensidades, porém de forma mais acentuada os trabalhadores

informais, sem vínculo empregatício e sem direitos trabalhistas, portanto impossibilitados de estar em quarentena.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua,), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020b), no tocante à ocupação, 13,9% das pessoas estavam desocupadas no 4º trimestre de 2020 e a média do ano alcançou 13,5%, a maior desde 2012. Em virtude da não realização do Censo 2020-2021, é possível que esses dados sejam bem maiores do que os descritos nesta amostra, o que pode ser constatado no aumento da pobreza e da desigualdade social, como demonstram os dados que evidenciamos anteriormente.

Os sujeitos residentes na comunidade onde foi realizada nossa pesquisa de campo, em sua maioria, são trabalhadores informais, o que nos impeliu a pesquisar como a pandemia afetou a vida de suas famílias. Sabemos que, para a prevenção do contágio por Covid-19,² são necessárias mudanças na rotina das famílias: como o uso de álcool em gel e de máscaras, bem como a recomendação para ficar em casa. Percebemos que tais medidas são praticamente impossíveis de serem respeitadas por muitas das muitas famílias brasileiras, como as residentes na comunidade pesquisada, por não possuírem direitos ou condições básicas de vida como emprego, saúde e moradia.

É urgente e necessário que as pesquisas apontem a historicidade das desigualdades econômicas, tão comuns nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, mas que se tornaram invisíveis ou naturalizadas, uma vez que se tornou lugar comum o discurso meritocrático que explica a origem da pobreza como consequência de uma diferença cultural, segundo o qual as pessoas são pobres por não terem estudado, trabalhado ou se esforçado suficientemente, como se a pobreza fosse uma escolha pessoal ou um reflexo de um comportamento individual dos pobres, reproduzindo-se, com isso, a naturalização dessas desigualdades.

Assim, para a organização da escrita desta dissertação, o texto foi dividido em capítulos, com vistas a apresentar de forma geral a introdução, o caminho pessoal e acadêmico, bem como o momento em que autora apresenta o traço e a temporalidade desta escrita, seguidos de uma articulação da pesquisa à conjuntura política atual, que se desdobra na problemática, nos objetivos pretendidos e no caminho metodológico.

² Cada vez que este texto menciona as palavras ‘Covid-19’, ‘pandemia’, ‘coronavírus’ ou ‘crise sanitária’, refere-se ao agente causador, cujo nome científico é Severe Acute Respiratory Syndrome *Coronavirus 2*, ou SARS-CoV-2, e à doença por ele causada, que é a *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19). Em seu uso popular, costuma ser tratada por Covid-19 ou simplesmente por coronavírus. Seu *status* como pandemia foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020.

No segundo capítulo, apresentamos o levantamento das produções científicas em livros e artigos, bem como algumas teses e dissertações obtidas nos repositórios científicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além de algumas contribuições da revista eletrônica *Zero-a-Seis*, nas edições de 2020/2021.

No terceiro capítulo, abordamos sob a ótica da classe trabalhadora as principais categorias de pesquisa, obtidas a partir do referencial teórico apresentado no capítulo anterior, a saber: ‘classe social’, ‘família’, ‘infância’, ‘educação infantil’ e ‘pandemia’, as quais norteiam a análise e a interpretação dos dados colhidos em campo.

No quarto e último capítulo, apresentamos o campo empírico, com o aprofundamento da análise em si, por meio do estudo das relações existentes entre os diversos indicadores relatados pelas famílias entrevistadas. Na sequência, verificamos a consistência teórica dos resultados alcançados e, finalmente, partimos para as considerações iniciais a que os resultados levaram.

1.1 CAMINHO PESSOAL E ACADÊMICO: O NASCER DE UMA PESQUISADORA

A gente só conhece bem as coisas que cativou – disse a raposa. – Os homens não têm mais tempo de conhecer alguma coisa. Compram tudo pronto nas lojas. Mas não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. Se tu queres um amigo, cativa-me! (SAINT-EXUPERY, 2015, p. 67).

As motivações para a escolha desta temática partem dos anseios vividos como professora temporária da Rede Municipal de Ensino de São José, que me possibilitaram experimentar o outro lado da história, no qual se encontra a população que habita a comunidade Jardim Solemar, comumente criminalizada pela mídia, pela polícia e pela população em geral.

A escolha da temática de pesquisa também se entrelaça com as minhas vivências como filha-mulher-mãe-professora-pesquisadora pertencente à classe trabalhadora, sob o controle das narrativas e dos discursos que recaem sobre meu corpo e sobre os corpos dos sujeitos da comunidade Jardim Solemar, das narrativas que se entrecruzam através da minha travessia pelo campo profissional, relatando os tempos vividos lá.

Por meio das experiências vividas como professora na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São José, na ação pedagógica consciente entre o cuidar e o educar, a falta de condições materiais das famílias e crianças que atendíamos causavam-me desconforto, inquietudes, frustrações, revoltas e tristezas, que acabaram por me conduzir à

problematização dessa realidade, cuja aparência eu conseguia vislumbrar nas relações que estabelecia com tais famílias e crianças. No pensar e no repensar prático, entrevi como poderia, de alguma forma, contribuir para a transformação social daquela realidade.

O trabalho profissional em comunidades como esta, que intitulo como esquecidas,³ teve início no ano de 2018, quando fui chamada pela Prefeitura para trabalhar no Centro de Educação Infantil (CEI) Professora Rosângela Regina de Oliveira Caldas (Solemar), cujo bairro ficava próximo à minha residência.

Na escolha da vaga, fui informada pelo setor de Recursos Humanos (RH) da Prefeitura, de antemão, que lá não subia ônibus, em razão da dificuldade de acesso, e que teria que ir de carro próprio ou a pé. Informaram-me também que este local, além de difícil acesso, costuma não ter ambientes adequados para estacionar os carros, em virtude da estreiteza de suas ruas e da falta de segurança. O RH questionou-me, reiteradas vezes, se eu ‘conhecia o lugar’, pois era o primeiro ano em que a Prefeitura assumia esta instituição, antes mantida por uma Organização não Governamental (ONG) associada à Igreja Evangélica da comunidade, que atendia 57 crianças. Logo percebi que havia uma fronteira, uma parede invisível que dividia o meu bairro daquela comunidade. Na primeira vez em que subi o morro, durante o percurso, ouvi vozes, vi e senti olhares curiosos e desconfiados com a minha presença. Senti-me vigiada.

Na condição de professoras, percebemos, nas entrevistas realizadas com as famílias, que, na busca por melhores condições de vida, muitas famílias migraram do interior do Estado e de outros Estados para a Grande Florianópolis, estabelecendo residência na comunidade do bairro Jardim Solemar e mediações.

Algumas residências não possuem alvará e, por consequência, tampouco serviços de água ou luz. Existem também casas com instalações precárias, que apresentam os mais diversos problemas com saneamento básico, principalmente no que diz respeito ao acesso de água potável e ao tratamento do esgoto doméstico. Com o acesso a esse bairro, pude conhecer a organização da comunidade e tive a certeza de que, realmente, no início, estava sendo

³ Utilizo essa palavra por compreender que, desde a estruturação deste modelo de sociedade, os pobres foram utilizados como um meio para um fim, um meio para possibilitar a produção em larga escala e a acumulação. Nesse sentido, as políticas públicas, dentro deste arranjo estrutural, dispõem de mecanismos que condicionam medidas paliativas, como a distribuição de cestas-básicas e o fornecimento do auxílio Bolsa-Família, entre outros, que ajudam as famílias de forma pontual, mas não efetiva, pois não alteram suas bases. Não há como ser efetiva dentro do sistema capitalista. Assim, comunidades esquecidas e estigmatizadas como esta, em que a pesquisa de campo se desdobrou, contam apenas com a solidariedade. Esta tem sido a palavra de ordem contra as condições impostas pelo sistema. Apesar de nos apontar mais uma contradição entre a imediata necessidade de assistência e a promoção da equidade social, é a solidariedade o que tem permitido, historicamente, a sobrevivência destes grupos.

vigiada. A vivência em meio à violência, o fechamento do ‘morro’ em ações policiais que impediam o acesso das pessoas, quando ‘ninguém subia e ninguém descia o morro’, assim como o tráfico de drogas, fazem parte da realidade dessa comunidade. Aos poucos, nossos corpos foram se familiarizando, e com o passar dos dias foi possível ver, para além das aparências, aquele lugar.

Em nossas rotinas, ao receber as crianças na porta, na maioria das vezes trazidas por irmãos pouco mais velhos ou por primos, muitas vezes com fome, com roupas inapropriadas para a estação do ano, com condições de higiene precárias e saúde fragilizada, éramos afetadas de diferentes formas. De forma coletiva, organizávamo-nos para arrecadar doativos como alimentos, materiais de higiene, roupas, etc. Conversávamos com a equipe do posto de saúde, para que as nossas crianças pudessem ter prioridade de atendimento, o que nem sempre era fácil, uma vez que eram muitas as demandas da comunidade.

Assim, com o tempo, nem meu olhar nem meu corpo adentravam esse lugar da mesma forma, porque, do lado de lá, após nove meses de trabalho como professora, construímos pontes, fortalecidas por laços de solidariedade, de afeto e de cuidado, que partilhávamos entre famílias e crianças.

Em minha trajetória acadêmica, os estudos envolvendo a compreensão de classe se aprofundaram em 2019, quando, a convite de minha orientadora, Prof.^a Soraya F. Conde, passei a frequentar o Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e Infância (Getei). Este grupo foi criado em 2015, por iniciativa de docentes, mestrandos(as) e graduandos(as) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, na busca por desvelar a realidade, debruçaram-se nos estudos relacionados às especificidades da infância e da mulher no mundo do trabalho, alinhadas à perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético como pressuposto de análise. O Getei funciona como um subgrupo do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT), fundado há mais de vinte anos no Centro de Ciências da Educação (CED) da UFSC.

Acolhida por esse grupo de pesquisa, realizamos diversos estudos, relacionados às seguintes temáticas: infância, mulheres, raça e cultura, que, interligados à classe, promovem inúmeros questionamentos e nos levam à reflexão crítica sobre a realidade vivida, em suas diversas dimensões e particularidades. Ao sair do campo da aparência meramente abstrata, foi possível realizar uma análise concreta da infância e de suas correlações de classe, essenciais para a ampliação dos estudos sobre essa comunidade. No decorrer do processo de análise, novas relações entre a totalidade e a particularidade, e entre estas, a desigualdade econômica e

a infância, oportunizaram-me uma maior compreensão sobre a teoria marxista e seus pressupostos.

Outra inserção importante para minha formação acadêmica foi a experiência no Grupo De Estudos Questões Urgentes da Universidade, pertencente ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica (Gepoc), que também me possibilitou longas reflexões em torno da compreensão dos elementos que, ao longo da história, esculpiram o modelo prático e a função social dos processos de escolarização e da universidade.

Esses ricos aprendizados contribuíram imensamente para a formação do arcabouço teórico em que esta pesquisa se ancora. O tempo que demanda a pesquisa em mestrado torna-se curto quando o projeto de pesquisa se propõe a analisar as construções históricas da desigualdade social e suas implicações na vida real, o que nos obriga a fazer escolhas entre e categorias e autores.

A pandemia provocada pelo coronavírus afetou a população mundial, porém atingiu com mais intensidade os grupos desfavorecidos economicamente. Com a interrupção dos serviços não essenciais, em virtude da necessidade do isolamento social, e com o fechamento do comércio em geral, como tentativa de preservar a vida, as pessoas tiveram que reorganizar sua rotina diária. Muitos trabalhadores, mesmo os assalariados, encontram-se sob o risco eminente de demissão, o que dificulta ou agrava ainda mais as desigualdades sociais.

Para os trabalhadores informais, essa situação é ainda mais delicada, pois sem trabalho não há renda. Assim, tornam-se uma categoria frágil e sem direitos trabalhistas (como seguro-desemprego, por exemplo, em caso de encerramento de contrato). A crise econômica gerada pela diminuição da renda da maioria da população brasileira tem se manifestado na alta dos preços dos alimentos da cesta básica, por exemplo. Ao que nos parece, temos ainda um longo caminho pela frente até a recuperação econômica, isso sem falar nos índices alarmantes de óbitos em decorrência da Covid-19, que são irrecuperáveis. Com a crise pandêmica, percebemos nossa relação direta com o mundo do trabalho e como somos controlados por ele, mas também como somos importantes como produtores e geradores de riqueza para o sistema capitalista.

Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Neri (2019) informa que, desde o fim de 2014 até o 2º trimestre de 2019, a renda dos 50% mais pobres caiu 17%, e a dos 1% mais ricos cresceu 10%, ao passo que a extrema pobreza aumentou 40% no período entre 2015 e 2017 (isso sem a crise pandêmica), o que revela que a desigualdade econômica atual não é produto da doença provocada pelo coronavírus, mas sim de um sistema que se beneficia com crises.

O sistema capitalista se aproveitou da pandemia para obter maiores taxas de lucro e, com isso, aumentar a concentração de renda, agravando a pobreza. A revista *Forbes*, em matéria sobre os novos milionários brasileiros, veicula a ideia da riqueza atrelada ao esforço e à criatividade. Conforme a própria revista, “[...] eles não possuem apenas contas bancárias de causar inveja. As pessoas mais ricas do mundo também acumulam traços de personalidade e habilidades capazes de pavimentar seu sucesso até o topo” (SARAIVA, 2021). Por de trás da matéria, há a falsa ideia de que nós, classe trabalhadora assalariada, não ‘crescemos’ na vida por carência de “traços de personalidade e habilidades” considerados inatos.

Assim, os pobres são entendidos como ‘naturalmente’ desprovidos das capacidades necessárias para serem ricos, faltando-lhes esforço, empenho, responsabilidade e disciplina para o alcance do sucesso, o que coloca (apenas) no indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso e descola, com isso, o sujeito do seu meio histórico e social.

O Brasil, hoje, é considerado o sétimo país mais desigual do mundo, conforme dados do IBGE (2020). Destacamos que as contradições sociais impostas pelo capitalismo operam de forma acentuada com o aumento das desigualdades econômicas (CONDE, 2012, 2015; MARX, 2008; SILVA, 2003; THOMPSON, 2002).

Analisando-se os dados do Brasil (IBGE, 2020a), tendo como base o salário-mínimo (R\$ 998), estima-se que 29,2% da população brasileira estava cadastrada no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)⁴ em 2019.

Para pertencer a esse grupo, é preciso que a renda domiciliar *per capita* seja de meio salário-mínimo ou que o rendimento domiciliar total não ultrapasse três salários-mínimos. É por meio do CadÚnico que as famílias acessam benefícios assistenciais como o Bolsa-Família. Mais recentemente, o CadÚnico foi um dos meios para identificar beneficiários para o pagamento de auxílio emergencial durante a pandemia do coronavírus. Sobre a renda familiar, “[...] cabe ainda ressaltar que as linhas de valor mais baixo ainda apontavam, no mesmo ano, para um contingente entre 8,5 milhões e 13,7 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza” (IBGE, 2020a, p. 64).

De acordo com o IBGE (2020a), cerca de 11,8% da população brasileira vive com até um quarto de salário-mínimo *per capita* mensal (cerca de R\$ 250), e quase 30% com até meio salário-mínimo *per capita* (R\$ 499). Chama a atenção o fato de que as linhas de valor

⁴ É a partir das informações do Cadastro Único que as famílias são incluídas em programas e serviços que as ajudam a superar a pobreza e a extrema pobreza. Para o sucesso do Programa Bolsa-Família e de outros programas sociais que utilizam o Cadastro Único, como a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Minha Casa, Minha Vida, é fundamental que as informações sejam mantidas corretas e atualizadas pelos municípios. Para saber mais, acesse: <https://bit.ly/3CxfvY1>. Acesso em: 3 mar. 2021.

inferiores a meio salário-mínimo, que apontavam, no mesmo ano, um contingente entre 8,5 milhões e 13,7 milhões de pessoas em condições de extrema pobreza, era formadas, majoritariamente, por mulheres negras ou pardas.

Nas análises específicas de raça/etnia, 56,3% da população brasileira se declara negra ou parda, índice que chega a 70% entre aqueles abaixo da linha de pobreza.

Quando se entrecruzam as categorias gênero e raça/etnia, foram as mulheres negras ou pardas que se destacaram entre as mais pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres. Nas constituições familiares, a pesquisa apontou que as mulheres sem companheiro e que possuíam filhos menores de 14 anos concentravam os maiores índices de pobreza (IBGE, 2020a, p. 67). Observa-se também que 25,6% das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os), 23,3% dos(as) empregados(as) informais e 19,3% dos(as) trabalhadores(as) autônomos(as) compunham o grupo considerado ‘pobre’. Outro dado importante é que a pobreza é maior entre as crianças e os adolescentes de até 14 anos de idade, e não só no Brasil mas também mundialmente. No país, 11,3% foram classificadas como extremamente pobres, e 41,7% como pobres segundo a pesquisa do IBGE (2020a, p. 67-69).

Com a pandemia, estima-se que os 10% mais ricos do país concentraram 43,3% da renda total e 46,9 vezes mais que os 10% mais pobres, segundo as informações coletadas pela PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Os dados descritos acima parecem ser genéricos à primeira vista, mas, quando compreendemos que os números descritos se referem a pessoas em situação de pobreza, estes dados deixam de ser apenas números. Saber que 30% da população brasileira vive com meio salário-mínimo, ao mesmo tempo em que os mais ricos conseguem acumular ainda mais riqueza, é no mínimo revoltante. Esses dados refletem a realidade das famílias trabalhadoras brasileiras, que vivem em situações precárias e desumanas, mas, historicamente, são descritas apenas em números.

A comunidade onde esta pesquisa se desdobrou apresenta índices similares quanto à renda e ao número de trabalhadores informais e desempregados.

No momento da escrita desta parte introdutória, ocupávamos a segunda posição no *ranking* de mortes por Covid-19, alcançando a estarrecedora marca de 392 mil mortos,⁵ com

⁵ Desde o momento em que escrevo este texto, já ultrapassamos, no Brasil, a marca de mais de 392 mil mortes causadas pela Covid-19. Mais precisamente, de acordo com os dados levantados pelo consórcio de veículos de imprensa sobre a situação da pandemia de coronavírus no Brasil a partir de dados das Secretarias Estaduais de Saúde, consolidados às 20 horas desta terça-feira (27 de abril de 2021). Disponível em: <https://glo.bo/362DF01>. Acesso em 27/4/2021.

2.451 óbitos diários nos últimos sete dias. Segundo dados do *Jornal BBC News Brasil*, várias categorias de análise envolvem o acompanhamento da pandemia, e uma delas é a contagem de mortes por 100 mil habitantes, o que leva o Brasil a ocupar a segunda posição, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Temos assistido ao colapso do Sistema Único de Saúde (SUS) por falta de investimentos, de contingente, de materiais e de estrutura física que deem suporte para enfrentar a pandemia. Possuímos um presidente que, publicamente, manifesta seu descaso para com a ciência, levanta dúvidas sobre a eficácia das vacinas, afirma à imprensa que “Aqueles que decidirem se vacinar contra o vírus Covid-19 serão voluntários”⁶ e defende nacionalmente o uso de medicamento denominado cloroquina/hidroxicloroquina, que, segundo o parecer científico da Sociedade Brasileira de Imunologia (2020), além de não possuir comprovações científicas quanto à sua eficácia no combate ao vírus, pode provocar diversos efeitos colaterais, alguns considerados graves. Até o momento, além da vacina, não foi descrita nenhuma terapia medicamentosa efetiva para o tratamento da Covid-19 que tenha bases sólidas e resultados cientificamente comprovados.

Em meio a esse negacionismo científico, é necessário defender a ciência e o conhecimento produzido por ela como instrumentos fundamentais para o processo de transformação da sociedade, a fim de que ela venha a ser, de fato, mais justa e substancialmente democrática. A ciência não é neutra, pois não está isenta dos interesses do capital, que inclusive a financia e, com isso, garante seus privilégios. Durante a Revolução Industrial, por exemplo, a inserção da maquinaria nas grandes indústrias possibilitou novas formas de produção da mercadoria em larga escala com o emprego de um número menor de trabalhadores, o que aumentou a eficiência produtiva, porém ao custo de desemprego e desigualdade econômica.

É necessário discutir criticamente o fato de que a forma de inserção de novas tecnologias no mercado está relacionada à produção e acumulação de capital e também como elas contribuíram para a degradação das condições de vida da classe trabalhadora (MARX, 2008).

A nossa crítica não nega a importância da ciência em nossas vidas, apenas se põe a compreender que, dentro do modo capitalista de produção, as inovações científicas e tecnológicas tornam-se acessíveis à população de forma geral quando representam arranjos

⁶ Dados da entrevista publicada no site UOL, em 12 jan. 2021, às 8h21min, sob o título *Bolsonaro chama de “voluntários” aqueles que quiserem se vacinar no Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/3CwLYha>. Acesso em: 12 jan. 2021.

econômicos rentáveis aos capitalistas. Isso nos leva a questionar também o modelo de educação social vigente no Brasil, que, historicamente, tem se colocado a serviço da classe dominante (BOTO, 2002; KUHLMANN JR., 1998; PILOTTI; RIZZINI, 2011).

Contudo, apesar de as muitas categorias de análise estarem envolvidas e imbricadas, em virtude do tempo que demanda a pesquisa e de forma a interseccionar também as demais categorias, optamos por conceituar a classe como unidade-guia, pois entendemos que a classe social condiciona todos os sujeitos. Assim, esta pesquisa se deu pelo “recorte de classe” (CONDE, 2007, p. 18).

Com a pandemia, uma nova realidade nos foi imposta. Nesse contexto, sob a ótica das desigualdades sociais, encontram-se as crianças, filhas da classe trabalhadora, vítimas das precárias condições de vida, acentuadas pela suspensão do acesso à rede de ensino. As medidas restritivas impostas pela pandemia afetaram o direito das crianças de diferentes formas e com intensidades diversas, dependendo das condições materiais de suas famílias.

Ainda que a educação exerça também a ação de proteção e cuidado, ela não garante a proteção integral da criança, que já nasce em seu contexto de classe. Historicamente, a educação surge para preparar os sujeitos para venderem sua força de trabalho e para evitar que as indústrias consumissem a saúde dos trabalhadores precocemente: Para Conde (2012, p. 272):

A manutenção das estruturas de exploração do capital tem na educação da classe trabalhadora um dos elementos fundamentais. A escola, assim como a legislação fabril, é o meio pelo qual o capitalismo limita e regula a exploração, e assim afasta as crianças da degeneração precoce sem abrir mão, totalmente, de explorá-las ou de prepará-las para a expropriação da mais-valia no futuro.

Assim, a pesquisa se justifica diante das circunstâncias que envolvem a compreensão dos fatos da realidade atual em que o mundo vive, pela importância de compreendermos os fenômenos sociais, especialmente os relacionados à infância, como pertencentes à classe trabalhadora, pois é necessário entender a totalidade complexa em que essa realidade se insere, bem como pela ausência de estudos referentes à comunidade, constatada por meio do levantamento bibliográfico realizado. E ainda pela própria realidade, que nos tem revelado os enormes efeitos sociais que a pandemia provoca diariamente, atingindo com mais intensidade aqueles sujeitos já desamparados economicamente.

Diante do cenário pandêmico, muitas contradições aparecem no contexto precário e desigual da comunidade pesquisada, o que influencia a estruturação de nossa problemática e de nossos questionamentos: como as famílias têm se organizado para continuar trabalhando sem ter o CEI para deixar seus filhos? Quando a principal alimentação equilibrada era

fornecida pela instituição de ensino, em que condições de saúde e nutrição ficam as crianças? E como ficam aqueles que não possuem condições de acompanhar o ensino remoto (financeiras, de tempo e de entendimento para lidar com as tecnologias)?

Buscamos discutir os aspectos sociais que envolvem a criança empobrecida não apenas para descrevê-los ou denunciá-los mas também para analisá-los a partir da realidade concreta, econômica, histórica e social de seus sujeitos (SILVA, 2003), a fim de que estudos como este auxiliem o processo de compreensão sobre a organização estrutural do sistema capitalista e esclareçam como, historicamente, ele tem promovido tais desigualdades sociais.

É nesse contexto que esta pesquisa foi realizada, para denunciar a realidade e, além disso, construir pontes solidárias, de união e de afeto, mostrando também o outro lado dessa comunidade, e não apenas aquele atrelado às abordagens policiais, às facções e ao tráfico de drogas, mas sobretudo o lado da luta, da agência, da coletividade, da justiça social, revelando a dura realidade das famílias trabalhadoras.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia é a descrição do caminho que conduz a forma de fazer a pesquisa, desde o ponto de partida. Primeiramente, pelo pensamento e pelas problematizações, que necessitam ser organizadas e socializadas por meio da linguagem para então se lançarem e darem sentido aos objetivos pretendidos. Dessa forma, a pesquisa é única do ponto de vista da particularidade dos sujeitos envolvidos e, nesse sentido “[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO, 2001, p. 15).

Tais estratégias fazem parte da visão de mundo da pesquisadora, que, por não ser neutra, ancora-se em seus pressupostos sociais, políticos, econômicos, de gênero, de raça/etnia, entre outros, incorporados por meios das relações e interações estabelecidas entre ela e o mundo (FREIRE, 1999).

Esta investigação, dentro da abordagem qualitativa, configurou-se como uma pesquisa social crítica, compreendendo que o objeto a ser investigado é visto como histórico, político, social e, portanto, possui consciência histórica. Na condição de investigadora, a pesquisadora não é a única agente capaz de dar sentido ao trabalho intelectual e, nesse sentido, esta pesquisa é também coletiva, fruto do envolvimento de todos os sujeitos participantes.

Para Minayo (2001, p. 22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou que não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Buscamos apreender as particularidades e singularidades do nosso objeto, o que não pode ser expresso pela quantificação dos dados; dessa forma, por meio da abordagem qualitativa, os sujeitos envolvidos foram compreendidos em sua totalidade.

Como a pesquisa ancora-se no método materialista histórico-dialético, é preciso esclarecer que nossas análises partem do pressuposto de que este método compreende a existência dos seres humanos dentro de um contexto histórico e social e de acordo com as condições materiais de seu tempo.

A realidade vivida hoje é oriunda de processos históricos anteriores, que também foram produzidos, entre outros fatores, conforme as relações e condições materiais de cada período histórico. Portanto, compreendemos que os sujeitos não são livres para produzir sua própria história, eles a fazem conforme condições transmitidas, o que demanda a análise do papel exercido pelo indivíduo nessas transformações históricas, conforme nos esclarece Marx (2006, p. 4) em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e de espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Nesse sentido, é preciso conhecer de que forma e sobre quais circunstâncias seremos capazes de agir e de transformar esta realidade, de modo a contribuirmos individual e coletivamente com a melhora da qualidade e das condições para se viver em sociedade (STETSENKO, 2019). Ou seja, todos nós somos agentes no mundo, mas essa capacidade e a fundamentação da nossa agência são formadas pelas condições históricas, que nos foram “transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2006, p. 4). Ainda sobre a concepção materialista:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. (ENGELS, 1978, p.760).

Diante da premissa supracitada, o objetivo geral desta dissertação buscou conhecer como a pandemia causada pelo coronavírus afetou a educação das crianças da classe trabalhadora residentes na comunidade Jardim Solemar, em São José, SC. A fim de que pudéssemos atingir este objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Revisar a produção bibliográfica sobre desigualdade social, classe, Educação Infantil e Covid-19;
- Verificar, dentro do referencial teórico eleito, pesquisas e estudos sobre classe social e desigualdade social, e como se correlacionam com a infância e com o processo de escolarização, destacando suas contribuições para este estudo;
- Conhecer as estratégias utilizadas pelas famílias do Jardim Solemar para a educação das crianças no contexto de pandemia;
- Analisar as estratégias de sobrevivência das famílias do Jardim Solemar durante a pandemia.

A ênfase desta pesquisa está localizada nos efeitos sociais da pandemia sobre a produção e reprodução da vida das famílias e das crianças (filhos e filhas) da classe trabalhadora, que, impedidas de frequentar o Centro de Educação Infantil, também foram substancialmente afetadas, pois, nesse sentido, não é “[...] possível isolar a criança de suas condições materiais de existência” (CONDE, 2007, p. 18).

Contando com estudos bibliográficos e de campo, a pesquisa buscou selecionar autores que compreendem que as ideias e as ações são produzidas em meio às condições materiais de existência, bem como analisam o conflito e suas contradições e buscam formas potentes de transformação social.

As entrevistas complementaram o levantamento de dados coletados, a partir da verificação das fichas de matrícula das crianças pertencentes ao CEI Professora Rosângela Regina de Oliveira Caldas (CEI Solemar), com os quais produzimos reflexões analíticas que descrevem o contexto econômico dessas famílias. Paralelamente, realizamos uma breve análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do CEI.

Para a pesquisa com as fichas de matrícula das crianças, elegemos as seguintes categorias: ‘ocupação’, ‘renda’, ‘escolarização’ e ‘número de filhos’, bem como buscamos saber se recebiam auxílio do governo. Com esse levantamento de dados, visamos facilitar a compreensão da configuração econômica das famílias da comunidade e de suas relações com o mundo do trabalho.

De forma crítica, esta pesquisa social compreende que o objeto a ser investigado é constituído pelos processos históricos e possui consciência histórica, o que nos coloca em movimento de buscar compreender, da melhor maneira, o fenômeno a ser estudado.

Tendo como base o pensamento dialético, as entrevistas buscaram assimilar, em seu processo, o movimento entre singularidade, particularidade e totalidade, entre a objetividade e a subjetividade dos sujeitos entrevistados (MINAYO, 2001). Nesse viés, buscaram conhecer os fatores históricos, sociais e materiais do objeto estudado, bem como suas contradições, de tal modo que fosse possível desvelar o todo, de forma significativa e coerente.

Para isso, primeiramente, foi necessário entrar em campo e observar a rotina da comunidade, das famílias e das crianças, bem da instituição. Em virtude da pandemia, deparamo-nos com muitos desafios em campo, tanto nos aspectos observados, que derivam das condições materiais vividas pela comunidade, quanto pelo fato de ainda não estarmos vacinadas. A vacina ocorreu no decurso da pesquisa de campo.

Com muito cuidado e atenção, a primeira entrada em campo ocorreu em janeiro de 2021, seguida pelos demais encontros, que foram acompanhados e autorizados pela diretora da instituição e ocorreram durante o primeiro e segundo semestre desse ano.

Cabe-nos esclarecer que, inicialmente, a pesquisa buscava entrevistar as famílias (mãe, pai, avó, avô, etc.) que possuíssem filhos (ou netos) matriculados no Centro de Educação Infantil da comunidade Jardim Solemar. Porém, em virtude dos desdobramentos da pesquisa de campo e da impossibilidade de acesso das famílias à instituição educativa, devido à pandemia, as entrevistas se limitaram a ouvir os relatos das mães, pois estas eram as responsáveis por levar as crianças no período observado. Do mesmo modo, o fato de as mães conhecerem e manterem uma relação de afeto com a pesquisadora evitou que ficassem constrangidas em fornecer informações sobre suas realidades. Participaram desta pesquisa quatro mães, que, representando suas famílias, nos forneceram dados acerca dos efeitos sociais da Covid-19 sobre as famílias da comunidade. A pesquisa de campo contou também com o relato da diretora da instituição educativa e de uma líder comunitária.

Com relação às famílias, elaboramos um roteiro, cujas questões foram divididas em três blocos: ‘a pandemia’, ‘as relações com o trabalho’ e ‘a nova rotina sem CEI’, a fim de nos possibilitar o acesso a informações pessoais das famílias entrevistadas, de modo a poder responder a nossos objetivos. A entrevista realizada com a diretora da instituição também seguiu essas temáticas, possibilitando-nos uma análise mais abrangente da situação vivida pela comunidade. Já o relato da líder da comunidade é composto de vários momentos: registros pessoais, conversas obtidas em campo e troca de mensagens por meio do WhatsApp,

que, juntos, fornecem um panorama histórico e social de quase três décadas, carregado de afeto e de respeito.

Ao estabelecer diálogo com os sujeitos da pesquisa, partindo do contato entre a pesquisadora, a direção, as famílias e a líder da comunidade, buscamos interligar os aspectos que envolvessem classe, infância e educação, somados à crise pandêmica, que foram investigados por meio das entrevistas semiestruturadas conforme constam nos apêndices A e B desta pesquisa. As entrevistas organizaram-se em três etapas: 1) entrevista com a diretora do CEI; 2) entrevista com quatro famílias, que tiveram como critério de seleção perfis econômicos diferentes, a saber: a) uma família cuja mãe é a chefe de família; b) uma família que teve a renda financeira afetada pela pandemia; c) uma família autônoma, cuja condição de vida e trabalho não permitiu que os adultos pudessem observar a quarentena; d) uma família com emprego estável e direitos em carteira, que pôde estar em casa com os filhos durante a quarentena; 3) entrevista com a líder da comunidade.

O conjunto das entrevistas produziu narrativas ‘encharcadas’ da experiência de vida desses sujeitos. Nesse sentido, suas vozes trouxeram contribuições importantes para esta pesquisa, no que diz respeito à compreensão das desigualdades sociais.

Ao invés de lamentar tais silêncios, prefiro acreditar que o que torna fecundas as experiências de ação social e de busca participativa de conhecimento sobre a sociedade que justamente constituem a substância da educação popular e da pesquisa participante é a sua exata liminaridade em círculos acadêmicos e em territórios culturais – de alto nível. Existir entre espaços de exclusão e em fronteiras liminares é exatamente o que torna as vocações de trabalho social (Paulo Freire diria: – francamente político!) que nos aproximam aqui, algo com a força de presença e com a fertilidade de ações e de aplicações que em cinco décadas – um pouco menos para a pesquisa participante – constituem a sua própria razão de ser. Estivéssemos como educadores populares, entre os círculos da academia, e talvez já tivéssemos passado da esfera das teorias vigentes para as que fazem parte da história da educação (BRANDÃO, 1999, p. 11).

As entrevistas realizadas com as mães foram conduzidas de forma semiestruturada, com questões abertas e fechadas. As questões fechadas tiveram por finalidade identificar a ocupação, a escolaridade, a renda, a idade, o número de filhos e se os membros da família foram atendidos pelo auxílio emergencial do governo. As questões abertas, por sua vez, visaram conhecer de maneira ampla a vida dos participantes da pesquisa.

Para Triviños (1987, p. 124):

A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. A pesquisa qualitativa é conhecida também como “estudo de campo”, “estudo qualitativo”, “interacionismo simbólico”, “perspectiva interna”, “interpretativa”, “etnometodologia”, “ecológica”, “descritiva”, “observação participante”, “entrevista

qualitativa”, “abordagem de estudo de caso”, “pesquisa participante”, “pesquisa fenomenológica”, “pesquisa-ação”, “pesquisa naturalista”, “entrevista em profundidade”, “pesquisa qualitativa e fenomenológica”, e outras que apontaremos posteriormente. Naturalmente, não pretendemos ser exaustivos na busca das denominações da pesquisa qualitativa. E tampouco vamos definir aquele tipo de pesquisa que melhor representaria o enfoque qualitativo. Sob esses nomes em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam, total ou parcialmente, o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade. (grifos do autor).

As entrevistas foram gravadas com o auxílio de um aplicativo de celular. A gravação, segundo estudos de André e Lüdke (1986), tem a vantagem de registrar todas as expressões orais e permite que o entrevistador fique mais atento aos detalhes durante a entrevista, dando mais atenção à fala dos sujeitos participantes e estando livre para, se necessário, sanar possíveis dúvidas no momento da condução da entrevista.

A entrevista realizada com a diretora da instituição traz uma complementação das falas das famílias e percorre as mesmas temáticas investigadas, só que de forma mais abrangente. Já o relato da líder da comunidade abrangeu de forma objetiva os efeitos da pandemia na vida das famílias e crianças da comunidade e também forneceu um panorama histórico dos últimos 28 anos, ao longo dos quais ela vem desempenhando e coordenando vários trabalhos sociais nessa localidade.

As entrevistas nos possibilitaram conhecer, por meio dos relatos obtidos, informações sobre as dificuldades vividas pelas famílias da classe trabalhadora durante a pandemia e suas tentativas de conciliar as condições de vida, o trabalho e a rotina sem o CEI para deixarem seus(suas) filhos(as), bem como as razões que levaram as famílias a realizarem inúmeros malabarismos durante este período, tendo em conta os objetivos geral e específicos desta pesquisa. Durante o percurso da pesquisa de campo, apresentamos aos sujeitos o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE), no qual informamos, de forma clara, todo o percurso da pesquisa, a importância deste estudo, bem como questões éticas como: a não utilização de nomes, imagens ou endereços, evitando qualquer outra forma de exposição ou constrangimento. Na ocasião, também esclarecemos os sujeitos de que sua participação era voluntária, estando eles livres para continuarem ou não. A pesquisa recebeu parecer positivo por parte do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)⁷ da UFSC.

⁷ Projeto de Pesquisa aprovado no Comitê de Ética (PLATAFORMA BRASIL) sob o parecer nº 3.166.575, sob responsabilidade, coordenação e orientação da Prof.^a Dr.^a Soraya Conde, como subprojeto da pesquisa matricial intitulada: *Crianças e mulheres do mundo do trabalho: correlações entre classe, educação e cultura*.

As condições de vida dos sujeitos participantes desta pesquisa, demarcadas pelos contextos de classe e território, podem trazer novas significações, que visam colaborar com o movimento de transformação social pela desnaturalização da pobreza e pela compreensão da origem das desigualdades sociais.

Assim, com relação à pesquisa de campo, ela se apoia nas entrevistas semiestruturadas (GIL, 1999), que tiveram como finalidade nos aproximar da realidade e do problema investigado, propondo-se a ser um espaço de escuta e de diálogo, sobre o qual discorreremos no quarto capítulo desta pesquisa.

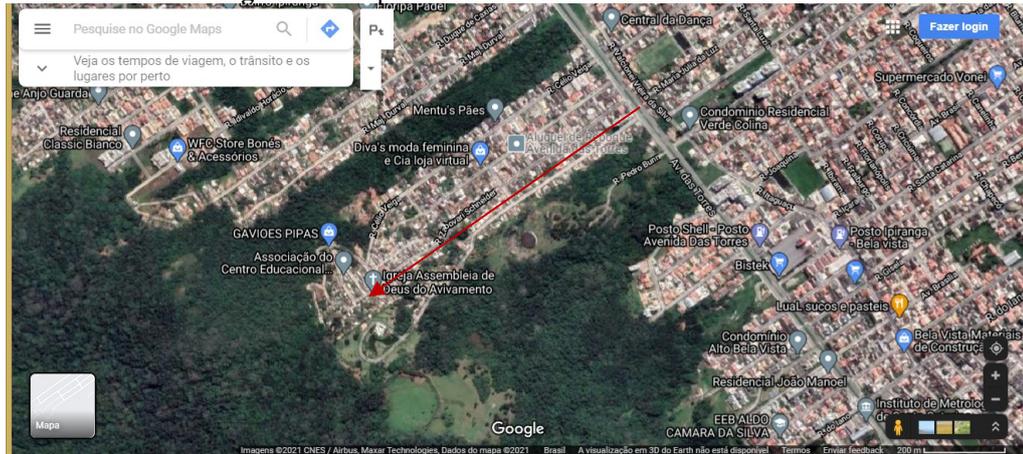
1.2.1 Apresentação do campo da pesquisa: comunidade Jardim Solemar

A pesquisa de campo foi realizada junto às famílias pertencentes à comunidade Jardim Solemar, em São José, SC. O Município de São José fica anexo à Grande Florianópolis, sendo o quarto município mais antigo de Santa Catarina, colonizado em 26 de outubro de 1750, atualmente com 271 anos e com população estimada em 250.181 pessoas. São José ocupa o quarto lugar em população no estado, com base no último Censo do IBGE, realizado em 2020. Possui cerca de 97,5% das crianças entre 6 a 14 anos de idade matriculadas nas instituições de ensino, conforme o último Censo da Educação, realizado em 2010. O município atende o total de 6,5 mil crianças, distribuídas por 36 CEIs.

Não temos dados oficiais disponíveis acerca da constituição da comunidade Jardim Solemar, porém, segundo os relatos de Dona Jane, líder e moradora desde meados da década de 1990, a comunidade sempre sofreu com a pobreza.

A situação precária é visível de várias formas: esgoto doméstico escorrendo pelas ruas, falta de abastecimento de água e luz pelas empresas responsáveis, casas com infraestrutura precária, famílias sobrevivendo da ajuda comunitária, descaso por parte dos órgãos públicos, entre outras. Com a finalidade de apresentar o campo da pesquisa, na Figura, abaixo, exibimos o mapa da rua do bairro Jardim Solemar:

Figura 2 – Mapa da rua da comunidade Jardim Solemar



Fonte: Google Maps.

A linha vermelha acompanha toda a extensão da rua que dá acesso ao CEI. Do lado oposto à seta, encontra-se o Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, um bairro de classe média, separado fisicamente pela Avenida das Torres. O Bairro Jardim Solemar pertence ao Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, em São José. A comunidade liderada por Dona Jane organiza-se de forma a ajudar àqueles mais necessitados, promovendo a distribuição de cestas básicas, roupas, cobertores, entre outros itens.

As comunidades periféricas, historicamente, tiveram que arcar com as múltiplas desigualdades sociais. As dificuldades estruturais de suas vidas fizeram com que se organizassem de forma comunitária em busca de alternativas, com base na solidariedade. Em virtude da precariedade da situação da comunidade, a Igreja Evangélica, por meio de uma ONG, atendeu as crianças à sua maneira, de acordo com suas intenções educativas e financeiras. Em 2018, a Prefeitura Municipal de São José passou a se responsabilizar pela educação das crianças da comunidade.

A realidade é que muitas famílias, crianças e adolescentes ainda seguem desamparados pelo poder público e muitas vivem em situação de risco e de vulnerabilidade social. Referente à violência e à vulnerabilidade social, muitas crianças e adolescentes estão expostos a riscos na própria comunidade. O Bairro Jardim Solemar, onde a pesquisa se realizou, não possui parques, praças ou quadras de esportes, e as crianças e adolescentes desta comunidade não possuem um local seguro e/ou adequado para brincarem.

Dadas às impossibilidades, as crianças brincam na rua e, em suas vivências, acabam sendo expostas cotidianamente a cenas de violência em seu convívio social. Em virtude da pandemia e da impossibilidade de acessarem o CEI, acabaram vivenciando de maneira mais intensa essa triste realidade.

Esses dados também denunciam a incoerência do sistema capitalista, que se mantém em meio às desigualdades sociais que ele mesmo produziu e produz no decorrer da nossa história. Revela-nos também que o direito e a democracia não conseguiram vencer as desigualdades sociais, tampouco garantir que todas as crianças tenham o direito de viver suas infâncias de forma segura.

Sob a perspectiva de classe, a criança torna-se objeto da exploração do capital, condicionada a sobreviver em meio às condições materiais que lhe são impostas, em meio a rastros de exclusão e de pobreza, em virtude do descaso e do abandono por parte do Estado, refletidos, na prática, pela incompetência e incongruência das políticas sociais do país (CONDE, 2012, 2015; ENGELS, 2010a; MARX, 2008; SILVA, 2003; THOMPSON, 2002).

2 UM BALANÇO SOBRE OS ESTUDOS DE CLASSE, EDUCAÇÃO INFANTIL E PANDEMIA

Este capítulo foi produzido com base no levantamento de pesquisas que versam sobre as categorias-chave de nossa pesquisa, a saber: ‘educação infantil’, ‘classe social’, ‘desigualdade social’ e ‘pandemia’.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura teve como finalidade conhecer alguns estudos já realizados. Como a temática ‘pandemia do novo coronavírus’ é recente e ainda está em curso, não fazia sentido buscar por pesquisas muito antigas, então, de forma geral, as pesquisas concentram-se nos últimos dois anos. Para as demais categorias, como ‘desigualdade de classe’ e ‘educação infantil’, refinamos a busca para os últimos quatro anos.

Para isso, recorreremos às bases de dados de três plataformas acadêmicas, a saber: a BDTD, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e, de forma específica, no que concerne às temáticas ‘educação infantil’ e ‘pandemia’, na Revista de Zero-a-Seis, edições 2020 e 2021: *Crianças e suas infâncias em tempos de pandemia*.

Buscamos definir as palavras-chaves, ou descritores de pesquisa, cuja pesquisa resultou em diversos trabalhos científicos, mas que nem sempre atingiam os objetivos da pesquisa. As consultas às fontes foram realizadas de janeiro de 2018 até abril de 2021.

2.1.1 Definições das palavras-chave:

As palavras-chave ou descritores escolhidos foram:

1. Classe Social;
2. Desigualdade social;
3. Educação Infantil;
4. Infância
5. Pandemia.

2.2 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Tendo em vista que a pandemia é algo recente e que ainda há escassez de produção na área sobre a temática, realizamos a revisão bibliográfica em livros e artigos acadêmicos que contemplavam as categorias: ‘classe social’, ‘desigualdade social’ e ‘infância’.

Destacamos aqui alguns dos autores e suas obras: Soraya F. Conde (2007): *O trabalho invisível* (dissertação), (2012): *A escola e a exploração do trabalho* (tese), (2015): *Quando o trabalho na infância se torna um problema social* (parte da tese); Lígia Regina Klein (2012): *Cadê a criança do Ariès que estava aqui? A fábrica comeu...* (artigo); Suelly Amaral Mello (2007): *Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural* (artigo); Friedrich Engels (2010a): *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (livro); Edward Palmer Thompson (2002): *A formação da classe operária inglesa II: A maldição de Adão* (livro); Karl Marx (2013): *Contribuição à crítica da economia política* (livro); Karina Alcubierre (2017): *Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida* (dissertação); Mirtes Santos (2018): *“Eu nem tenho medo da polícia, porque já tô grandinha, tô acostumada com tiro, nem dou bola, durmo em paz”*: o confinamento e adultização da infância da família trabalhadora na comunidade Chico Mendes (dissertação); Mauricio Roberto Silva (2003): *Trama doce-amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica* (livro).

As referências bibliográficas, de maneira geral, versam sobre as relações das transformações históricas que ocorreram no mundo do trabalho desde a Revolução Industrial, em específico o modo com que a classe trabalhadora menos favorecida economicamente se constituiu desde então.

Nas análises, fundamentalmente, encontramos duas concepções em torno das relações de classe com o mundo do trabalho: uma que analisa a ausência de condições materiais associada ao modo de vida de algumas pessoas e outra que analisa as circunstâncias em que tais desigualdades sociais são produzidas, considerando o caráter histórico das formas como o trabalho se desenvolveu no capitalismo e entendendo o trabalho como elemento fundante da vida das pessoas na atualidade.

Na sequência, prosseguimos com o balanço de produções em três plataformas brasileiras de busca, nas temáticas ‘desigualdade social’, ‘classe social’, ‘pandemia e Educação Infantil’, na tentativa de encontrar produções que abordassem os efeitos da ausência das Instituições de Educação Infantil na vida das crianças e suas implicações para as famílias da classe trabalhadora.

2.2.1 Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): Covid-19

Primeiramente, realizamos a pesquisa na BDTD, com a finalidade de conhecer produções acadêmicas relacionadas à Covid-19. Para esta busca, elegemos apenas a palavra-chave ‘covid-19’. Como a temática é atual, refinamos o recorte para os anos 2020 e 2021⁸ e obtivemos como retorno 31 pesquisas. Destas, encontramos onze pesquisas sobre a temática pandemia Covid-19, distribuídas entre as seguintes áreas: Medicina (3), Odontologia (2), Administração (3), Saúde Coletiva (1), Enfermagem (1) e Educação (1). As demais pesquisas (20) apresentavam a palavra ‘covid-19’ no corpo de texto, mas não abordavam diretamente a temática. As pesquisas foram organizadas conforme o Quadro 1, abaixo:

⁸ Para essa busca, o recorte temporal foi de janeiro de 2020 a abril de 2021.

Quadro 1 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo descritor: Covid-19 (continua)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
*Carolina Gil Santos Wollf	<i>Ensino remoto na pandemia: urgências e expressões curriculares da cultura digital</i>	Dissertação (2020)	Cultura digital; Currículo; Ensino à distância.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Educação)	https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23478
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Fernando José de Almeida	Busca compreender de que forma as mídias digitais podem ser parte de um projeto de ensino mais amplo, que não encare as tecnologias digitais de informação (TDIC) como atividades isoladas e ferramentas para um uso “instrumental”.	Analisar sob o aspecto da urgência e coesão de valores da cultura digital, a implementação do ensino remoto nos 5ºs anos de uma escola particular de classe média alta do estado de São Paulo.		Pesquisa em ciências humanas de cunho qualitativa. Por meio da análise de campo durante os 3 primeiros meses da implementação do ensino remoto em virtude da pandemia.	Buzato (2010), Castells (1998), Buckingham (2019), Flordi (2015), Sacristán (1998).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Natália Caldas Martins	<i>Avaliação da situação de (in)segurança alimentar e nutricional de estudantes universitários em tempos de pandemia (Covid-19)</i>	Dissertação (2021)	Covid-19 (Pandemia); Estudantes/ universitários; Alimentação/Nutrição; Aspectos imunológicos.	Universidade de Fortaleza (Saúde Coletiva)	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_b39c7ce8aba0fe849e0aadcb835ee979
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Mirna Albuquerque Frota	Os riscos para a fome e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos brasileiros que foram aprofundados em virtude da pandemia provocada pela Covid-19 e pelas medidas adotadas pelo governo buscando mitigar a propagação da doença. Dentre estas medidas, encontra-se a interrupção das aulas presenciais em instituições de ensino superior e o fechamento dos Restaurantes Universitários.	Avaliar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de estudantes universitários durante o período da pandemia da Covid-19.		Trata-se de um estudo quantitativo e transversal realizado através da aplicação do questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) em alunos de graduação da rede pública dos estados da Bahia e Ceará. Participaram da pesquisa 428 estudantes.	Campos (2015), Pinheiro (2008), Burity <i>et al.</i> (2010), Camera e Wagner (2017), Sarti e Torres (2017), Amaral e Basso (2016); Machado, Rocha e Campos (2015).

Quadro 1 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo descritor: Covid-19 (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Ingrid Cordeiro Monte	<i>A pandemia da Covid-19 e as medidas de prevenção e controle adotadas pela população cearense</i>	Dissertação (2020)	Covid-19 (Pandemia); Infecção respiratória; Serviços de saúde; Prevenção de doenças.	Universidade de Fortaleza (Odontologia)	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_e66e1e9d221dafc8083a13a95a361076
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Aldo Angelim Dias	As medidas de prevenção de residentes no Estado do Ceará e a percepção sobre o controle adotado pelos serviços de saúde face ao Covid-19	Descrever a eficácia das medidas de prevenção de residentes no Estado do Ceará e a percepção sobre o controle adotado pelos serviços de saúde face ao Covid-19		Pesquisa quantitativa onde os dados foram coletados através de questionário on-line desenvolvido no Formulário Google®, por recrutamento público pelo WhatsApp, Instagram e Facebook, direcionado à população cearense com tempo determinado de sete dias, obtendo 1.958 respostas	Carrer <i>et al.</i> (2020), Wang; Hu e Hu (2020), Croda e Garcia (2020), Rodriguez-Morales <i>et al.</i> (2020), Gorbalenya <i>et al.</i> (2020), Chen <i>et al.</i> (2020), Boccia, Ricciardi e Ioannidis (2020), Ellinghaus <i>et al.</i> (2020), Carvalho <i>et al.</i> (2020).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Aline Gularte Teixeira da Silva	<i>Aspectos da saúde mental dos urologistas brasileiros durante a pandemia da Covid-19.</i>	Dissertação (2020)	Esgotamento profissional; Infecções por coronavírus; Pandemias; Saúde mental; Urologistas.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Medicina)	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21895
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Thiago Elias Rosito	Evidências que o surto mundial da Covid-19 tenha provocado nos profissionais da saúde que estão diretamente envolvidos no cuidado de pacientes com a doença estão sob risco aumentado de desenvolver estresse psicológico e outros sintomas de saúde mental como a síndrome de Burnout.	Identificar as taxas de Burnout, estresse e desordens do sono entre os urologistas brasileiros durante a pandemia da Covid-19.		Pesquisa online foi conduzida com urologistas brasileiros na prática clínica durante a pandemia de Covid-19 e nos 6 meses anteriores. Informações demográficas e de prática clínica foram coletadas. Burnout foi avaliado usando o Copenhagen Burnout Inventory.	Freudenberger (1974), Shanafelt (2011, 2017), Amofo <i>et al.</i> (2014), Stewart e Arora (2019), Maslach, Schaufeli e Leiter (2001), Rothenberger (2017), Brady (2017), Kancherla (2020), Dyrbye (2018), Dahlke (2018), Raj (2016).

Quadro 1 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo descritor: Covid-19 (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Rodolfo Souza da Silva.	<i>O impacto da pandemia Covid-19 em um núcleo de telessaúde: estudo de caso no TelessaúdeRS</i>	Dissertação (2020)	Atenção primária à saúde; Infecções por coronavírus; Telemedicina; Covid-19.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Medicina)	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218957
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Marcelo Rodrigues Gonçalves	Propõe-se, além de apresentar uma revisão sobre os temas elencados acima (Telemedicina, Covid-19 e APS), o papel de um Núcleo Técnico Científico de Telessaúde na pandemia de Covid-19, um estudo de caso sobre o TelessaúdeRS.	Descrever e avaliar as ações implementadas por um núcleo técnico-científico de telessaúde para auxílio à Atenção Primária à Saúde no combate à Doença por Coronavírus de 2019 (Covid-19) sob a perspectiva do sistema de saúde pública brasileiro.		Estudo de prevalência que sumariza as medidas adotadas pelo núcleo de Telessaúde técnico-científico do Rio Grande do Sul - TelessaúdeRS - no período compreendido da 9ª à 27ª semana epidemiológica de 2020.	Escore e Mendonça (2007), Giovanella, Mendonça e Escorel <i>et al.</i> (2012), Schmidt, Duncan e Harzheim (2016), Guan; Liang <i>et al.</i> (2019), Harzheim <i>et al.</i> (2013).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Sirley Lima de Mendonça	<i>Análise da reorganização de processos no atendimento de pacientes suspeitos de Covid-19 em um pronto atendimento especializado em otorrinolaringologia e oftalmologia</i>	Dissertação (2020)	SARS-CoV-2; Covid-19; otorrinolaringologia; oftalmologia; planos de contingência.	Universidade Nove de Julho (Administração)	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/NOVE_2437886e52f62057b0fc6058d2eb5fa3
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Antônio Pires Barbosa	Investigar sobre as mudanças que ocorreram em um pronto atendimento de otorrinolaringologia e oftalmologia, durante a pandemia de SARS-CoV-2, no tocante à prestação assistencial de serviços?	Detectar as ações específicas realizadas em um pronto atendimento especializado de otorrinolaringologia e oftalmologia durante a pandemia, assim como nos processos técnicos e administrativos envolvidos nos cuidados assistenciais ao paciente.		O método empregado foi o de estudo de caso único, descritivo, com abordagem qualitativa.	Meirinhos e Osório (2010), Sasseron <i>et al.</i> (2011), Martins (2008), André (2013), Martins (2008), Bardin (2011), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Walter e Bach (2015).

Quadro 1 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo descritor: Covid-19 (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Maria Rita Ferreira	<i>Os desafios da gestão dos serviços de home care frente a crise pandêmica</i>	Dissertação (2021)	Gestão em saúde; gestão de serviços; SARS-COV2; covid-19- coronavírus; home care- atendimento domiciliar.	Universidade Nove de Julho (Administração).	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/NOVE_8e468545dbcc158633f0d2f2393a84e5
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Antônio Pires Barbosa	Com o isolamento social e a necessidade de que as pessoas ficassem em casa, as empresas de <i>home care</i> tiveram de enfrentar o desafio de se adaptar para atender a demanda em meio a essa Pandemia. Questiona-se: Sob a ótica dos gestores de <i>home care</i> quais os fatores relevantes na gestão dos serviços frente ao cenário pandêmico?	Identificar os fatores que impactam a gestão dos serviços de <i>home care</i> no cenário da pandemia causada pelo SARS-CoV-2		Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa. Coleta de dados por meio de questionário <i>on-line</i> , entrevistas e análise documental.	Não estava aberto para consulta, pedia senha para acesso. Não foi possível acessar a pesquisa para a verificação dos autores.
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Pedro Jesse Lima Veras	<i>Cuidados e percepções frente à transmissão da Covid-19 na população do estado do Ceará</i>	Dissertação (2020)	Covid-19 (Pandemia)	Universidade de Fortaleza (Odontologia)	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_b6fcf307d36532db53beff085181541c
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Danilo Lopes Ferreira	A compreensão dos fatores que levaram ao avanço da Covid-19 no Ceará, através de dados epidemiológicos, será vital para fomentar o desenvolvimento de políticas públicas de saúde para prevenção e mitigação de novas ondas de contaminações.	Investigar os cuidados e as percepções da população cearense sobre a pandemia de Covid-19		Trata-se de uma pesquisa do tipo transversal, realizada em 2020, da qual participaram somente pessoas residentes no estado do Ceará, com idade igual ou superior a 18 anos e com capacidade de responder ao questionário através de meios eletrônicos.	Bodas, Peleg (2020), Salathé <i>et al.</i> (2020), Garcia e Duarte (2020), Brasil (2020b), Ceará (2020a), Oliver <i>et al.</i> (2020).

Quadro 1 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo descritor: Covid-19 (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Marcela Siliprand Lorentz	<i>Sexualidade e depressão no puerpério durante a pandemia de Covid-19</i>	Dissertação (2020)	Depressão; Infecções por coronavírus; Mulheres; Período pós-parto; sexualidade; Covid-19.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Medicina)	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/219392
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Jaqueline Neves Nubianca	Relação a pandemia de Covid-19 possa ter efeitos negativos na sexualidade e no humor	Avaliar a função sexual e os sintomas depressivos em puérperas no período da pandemia de Covid-19 no Sul do Brasil.		Corte prospectiva com 125 mulheres avaliadas em puerpério imediato (antes da pandemia), 3 meses (início da pandemia) e 6 meses (pico da pandemia) após o nascimento. Foram aplicados os questionários	Yuksel (2002), Schmid (2007), Han, Ma e Chen (2010), Wu <i>et al.</i> (2019), Matthies <i>et al.</i> (2019), Schiavi <i>et al.</i> (2020), Santos <i>et al.</i> (2004).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Fabricio Bezerra Eleres	<i>Covid-19 e suas repercussões na saúde mental de enfermeiros: abordagens das estratégias de enfrentamento</i>	Dissertação (2020)	Covid-19 (Pandemia); Enfermeiros - Saúde mental; Ansiedade.	Universidade de Fortaleza (Enfermagem)	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_9c53d21338b48d3df4a2c2f7768cc7d7
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Rita Neuma Dantas Cavalcante de Abreu	Saúde mental de enfermeiros e abordagem das estratégias de enfrentamento no contexto da Covid-19	Averiguar as repercussões na saúde mental de enfermeiros e abordagem das estratégias de enfrentamento no contexto da Covid-19		Estudo transversal, realizado com 58 enfermeiros mestrandos de Instituição de Ensino Superior, privada, localizada em capital do nordeste brasileiro. Os dados foram obtidos por meio de dois questionários de um momento de orientação organizado pelos pesquisadores.	Zwielews <i>et al.</i> (2020), Ferrari (2020), Garcia e Duarte (2020), Schmidt <i>et al.</i> (2020), Brasil (2020), Schmidt, Dantas e Marziale (2011), Barbosa <i>et al.</i> (2020), Maia e Dias (2020), Santos e Alves Junior (2007).

Quadro 1 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo descritor: Covid-19 (conclusão)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Jaílida de Souza Corrêa	<i>As projeções do avanço em saúde mental nos casos de tabagismo, álcool e violência doméstica no cenário pandêmico da Covid-19: uma revisão sistemática da literatura</i>	Dissertação (2021)	Covid-19; Isolamento social; Tabaco; Álcool; Violência doméstica.	Universidade Nove de Julho (Administração)	http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/1524
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Antônio Pires Barbosa	As projeções do avanço do tabagismo, álcool e violência doméstica no período de isolamento social	Verificar e analisar quais as projeções do avanço do tabagismo, álcool e violência doméstica no período de isolamento social.		Estudo de revisão sistemática da literatura com etapas pré-definidas, com o percurso metodológico pautado na construção de um protocolo como norteador da pesquisa	Adiga et al. (2020), Bauer <i>et al.</i> (2020), Bessa, Lima e Rocha (2020), Bhourri <i>et al.</i> (2020).

Fonte: elaborado pela autora.

Certamente, muitas pesquisas com essa temática estão ainda em curso, o que justifica a carência de produções na área da educação, por exemplo, que retornou com apenas uma pesquisa, a saber: *Ensino remoto na pandemia: urgências e expressões curriculares da cultura digital*, produzida por Carolina Gil Santos Wolff, em 2020.⁹

A pesquisa teve como o objetivo geral analisar, sob o aspecto da urgência e da coesão de valores da cultura digital, a implementação de um currículo escolar com o ensino remoto em um grupo escolar do 5º ano de uma escola particular de classe média alta na cidade de São Paulo.

A pesquisadora parte do desafio iniciado pelas mudanças no currículo da escola em que trabalhava, cujas aulas de informática não dispunham mais de um horário fixo. Diante da reestruturação curricular pelo novo modelo de aula emergencial, buscou saber: *como acolher as tecnologias no cotidiano escolar, de forma orgânica e para além do seu sentido mercadológico, voltado para a aquisição de dispositivos como marketing para a instituição?*

Em sua trajetória profissional, percebeu a inexistência de eficácia comprovada de propostas de uso das TDICs em algumas escolas das quais fez parte. A autora fez uma análise nos currículos sobre a importância do uso das TIDCs, após a qual constatou a falta de compreensão sobre suas formas e usos.

A pesquisadora acompanhou, desde o ano de 2018, a formação de vários grupos de professores para o uso de tecnologias como ferramenta educacional a ser aplicada em escolas nos anos iniciais e finais, as quais acredita serem fundamentais para dar conta de atender à atualidade, em que a cultura digital faz parte da vida em sociedade.

Com a nova demanda do currículo exigida pela pandemia do Covid-19, as tecnologias digitais foram essenciais para manter o ensino nas escolas. A pesquisadora foi enfática ao destacar que o ensino remoto emergencial proposto para as escolas da rede não é o mesmo que o ensino EaD e também se difere do *homeschooling*, defendido por grupos isolacionistas que creem que a família e a religião são as únicas educadoras da sociedade.

Partindo dessa problemática, a pesquisa acompanhou a trajetória do ensino remoto durante os três primeiros meses de sua implementação, de março a junho de 2020, acompanhando as disciplinas da turma do 5º ano do colégio Santa Cruz, São Paulo, um colégio particular de um bairro de classe média alta.

De forma geral, a pesquisadora percebeu alguns obstáculos, como: a dificuldade de algumas famílias em conseguir acessar tais plataformas para o acompanhamento das crianças

⁹ Esta pesquisa foi identificada no Quadro 1 com o símbolo *.

menores, e a dificuldade enfrentada por alguns alunos que tinham apenas o celular disponível para a realização das aulas, em virtude do tamanho da tela, que dificulta a digitação e a aprendizagem.

A pesquisa conclui apontando os ganhos com o uso das tecnologias como ferramenta de ensino, apesar de os professores não explorarem os aspectos da cultura digital, como a definição de fontes confiáveis, a citação de fontes utilizadas para a pesquisa, entre outros, o que ainda se tornam um desafio. O uso das TDICs pelos professores e alunos trouxe inúmeras vivências e experiências nos meios digitais, e os envolvidos ganharam uma ‘fluência digital’. Mesmo não estando presente de forma ‘real’, a escola oportunizou vivências e aprendizados para as crianças e, nesse sentido, o educador possui papel primordial no desenvolvimento de propostas de ensino e de aprendizagens, atuando como mediador desse processo, mesmo que ainda esteja em construção. A autora julga fundamental que as TIDCs sejam situadas para além da dimensão de utensílios ou ferramentas, a fim de que se possa formar um novo estatuto de cultura digital para a sociedade atual.

Apesar dos contextos ‘classe’ e ‘território’ serem diversos dos desta pesquisa, o estudo de Wolff (2016) contribui para pensarmos nos demais contextos sociais em que a pobreza e a falta de condições materiais estão presentes. Se, em um bairro de classe média alta, a pesquisa revelou as dificuldades das famílias que têm filhos menores em acompanhar as aulas, bem como que o celular não é uma ferramenta viável para o processo de ensino-aprendizagem, havendo a necessidade de ferramentas específicas para o bom desenvolvimento das aulas, em comunidades mais pobres, em que o celular ou o *tablet* são os únicos recursos disponíveis para o acesso às aulas, a exemplo da comunidade periférica pesquisada, as famílias não têm disponibilidade de acesso à internet com qualidade, utilizando apenas à internet móvel de seus aparelhos.

Com base nesse retorno, justificamos esta pesquisa e pontuamos a urgência em conhecer as implicações do ensino remoto emergencial para as famílias e as crianças desta pesquisa, que, em virtude da carência material, não conseguem sequer acessar o sistema de ensino.

2.2.2 Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): ‘desigualdade social’ e ‘educação infantil’

Procuramos investigar as produções relacionadas aos temas: ‘desigualdade social’ e ‘educação infantil’. Nesse caso, a busca selecionou ‘todos os campos’, limitou o período

entre os anos de 2017 e 2021,¹⁰ bem como utilizou os descritores ‘desigualdade social’ e ‘educação infantil’, com o intento de saber qual o número de pesquisas em que a desigualdade social, interligada à educação infantil, constituía o objeto de estudo. Nesse sentido, a busca teve como objetivo abranger mais pesquisas para que fosse possível realizar uma análise mais detalhada.

Obtivemos como retorno 40 trabalhos, distribuídos entre 23 universidades, a saber: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual Feira de Santana (Uefs), Universidade Federal de Pernambuco (UFP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – *Campus* Cascavel, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Das 23 instituições participantes, 14 pertencem à esfera pública federal. Com os resultados encontrados, buscamos estabelecer o ponto em que se entrecruzam as pesquisas relacionadas ao tema ‘desigualdades sociais’.

Como já descrito, as desigualdades sociais manifestam-se em várias áreas da sociedade, portanto é necessário esclarecer que a nossa pesquisa, em específico, articula a desigualdade social à de classe, compreendendo-a como desigualdade econômica.

Após a leitura dos resumos, contatamos que a maioria das pesquisas interligava a desigualdade social a categorias como: mortalidade infantil, violência, crianças sem-terra, gestor homem na educação infantil, oferta de vagas em creches, trabalho precoce, educação no campo, nucleação escolar e temáticas relacionadas ao trabalho no campo, a políticas étnico-raciais, às desigualdades de gênero, além de estudos interseccionais entre a medicalização e a musicalização na educação infantil.

¹⁰ Para essa busca, o recorte temporal foi de janeiro de 2017 a abril de 2021.

Apesar de algumas pesquisas apontarem a desigualdade econômica como eixo de pesquisa, poucas possuem como objeto a educação infantil. Das 40 pesquisas, 11 foram eleitas para uma análise minuciosa, conforme o Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos descritores: desigualdade social e educação Infantil (continua)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
*Nayara da Silva Borges Felix	<i>“Minhas crianças na escola”: sobre mulheres, mães, trabalhadoras da zona rural de Feira de Santana e o tema da Educação Infantil</i>	Dissertação (2018)	Educação Infantil; Educação Infantil do campo; Políticas educacionais; Mulheres/mães do campo; Desigualdade social.	Universidade Estadual Feira de Santana	http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/707
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante	As condições de vida de mulheres da zona rural do município de Feira de Santana (BA), mães de crianças da educação infantil do Distrito de Ipuçu/João Durval Carneiro.	Analisar o significado da escola para as mães da Educação Infantil à luz da obrigatoriedade da lei 12. 796/13, na zona rural de Feira de Santana.		Perspectiva social crítica, qualitativa, dentro da lógica dialética, tendo como instrumentos de coleta de dados, a aplicação de questionários e entrevistas com mães da zona rural.	Santos <i>et al.</i> (2014), Martins (2010), Barbosa e Fernandes (2013), (Barbosa <i>et al.</i> (2012), Gonçalves (2014), Boito e Castelli (2011), Lima (2012), Konder (2008), Minayo (2009), Mazzotti e Gewandsznajder (1998), Antunes (2005), Rodrigues e Araújo (2012).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
*Luís Henrique dos Santos Barcellos	<i>A Ciranda Infantil e as crianças Sem Terrinha: educação e vida em movimento</i>	Dissertação (2020)	Educação infantil; Infância; Criança; MST; Ciranda Infantil.	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_74063cb5bd99217e28e6ee691a26f736
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Julio Cesar Torres	A Educação Infantil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).	Investigar a proposta educacional do MST para a infância no contexto das Cirandas Infantis.		A pesquisa foi de natureza bibliográfica e análise documental	Gil (1999), Cellard (2008), MST (1996, 1999, 2001), Luedke (2013), Paludeto (2018), Caldart (2012), Stédile e Fernandes (2012).

Quadro 2 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos descritores: desigualdade social e educação Infantil (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Ana Célia de Sousa Santos	<i>Representações sociais de relações de gênero de professoras/es da Educação Infantil</i>	Tese (2019)	Educação Infantil; Representações sociais; Relações de gênero; UFPE - Pós-graduação.	Universidade Federal de Pernambuco	https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35258
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Lícia de Souza Leão Maia	Como as relações de gênero são instituídas na Educação Infantil, a partir do que pensam e ensinam as/os professoras/es, de modo a contribuir ou não para a construção de um novo olhar sobre as relações de gênero?	Identificar as representações sociais de relações de gênero, analisando as possíveis relações entre as Representações Sociais e as práticas docentes das/os professoras/es de modo a compreender como são construídas as relações de gênero na Educação Infantil.		Fez uso da teoria das Representações Sociais, especificamente a abordagem processual e/ou cultural de Denise. A análise dos dados foi baseada na técnica de Análise de Conteúdo. (BARDIN, 1977).	Haraway (1995), Rago (1998), Sardenberg (2002), Santos (1989, 2002, 2009, 2010), Sarti (2004), Pinto (2003), Louro (1997, 2000, 2008), Oyěwùmí (2000, 2004), Cunha (2011, 2014, 2017), Colling (2004), Saffioti (2004), Auad (2006), Piscitelli (2009), Freire (1996), Finco (2017), Kramer (2006), Souza (2012).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Thiago Terres	Desafios de ser gestor homem nos centros de Educação Infantil do município de São Paulo	Dissertação (2019)	Divisão do trabalho por sexo; Gestores homens; Educação infantil.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22037
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Fernanda Coelho Liberali	Os desafios de ser gestor homem nos centros de Educação Infantil do município de São Paulo	Compreender os desafios de ser gestor homem nos centros de Educação Infantil do município de São Paulo		Pesquisa qualitativa (André, 2000) e análise de conteúdo (Moraes, 2003)	Maclaren (2000), Candau (2008), Moraes (2003), Liberali e Liberali, (2011), Santos (2009), Louro (1997), Foucault (1979).

Quadro 2 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos descritores: desigualdade social e educação Infantil (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Renata Monteiro Garcia.	<i>Medicalização da infância e políticas sociais: processos de submissão e resistência na produção da economia da diferença</i>	Tese (2018)	Patologização; Diagnóstico; Deficiência; Desigualdade social; Benefício de prestação continuada.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25216
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Ilana Lemos de Paiva	A medicalização na infância	Analisar as relações existentes entre o fenômeno da multiplicação de diagnósticos de deficiência mental em crianças, a patologização da infância e o acesso às políticas sociais naquela realidade		Pesquisa documental e a pesquisa de campo	Murgia, Odorica e Lendo (2016), Latella (2008), Szasz (1943, 1946, 1960, 1966, 1973, 1974), Odroika <i>et al.</i> (2016).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
*Maria do Carmo de Moura Silva Soares.	<i>O processo de nucleação escolar no campo: implicações na Educação Infantil das crianças do campo no Município de Limoeiro- PE</i>	Tese (2017)	Políticas educacionais; Nucleação escolar; Educação infantil do campo; Gerencialismo; Sociabilidades contemporâneas.	Universidade Federal da Paraíba	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12646?locale=pt_BR
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Angela Maria Dias Fernandes	Os processos societários e os modos de sociabilidade presentes na implementação da política de nucleação escolar no campo adotada no município de Limoeiro – PE e suas implicações na Educação Infantil	A presente pesquisa tem como objetivo investigar os processos societários e os modos de sociabilidade presentes na implementação da política de nucleação escolar no campo adotada no município de Limoeiro – PE e suas implicações na Educação Infantil		Pesquisa de campo, do tipo exploratória, com uma abordagem qualitativa. Como recurso metodológico, foi utilizada a entrevista em profundidade.	Santos (2005, 2008, 2016), Duarte (2006), Silva Moraes e Bof (2006), Arroyo, Caldart e Molina (2004), Fernandes, Cerioli e Caldart (2005), Santos e Menezes (2009), Freire e Macedo (2002), Barbosa <i>et al.</i> (2012), Silva e Pasuch (2010), Leal (2013).

Quadro 2 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos descritores: desigualdade social e educação Infantil (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Monique Robain Montano	<i>A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre</i>	Dissertação (2018)	Decreto Municipal 19.775/2017; Marco Regulatório; Porto Alegre (RS).	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	http://hdl.handle.net/10183/189580
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Vera Maria Vidal Peroni	Se o novo ordenamento jurídico, em nível local, modifica a relação da parceria entre o poder público e as entidades privadas sem fins lucrativos na perspectiva da oferta da educação infantil em Porto Alegre.	Analisar a elaboração da política da parceria entre poder público e a sociedade civil, pelo governo municipal de Porto Alegre, a partir do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), na perspectiva do que dispõe a Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 19.775/2017		Consistiu na compreensão do cenário jurídico e político da política pesquisada, no estudo das respectivas legislações, assim como procedemos a análise documental e do processo em âmbito nacional e local.	Peroni (2016), Harvey (2005), Vieira (2007), Ball e Olmedo (2013), Peroni (2016), Guidens (2007), Montañó (2002).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Naira Estela Roesler Mohr	<i>A educação do campo na perspectiva republicana de nação: contribuições das políticas de educação do campo em movimento</i>	Tese (2018)	Educação e Estado; Estudo e Ensino; Educação Rural; Brasil.	Universidade de Passo Fundo	http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1678
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Telmo Marcon	As políticas de educação do campo no Brasil, na perspectiva do direito universal ao acesso educacional em consonância com a construção de um projeto republicano de sociedade	Analisar as políticas de educação do campo no Brasil, na perspectiva do direito universal ao acesso educacional em consonância com a construção de um projeto republicano de sociedade		Pesquisa bibliográfica, documental e análise estatística sobre a Educação do Campo, orientada por uma interpretação dialética de análise que abordou elementos qualitativos e quantitativos	Fernandes (2013), Bobbio (1992), Caldart (2012), Paviani (2013), Cury (1995), Robsbawm (2012), Silva e Silva (2009), Brutti (2014), Boto (2003), Souza (2008).

Quadro 2 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos descritores: desigualdade social e educação Infantil (continuação)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Tatiana de Cardoso e Mendes Castro	<i>Judicialização de direitos sociais: contradições, desafios e potencialidades ao Serviço Social na Defensoria Pública do estado de São Paulo</i>	Dissertação (2019)	Direitos Sociais; Judicialização; Defensoria Pública; Serviço Social.	Universidade Federal de São Paulo	https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59812
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Maria Liduína de Oliveira e Silva	A problemática da judicialização de direitos sociais na contemporaneidade	Refletir sobre a judicialização de Direitos Sociais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e os dilemas, contradições e desafios ao trabalho do Serviço Social na Instituição.		Desenvolvido em uma perspectiva crítica e dialética da realidade, utilizando abordagem qualitativa, alicerçada por pesquisa bibliográfica, documental, levantamento de dados.	Marx (1978), DEPESP (2016), Chizzotti (2009), Severino (2007), Iamoto (2008), Piana (2009), Barroco (2011), Gomes (2009), Mbembe (2017).
Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Gabriela Fernandes Rocha	A política de saúde no enfrentamento ao trabalho precoce	Tese (2017)	Trabalho precoce; Profissionais de saúde; Política de saúde; Enfrentamento.	Universidade Federal da Paraíba	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12172?locale=pt_BR
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Maria de Fátima Pereira Alberto	<i>A política de saúde no enfrentamento ao trabalho infantil como garantia de direitos</i>	Analisar a política de saúde no enfrentamento ao trabalho infantil como garantia de direitos		Pesquisa documental	Nogueira (1993), Priore (2002), OIT (1973), Brasil (1990, 2020, 2011), Alberto (2002), Fonseca (2010), Lima e Almeida (2010), Ferraz e Gomes (2012).

Quadro 2 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos descritores: desigualdade social e educação Infantil (conclusão)

Autor	Título	Ano	Descritores	Instituição	Fonte
Iury Parente Aragão	Elos Teóricos-Metodológicos da Folkcomunicação: o retorno às origens (1959-1967) e São Bernardo	Tese (2017)	Funcionalismo; Desenvolvimentismo; Elacom; Edison Carneiro; Folkcomunicação; Luiz Beltrão.	Universidade Metodista de São Paulo	http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1670
Orientador	Problemática	Objetivo Geral		Metodologia	Principais autores
Magali do Nascimento Cunha	Possíveis elos teórico-metodológicos presentes na tese de Luiz Beltrão, intitulada de Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias	Identificar os possíveis elos teórico-metodológicos presentes na tese de Luiz Beltrão, intitulada de Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias		Pesquisa documental, bibliográfica, de campo, com observação participante e uso de entrevista aberta	Beltrão (2001), Marques de Melo (1980), Jacks e Escosteguy (2003), Escosteguy e Jacks (2003), Genro Filho (1987), Fernandes (1962), Durkheim (2013), Aron (2008), Malinowski (1970).

Fonte: elaborado pela autora.

Após a leitura minuciosa, elegemos três pesquisas,¹¹ pelo fato de trazerem contribuições importantes, evidenciando que a implementação de políticas neoliberais coloca em risco a classe trabalhadora, porque provoca o aumento das desigualdades sociais.

A primeira pesquisa que destacamos é “Minhas crianças na escola”: sobre mulheres, mães, trabalhadoras da *Zona Rural* de Feira de Santana e o tema da Educação Infantil, Dissertação de 2018, produzida por Nayara da Silva Borges Felix no âmbito da Uefs. A pesquisa teve como objeto de estudo conhecer as condições de vida de mulheres da Zona Rural do município de Feira de Santana, BA, mães de crianças da Educação Infantil do Distrito de Ipuacu/João Durval Carneiro.

Felix (2018) buscou conhecer a relação das mulheres do campo e suas condições familiares, de vida e trabalho, bem como a rotina de suas crianças na etapa Educação Infantil. A pesquisa relaciona as temáticas ‘educação infantil’ e ‘educação infantil do campo’, visando compreender os efeitos das políticas educacionais atuais após a promulgação da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que determina a obrigatoriedade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil, compreendendo esta etapa da Educação Básica como fruto de lutas dos coletivos sociais e, principalmente, como conquista para a classe trabalhadora.

A autora teve como objetivo central analisar o significado da escola para 38 mães da Educação Infantil, à luz da obrigatoriedade da Lei nº 12.796/2013, na Zona Rural de Feira de Santana. Felix (2018) utilizou como metodologia uma perspectiva social, crítica e qualitativa, dentro da lógica dialética, contando com o auxílio de instrumentos de coleta de dados como a aplicação de questionários e entrevistas com mães da Zona Rural que têm seus(suas) filhos(as) matriculados(as) na instituição de ensino pesquisada.

A pesquisa revelou que a alteração da idade para matrícula das crianças não se mostrou pertinente para a vida das mulheres pesquisadas (haja vista o fato de desconhecerem a alteração da lei). Para elas, a instituição educativa é um meio de mudança social, e a educação de seus filhos seria uma oportunidade de ascensão social que não tiveram chances de alcançar. A autora compreende que a instituição escolar, desde a Educação Infantil, é fundamental para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no cenário de desigualdade social em que se encontram as mães da pesquisa.

Por meio de entrevistas semiestruturadas, a pesquisadora pôde compreender as dificuldades vividas por 38 mulheres da zona rural para conciliar suas condições de vida e

¹¹ As pesquisas eleitas foram identificadas no Quadro 2 com o símbolo*.

trabalho com a rotina escolar dos(as) seus(as) filhos(as), bem como as razões que as levaram a matricular suas crianças na etapa da Educação Infantil.

A pesquisa ainda identifica que, para além dos condicionantes relacionados à desigualdade de classe, a situação é fortemente agravada por fatores relacionados ao gênero, à raça e ao território, somados à falta de escolaridade. Nesse sentido, a escola e demais instituições educativas formam uma importante estratégia para a construção de um novo modelo de vida futura para seus(suas) filhos(as), diferente das suas. Por meio das entrevistas, a pesquisadora conheceu as dificuldades enfrentadas pelas participantes, como: a falta de escolaridade, a ausência de perspectiva de trabalho com a terra, a sensação de impotência diante da realidade social apresentada e a falta de iniciativa coletiva, fatores estes que agravam o quadro desigual dessas mulheres trabalhadoras, que, por todas essas situações, dispõem de pouca renda para tentar garantir o sustento de suas famílias.

Felix (2018) revelou também a insatisfação das mães para com a infraestrutura da escola. Mesmo após a reforma da instituição, elas denunciaram a ausência de qualidade quanto à infraestrutura e à organização do espaço físico, muito aquém das necessidades das crianças pequenas, revelando que os banheiros não são adaptados, as salas são pouco arejadas e a instituição não dispõe de qualquer aspecto que valorize a especificidade do campo, reproduzindo os modelos das instituições urbanas, mas com menos qualidade.

A autora conclui que as mães não haviam compreendido a importante conquista para a classe trabalhadora que é a garantia de ter atendimento escolar aos(às) seus(suas) filhos(as) na etapa da Educação Infantil.

Esta pesquisa nos leva a refletir sobre a importância de conhecer a realidade vivida, para que seja possível projetar ações sociais coletivas que possam produzir melhorias nas condições de vida, na busca por uma sociedade menos desigual e mais justa.

A segunda pesquisa tem como título: *A Ciranda Infantil e as crianças Sem Terrinha: educação e vida em movimento*, dissertação de 2020, produzida por Luís Henrique dos Santos Barcellos no âmbito da Unesp. Teve como objetivos investigar como se configura a Educação Infantil do MST e compreender o principal movimento brasileiro de luta e resistência pela terra e contra o avanço do capitalismo. Ancorou-se em pesquisa bibliográfica e análise documental (teses e dissertações), contando também com documentos oficiais do MST pertinentes às temáticas ‘educação’, ‘criança’ e ‘infância’.

A pesquisa compreende a criança como sujeito atuante e participativo deste movimento, que, desde o seu nascimento, vivencia as lutas travadas contra o capital. O Movimento possui um projeto educativo próprio, pensado para ela. A proposta educacional do

MST para a infância no contexto da Ciranda Infantil realizou-se pela apresentação histórica do Movimento e sua atuação, evidenciando o processo de constituição do sujeito sem-terra, da criança sem-terrinha e suas lutas. Percebe o MST como revelador da desigualdade social, do descaso e da negligência para com as reais necessidades da população camponesa, e também como protagonista da luta por uma sociedade mais justa, com um projeto humanista e socialista.

A pesquisa teve como ponto central conhecer de que forma o contexto das Cirandas Infantis é trabalhado e desenvolvido como resposta à necessidade de espaço para cuidado e guarda das crianças, que, no movimento de luta, descobrem-se como atores e reclamam ativamente um lugar de formação, estudo, brincadeira e de organização das suas mobilizações. Assim, a Ciranda Infantil é um instrumento de formação humana. A pesquisa teve como objetivos específicos: compreender a história do MST, em especial a formação dos sem-terra e dos sem-terrinha; analisar a concepção de criança e de infância do MST; analisar a concepção de Educação Infantil do MST e sua Ciranda Infantil, compreendendo sua história, princípios e objetivos; caracterizar a organização da Ciranda Infantil do MST.

A pesquisa conclui que a experiência das Cirandas, enquanto proposta de educação para as crianças do MST, pode se transformar em uma política nacional de Educação Infantil do Campo. As Cirandas Infantis são consideradas espaços de educação não formal e, de acordo com o Movimento, devem existir independentemente da presença ou não de escola infantil nos assentamentos e acampamentos. Na luta por educação, o MST compreende a importância da escola e luta primeiro para ter escola e depois para fazer dela uma escola do Movimento.

Barcellos (2020) nos leva a pensar na formação de professores nos cursos de licenciatura, na necessidade de conhecer e discutir, bem como de ampliar as pesquisas sobre as infâncias de diferentes propostas educativas, como no caso dessa pesquisa, a infância sem-terrinha e a Ciranda Infantil, pois tais experiências constituem-se como propostas educativas críticas que auxiliam no processo de conhecimento sobre as desigualdades sociais.

A terceira pesquisa intitula-se: O processo de nucleação escolar no campo: implicações na Educação Infantil das crianças do campo no Município de Limoeiro-PE, dissertação de 2017, produzida por Maria do Carmo de Moura Silva Soares no âmbito da UFP. O estudo parte da análise do cenário de globalização hegemônica, conduzida pelas forças do capitalismo neoliberal, que, ao efetivarem suas políticas de ajustes estruturais e de estabilização macroeconômica, provocam turbulências nos quadros legais e nos arranjos institucionais, o que agrava as injustiças sociais sofridas por aqueles que vivem e/ou

trabalham no campo brasileiro, que sofrem pela expropriação da terra, dos meios de produção da vida, dos territórios e espaços de reprodução de suas identidades culturais coletivas. Tais políticas provocam o agravamento da exclusão e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Por meio de uma pesquisa de campo, do tipo exploratória e de abordagem qualitativa, Soares (2017) buscou investigar os processos societários e os modos de sociabilidade presentes na implementação da política de nucleação escolar no campo adotada pelo município de Limoeiro, PE, e suas implicações na Educação Infantil. Como recurso metodológico, foi utilizada a entrevista em profundidade, que, segundo Duarte (2006), possibilita ao investigador a busca e o recolhimento de respostas a partir de experiências subjetivas. A escolha deste campo se deu pelo fato de ser uma das escolas que sofreram a alteração com o processo de nucleação escolar, atendendo diversos grupos de crianças na Educação Infantil, foco da investigação.

A pesquisa de campo revelou que muitas famílias desconhecem as legislações sobre os processos de nucleação escolar e que a escola não consegue dar conta dessa formação política, necessária para que a comunidade consiga enxergar a realidade social em que vive e compreender o poder das políticas públicas e os efeitos que exercem em suas vidas.

Nesse sentido, as políticas neoliberais contribuem para a fragmentação dos sindicatos e para a fragilização das legislações trabalhistas. Soares (2017) também critica o envolvimento de certos sujeitos na política, mais interessados em atender às demandas do empresariado do que as da comunidade, aproveitando-se do fato de que a maioria das famílias não tem conhecimento de seus direitos. De acordo com a autora, essa desarticulação vem contribuindo para a disseminação do conformismo diante da retirada dos sujeitos do campo de suas instituições e organizações sociais, fazendo com que se crie uma ilusão de melhoria ou qualidade educacional com o fechamento das escolas e o direcionamento dos(as) alunos(as) para as escolas nucleadas. Além da redução dos custos aos cofres públicos, essa manobra garante ao gestor público meios de corresponder às metas das avaliações no município. Ao invés de investir em melhorias para as escolas municipais, as Secretarias Municipais de Educação optam pela solução mais rápida, o fechamento das escolas e a ‘resolução do problema’.

Dessa forma, tal política contribui substancialmente para o aumento das desigualdades sociais, que tanto marcam as infâncias brasileiras, em função das diversidades regionais, étnico-raciais, de classe e do local de residência (urbano ou rural). Em virtude dos desmantelamentos das políticas sociais, o aparelho de Estado restringe-se apenas à

coordenação de tarefas, pois fica condicionado a atender às demandas externas ou internacionais.

Por fim, Soares (2017) conclui que a política de nucleação escolar no campo adotada pelo município de Limoeiro, PE, foi implementada no âmbito das sociabilidades investigadas a partir das seguintes temáticas: insegurança, responsabilização, monoculturalismo e conformismo. De acordo com a autora, isso contribui para a desmobilização dos sujeitos e para o enfraquecimento das resistências à globalização hegemônica. Tal medida apresenta-se como obstáculo para que a Educação Infantil do Campo alcance as escolas no contexto rural e constitua espaços contra-hegemônicos.

A pesquisa nos movimenta a pensar que comunidades pouco articuladas com os movimentos sociais se constituem num terreno fértil para a instauração de processos societários hegemônicos excludentes.

2.2.3 Pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

A busca concentrou-se em refinar e estabelecer critérios para identificar pesquisas que pudessem, de alguma forma, contribuir com esta. Para isso, definimos os seguintes elementos: área de conhecimento: Ciências Humanas. Área de avaliação: educação. Área de concentração: educação. Nome do programa: educação. As palavras-chave foram: ‘educação infantil’; ‘pandemia’; ‘desigualdade de classe’.

Na primeira tentativa, não identificamos pesquisas pertinentes à temática deste estudo utilizando as palavras-chave descritas. Na segunda tentativa, buscamos interligar estudos envolvendo apenas ‘educação infantil’ e ‘desigualdade de classe’, mas não obtivemos nenhum resultado. Na terceira busca, concentramo-nos em estabelecer o foco na classe social, utilizando as palavras-chave ‘educação infantil’ e ‘classe social’, também sem sucesso. Na quarta tentativa, optamos por utilizar as palavras-chave ‘desigualdade social na educação infantil’, com a qual obtivemos 15.387 pesquisas. A fim de dar condições factíveis para a realização da, optamos por eleger um ano com bastante produções (2018), e o resultado da busca reuniu 2.008 pesquisas.

Com um número razoável de trabalhos, passamos à etapa seguinte: encontrar pesquisas que extrapolassem os muros da instituição educativa. Em vista disso, procuramos por pesquisas que analisassem a realidade das famílias e das crianças na Educação Infantil.

Após as análises dos títulos, reunimos 16 pesquisas poderiam estar relacionadas com as categorias ‘classe’ e ‘desigualdade social na Educação Infantil’. Após análise minuciosa,

constatamos que, quando a educação estava interligada à classe, as pesquisas relacionavam-se com: educação no campo, formação de professores e/ou de análises bibliográficas. Quando se desdobravam para uma investigação de campo, as pesquisas restringiam-se aos profissionais da instituição educativa, sem abordar o contexto social de vida das famílias pertencentes à classe trabalhadora no contexto da Educação Infantil.

Das 2.008 pesquisas apuradas, apenas uma dissertação da área da Educação Infantil, do ano de 2018, relacionava-se diretamente com esta, a saber: *“Eu nem tenho medo da polícia, porque já tô grandinha, tô acostumada com tiro, nem dou bola, durmo em paz”*: o confinamento e a adultização da infância da família trabalhadora na comunidade Chico Mendes, produzida por Mirtes Aurélia Boaro Santos, já elencada no capítulo anterior.

A pesquisa parte da constituição de classe de uma comunidade periférica do município de Florianópolis. A autora evidencia a ausência de estudos referentes à temática, com base na materialidade histórica, bem como na perspectiva histórico-cultural, constatada por meio do levantamento bibliográfico realizado. Justifica sua importância ao discutir a infância da classe trabalhadora, bem como instigar a reflexão e a intensificação das lutas pela conquista da infância enquanto um tempo com especificidades próprias. Teve como objetivo geral compreender como as crianças da comunidade Chico Mendes vivem a infância mediante sua condição de classe.

Em suas análises, Santos (2018) enfatiza a luta coletiva da comunidade, por meio dos relatos de moradores e líderes comunitários participantes da pesquisa, que possibilitou à pesquisadora enxergar uma comunidade unida na luta pelos seus direitos, mesmo diante de todos os desafios enfrentados em razão do seu perfil socioeconômico instável, pelo fato de que a maioria das famílias vive de empregos informais e poucas recebem o auxílio do governo federal. A baixa escolaridade também é um fator preocupante, já que influencia diretamente na capacidade das famílias em conseguir emprego. Do mesmo modo, por conta das características da comunidade (violência e tráfico de drogas), as famílias são estigmatizadas.

De acordo com a autora, essas contradições atingem diretamente as crianças, que, desde muito cedo, tornam-se parte do ‘mundo adulto’, envolvendo-se em conflitos diversos, com a família, a comunidade e o tráfico, parte de sua rotina. Em vista disso, dividem-se entre as brincadeiras e a responsabilidade por contribuir de alguma forma com os afazeres do lar.

A pesquisa enfatiza que, em meio às poucas possibilidades de que dispõem, as famílias acabam delegando responsabilidades que excedem a capacidade das crianças, e isso limita seu tempo e suas oportunidades de ‘serem crianças’.

A pesquisa nos leva a problematizar as diferentes infâncias como construções sociais encharcadas de história e cultura, consolidadas pelos diferentes contextos de território e produzidas mediante múltiplas variáveis, como classe social, raça/etnia, gênero, entre outras, associadas às condições socioeconômicas das quais fazem parte.

2.2.4 Contribuições da Revista de Zero-a-Seis: *Crianças e suas infâncias em tempos de pandemia* (edições 2020 e 2021)

Buscamos por contribuições específicas nas categorias ‘pandemia’ e ‘educação’ infantil, sob a ótica de classe, em três artigos da Revista de Zero-a-Seis, a saber: “*Um jeito negro de ser e viver*”: (re)inventando a vida no contexto da pandemia da Covid-19 – o que dizem as crianças negras e suas mães, de Nanci Helena Rebouças Franco e Maria Patrícia Figueiredo Soares (2020); *Um olhar para o(s) corpos das crianças em tempos de pandemia*, de Márcia Buss-Simão e Juliana Schumacker Lessa (2020); e *Educação Infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um “novo normal”?*, de Ivone Garcia Barbosa e Marcos Antônio Soares (2021).

O primeiro artigo foi eleito por algumas particularidades em relação ao contexto social, abrangendo as categorias ‘classe’ e raça/etnia’, e também pelo fato de a pesquisa trazer para o campo de análise as experiências de mães trabalhadoras e seus filhos no contexto da Educação Infantil. Revela a fragilidade social imposta aos idosos, às mulheres e às crianças negras, como membros de um dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, bem como que o preconceito e a pobreza impedem estes sujeitos de viverem plenamente.

A pesquisa buscou explorar a narrativa das crianças e as narrativas de suas mães, além de demandas e sobrecargas que as afetam para além do aspecto material. As autoras perceberam que as crianças também apresentavam sintomas físicos e psicológicos como consequências do isolamento social. O contexto das mães da comunidade, muitas delas diaristas, manicures, pedagogas, entre outras profissões, algumas desempregadas ou que enfrentam inúmeras dificuldades para encontrar trabalho, é semelhante ao contexto desta pesquisa.

A violência doméstica, a carência de alimento, a dependência de ajuda do outro para o cuidado dos filhos e a necessidade de cestas básicas são parte da rotina de muitas famílias da comunidade. De igual modo, a instituição de ensino e as ONGs têm se tornando uma importante rede de apoio e de escuta às famílias.

Em virtude das desigualdades sociais que caracterizam a comunidade, a pesquisa enfatiza a importância do Centro Municipal de Educação Infantil em seu papel de escuta, de acolhimento e de respeito, afirmando que a instituição deve ter como objetivo promover o desenvolvimento de propostas que possibilitem às crianças aprendizagens que colaborem para garantir seu bem maior, que é a vida. No mesmo viés, assegura que, mesmo utilizadas como instrumentos de mediação do processo educativo, as tecnologias têm se tornado um importante espaço de escuta e de acolhimento às crianças e às suas mães em tempos de pandemia.

Franco e Soares (2020) também analisaram o papel das mães e das crianças negras, que continuam resistindo com o seu “jeito negro de ser e viver”, ancoradas nos valores civilizatórios afro-brasileiros. Nesse sentido, veem como primordial o desenvolvimento de ações e políticas públicas que sejam eficazes na luta contra o racismo, condição essencial para alcançar a igualdade racial pleiteada.

Apesar da distância, geograficamente falando, identificamos muitas familiaridades entre a pesquisa das autoras e a nossa, o que demonstra a fragilidade econômica em que se encontram muitas famílias brasileiras.

O segundo artigo aleito, *Um olhar para o(s) corpos das crianças em tempos de pandemia*, também traz para o debate as desigualdades sociais que a pandemia desmascarou e as implicações do protocolo de isolamento social, como se todos dispusessem das mesmas condições materiais para permanecerem na segurança de seus lares. A pesquisa considera o paradigma da criança enquanto sujeito de direitos, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e levanta o questionamento se a criança, realmente, tem seus direitos fundamentais à vida garantidos.

As autoras analisaram as dimensões política, econômica, histórica e cultural das crianças no contexto pandêmico, com o objetivo de conhecer o que está sendo imposto aos corpos desses sujeitos sociais, para além das dimensões biológica e social, compreendendo-os como corpos de direitos étnicos e possuidores de identidades que não podem ser ignoradas. No mesmo sentido, procuraram analisar os efeitos que a pandemia exerceu sobre estes corpos, já fragilizados pela própria constituição do nosso modelo capitalista de produção.

Primeiramente, partiram de dois acontecimentos, revelados por meio de comunicação eletrônica, que envolveram a morte de crianças na pandemia, trazendo também o relato das famílias que, sem emprego nem creche, realizavam diversos malabarismos, diariamente, para conseguirem o que comer, pois, além de cuidar e educar, a creche garante a oferta de cinco refeições orgânicas e balanceadas por dia.

No segundo momento, apropriam-se de imagens de matérias jornalísticas publicadas por jornais da França e de Portugal e reproduzidas aqui no Brasil, que abordam a experiência do retorno do atendimento em escolas na França. Mesmo se tratando de outra realidade, a configuração da organização dos espaços e dos corpos é limitante, pois impede a ocorrência de dimensões específicas dos modos próprios com que as crianças interagem socialmente, demonstrando com isso a fragilidade dos corpos infantis. A situação descrita é vista como um desafio a mais diante da nossa já tão precarizada realidade.

Por último, o artigo *Educação Infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um “novo normal”?*, com base no método dialético, realizou uma análise documental e bibliográfica considerando seus contornos e consequências para a educação das crianças no contexto pandêmico.

A pesquisa compreende como se expressa a concepção de criança e infância na sociedade capitalista. Pensando nas crianças, nas famílias e nas professoras em sua concretude, em tempos de pandemia, os autores problematizam as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras, em virtude da pobreza existente em nosso país.

Considerando a educação como uma das dimensões que compõem esse quadro, em virtude das condições desiguais, afirmam os autores que nem todas as crianças em idade escolar estão matriculadas na rede de ensino, pela mesma razão porque nem todo o cidadão brasileiro tem condições de ficar em casa, já que a maioria não possui condições materiais mínimas de se prevenir da contaminação viral, dadas às condições de pobreza em que vive.

Barbosa e Soares (2021) destacam os impactos econômicos na vida das crianças e suas famílias, no que tange às garantias de pleno desenvolvimento, somados às legislações educativas brasileiras, que têm abordado temas que não atendem às necessidades educacionais e materiais em tempos de pandemia. Os autores finalizam nos convidando a refletir sobre a necessidade de mudar para algo ‘novo’ e transformar a realidade, pois o que era anteriormente concebido não deve ser considerado um modelo ideal a ser seguido ou mesmo reproduzido.

3 DO PROBLEMA SOCIAL AO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO NOS ESTUDOS DE CLASSE: FAMÍLIA, INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E PANDEMIA

A conjuntura política da atualidade e a difusão de ideias e ideologias ancoradas no conservadorismo autoritário nos têm imposto diversos obstáculos e exigido um trabalho hercúleo por parte dos setores mais progressistas da sociedade.

Sabemos que somos constituídos por diversos grupos sociais em disputa. À medida que se relacionam e em meio às contradições existentes, esses grupos heterogêneos possibilitam o surgimento de novos setores, partidos e instituições, que, de maneira geral, tornam-se mais visíveis, conforme as interpretações e inquietações são produzidas no decorrer do seu percurso histórico.

Historicamente, à medida que adquiria mais visibilidade social, a criança passou a ocupar novos espaços na sociedade, impulsionando estudos e pesquisas que nos permitem compreender a infância como categoria de estudo social e histórica.

Buscamos, neste capítulo, discutir os elementos históricos que constituem a infância da criança da classe trabalhadora.

3.1 A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O processo de Revolução Industrial provocou mudanças no modo de vida em sociedade, basicamente pela divisão social do trabalho. Essa divisão do trabalho permitiu que pequenos grupos sociais, possuidores de determinadas condições econômicas, estabelecessem um modo de vida movido por interesses e culturas particulares, diferentes dos demais grupos da sociedade (ENGELS, 2010a; MARX, 2008).

Ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Engels (2010a) observa o surgimento dessa classe, associado ao processo histórico promovido pela Revolução Industrial: “Os primeiros proletários surgiram com a indústria, foram seu produto imediato” (ENGELS, 2010a, p. 63). O autor compreende a constituição das classes sociais de forma histórica, como resultado do desenvolvimento da indústria e do sistema capitalista, promovidos com a divisão social do trabalho.

Partimos dos estudos sobre a acumulação primitiva de Marx (1996) e da compreensão de que as classes sociais existentes na sociedade capitalista surgiram como resultado da ascensão de uma classe social em específico, a classe proprietária dos meios de produção ou de terras. A acumulação primitiva provocou dois movimentos: de um lado, a acumulação dos

meios de produção e subsistência, que foram transformados em capital e, de outro, a grande massa de sujeitos desprovidos dos bens e dos meios de sobrevivência, obrigada a vender sua força de trabalho em troca de um valor monetário.

Nesta pesquisa, a desigualdade social existente entre as classes burguesa e assalariada se referem a uma categoria de estudo oriunda de um fenômeno social e produzida por processos históricos, políticos e econômicos.

Assim:

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato, de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. (MARX, 1996, p. 340).

Em razão dessa divisão social do trabalho, consolidaram-se as classes sociais, divididas entre possuidores e não detentores dos meios de produção. Na dinâmica dessas relações com o trabalho, o trabalhador assalariado não possui os meios de subsistência nem os meios de produção; na condição de desprovido de tudo, está livre para vender sua força de trabalho, constituindo o grupo pertencente à classe explorada:

Classes sociais são grupos humanos que se diferenciam entre si pela posição que ocupam num determinado modo de produção e pelo seu papel na apropriação da riqueza. Cada um pertence a uma classe social de acordo com a parte que lhe cabe na divisão da riqueza que uma sociedade produz. Por ocuparem posições diferentes em determinado regime econômico, algumas classes podem apropriar-se do trabalho das outras. Os conflitos de interesses entre as classes conduzem inevitavelmente à luta entre exploradores e explorados. É a luta de classes. Marx considera que o modo pelo qual os homens produzem os bens materiais necessários à vida humana é o gerador das grandes mudanças históricas, condiciona a transição de um regime social para o outro. (GADOTTI, 1989, p. 75-76).

Assim, é na realidade vivida e em meio às contradições sociais inerentes a ela que o ser humano se funda (CONDE, 2012; MARX, 2008, 2013). Na (re)estruturação da sociedade pelo modelo capitalista de produção, o trabalho desempenhou revoluções históricas e tornou-se essencial não somente pela manutenção da materialidade das condições objetivas mas

também pela dignificação da vida e suas implicações na constituição da subjetividade do homem moderno (THOMPSON, 2002).

Em razão da centralidade que o trabalho ocupa em nossas vidas, compreendemos que a classe social está estruturada pelo trabalho e, nesse sentido, este não é apenas uma atividade específica dos sujeitos vivendo em sociedade, mas sim o meio pelo qual se fundamenta todo o processo histórico que permitiu ao ser humano se tornar um ser histórico e social (ENGELS, 2020; MARX, 1996).

Ricardo Antunes (2020, p. 181) afirma que a classe-que-vive-do-trabalho compreende a totalidade de homens e mulheres empregados e desempregados, bem como “aqueles expulsos do processo produtivo”, desprovidos dos meios de produção, “[...] que presenciam formas diversificadas de exploração do trabalho dadas pelo trabalho *part time*, terceirizados, subcontratados, temporários [...]”, entre outros, o que requer, de nossa parte, a análise da contradição de “uma sociedade do trabalho sem trabalho”.

O trabalho sempre existiu em nossa sociedade, o que mudou foram as formas das relações estabelecidas entre trabalho, trabalhador e natureza. Anteriormente, as atividades realizadas eram distribuídas no seio familiar, existindo uma organização social prévia, que possibilitava que todos colaborassem com a manutenção da vida. Nessa etapa, as atividades eram constituídas, basicamente, de trabalho artesanal, voltado ao valor do uso, cujo resultado final destinava-se ao consumo próprio ou possibilitava a troca por outros materiais de uso coletivo em família (CONDE, 2012).

A relação com o trabalho altera-se quando a finalidade do processo de produção do trabalho transforma-se em um conjunto de atividades e estratégias voltadas ao mercado (produção de valor de uso). A mercadoria, ao ser comercializada em troca de um valor monetário (dinheiro), tem no valor pago ao produto uma quantia maior do que o valor pago ao trabalhador (que produziu o produto), gerando assim a mais-valia e o lucro.

A introdução das máquinas na grande indústria no século XIX permite que o processo de trabalho, antes limitado pelas características individuais de cada trabalhador (idade, experiência, força e destreza), ocorra empregando menos força de trabalho para a produção da unidade mercadoria. (CONDE, 2015, p. 278).

Com as alterações nas formas de trabalho dadas pela inserção das máquinas na produção em larga escala, as crianças passam a ser ‘notadas’ como alternativa de força de trabalho barata. A educação surge para evitar que o trabalho consuma a saúde física e mental das crianças, amenizando a produção de adultos inválidos, marginalizados pelo próprio sistema que os consumiu. O Estado, portanto, espera que a educação “[...] afaste as crianças

da degeneração precoce sem abrir mão, totalmente, de explorá-las ou de prepará-las para a expropriação da mais-valia no futuro” (CONDE, 2015, p. 272).

Evidenciamos o processo de expropriação do controle do trabalho das mãos do trabalhador pelos capitalistas. Nesse processo, foi criado o salário, pago para manter a sobrevivência do trabalhador ao mesmo tempo em que o degenera, pois é insuficiente para suprir todas as suas necessidades.

Compreendemos, portanto, que a classe trabalhadora está estruturada pelo trabalho e, nesse sentido, este não é apenas uma atividade específica dos sujeitos vivendo em sociedade, mas sim o meio pelo qual se fundamenta todo o processo histórico e social que nos tornou humanizados (ENGELS, 2020; MARX, 1996).

3.1.1 A família trabalhadora na história

[...] Quando o trabalhador recebe mais terra do que a sua família possa cultivar nas tardes [...] o fazendeiro já não pode mais contar com ele para o trabalho rotineiro, e a colheita e o preparo de feno [...] são afetados a um ponto em que [...] resulte, eventualmente, em prejuízo à nação. (THOMPSON, 2002, p. 51).

Buscaremos trazer a constituição histórica da família trabalhadora seguida por seu modo de vida e suas relações de classe, bem como pelo contexto social a que pertencem.

Partimos dos estudos de Engels (2010b) em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, obra em que o autor compreende a constituição da família nuclear e monogâmica como a base da nova organização econômica da sociedade, estando esta interligada à gênese da exploração humana, das políticas de cercamento da propriedade privada e da formação e divisão das classes sociais. Nesta nova organização social, o Estado torna-se um órgão especial de repressão e de controle, mantendo os benefícios e a ordem social em favor de uma determinada classe. Segundo o autor, as famílias fundiram-se para ‘proteger seus bens’ e passaram a se desenvolver por meio do trabalho, estruturando as bases desta nova sociedade. Para Engels (2010b), a família se funda em paralelo com a propriedade privada, com o Estado e com o trabalho. Portanto, a constituição deste novo arranjo familiar não se deu naturalmente, mas sim em virtude de toda uma reorganização da sociedade, que utiliza seus meios de produção para acumulação de riqueza.

Em vista disso, é importante compreender que a família ‘modelo’ da sociedade burguesa se originou da propriedade privada e do trabalho, servindo como um elo da história que permitiu à classe dominante, pela ótica da diferença econômica e ideológica, a expropriação do trabalho de determinados grupos sociais, como forma de aumentar sua

riqueza individual. Também data dessa época a exploração da mulher pelo homem como expressão máxima da repressão entre gêneros, bem como instituição de papéis e funções sociais distintas para o homem e a mulher (FEDERICI, 2017; LESSA, 2012).

Para Thompson (2002), em *A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão*, o processo de cercamento das terras comunais impôs o sacrifício das famílias em “benefício do progresso econômico”, em referência ao processo de exploração nas fábricas, no início da era industrial capitalista. Nessa obra, o autor descreve os impactos sociais da propriedade privada, bem como a constituição histórica das desigualdades sociais.

Com o início da política dos cercamentos, as famílias, que antes compartilhavam a vida de forma comunal, precisaram se organizar por meio do trabalho assalariado, pois não possuíam mais terras comunitárias para a coleta de lenha e o plantio de alimentos.

Na cidade, essas famílias eram taxadas de atrasadas, por cultivarem dialetos e costumes regionais, sofrendo também de descaso por parte da sociedade em geral, pois, sem terem moradia, viviam em sótãos, não possuíam nenhuma assistência pública que fosse digna ou humana e, se não aceitassem os sótãos, seu último destino seriam as casas de correção, nem um pouco atrativas aos pobres, funcionando como uma espécie prisão, com sistemas de disciplinamento e controle (THOMPSON, 2002).

A criança, categoria mais indefesa e pobre, foi uma das que mais sofreu, pois perdeu sua infância, sua saúde e sua dignidade com a chegada das máquinas e a exploração dos homens de dinheiro. O sistema fabril minou as possibilidades de manter a cultura familiar e as tarefas domésticas (THOMPSON, 2002).

Percebemos que, historicamente, assim como a família, a formação das classes sociais é inseparável das relações históricas que a constituíram. Esses estudos promovem um diálogo entre vestígios históricos e teoria, no qual o passado e o presente estão unidos. Apesar das muitas contradições, essas evidências precederam a nossa historiografia, portanto não podem ser analisadas como um acontecimento natural, mas sim como construções históricas carregadas de materialidades e intencionalidades.

Na atualidade, muitos estudos têm se dedicado a interseccionar a classe dentro do contexto da Educação Infantil. No tocante à constituição das famílias trabalhadoras das comunidades periféricas, buscamos dialogar com pesquisas que se fundam na classe como centro de suas análises, dentre as quais as de Alcubierre (2017) e Santos (2018) nos trazem elementos centrais para esta pesquisa.

De acordo com a dissertação de Santos (2018), um estudo sobre as famílias do Bairro Monte Cristo, em Florianópolis, por ser uma comunidade periférica estigmatizada pela

criminalidade e violência em decorrência do tráfico de drogas, as famílias vivem um processo cada vez mais intenso de confinamento e exclusão. Em sua maioria, devido à escassez de recurso financeiro, fazem uso dos serviços públicos, como posto de saúde, creche, escola, entre outros, no entanto, esses serviços são insuficientes e precarizados.

As crianças, nesse contexto, estão se desenvolvendo e vivendo suas infâncias em meio às condições de classe a elas impostas: além de confinadas nos espaços da casa ou da creche, seu direito à liberdade e seu prazer de brincar lhe são negados. Nesse contexto em que vive a classe trabalhadora, as contradições são notáveis. Construídas historicamente desde os séculos passados, evidenciam o descaso para com as camadas empobrecidas e potencializam a desigualdade social.

A dissertação de Alcubierre (2017), que versou sobre as *Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida*, evidencia que as crianças migrantes são filhas da classe trabalhadora que, nas relações sociais regidas pelas contradições entre capital e trabalho, fazem e se refazem enquanto sujeitos de uma classe social subjugada desde a mais tenra idade pela ideologia do trabalho. A infância se formou cercada por um discurso que naturaliza os deslocamentos e as sujeições deles derivadas em troca de trabalho que gere algum tipo de renda.

Historicamente, a propriedade privada e a divisão social do trabalho resultaram no impedimento, para a maioria dos sujeitos sociais, de acesso à riqueza material e intelectual produzida, condicionados a conviver com a desigualdade, a pobreza, o desemprego, a violência e com uma precária educação, limitada à luta pela sobrevivência. A comunidade que esta pesquisa investiga nos revela que a exploração do trabalho e as desigualdades sociais impedem a transformação da vida do trabalhador e de sua família, bem como que essa situação advém de processos históricos anteriores, constituídos pelo ‘trabalho’, elemento fundante do ser social na sociedade, processo iniciado desde os séculos passados, pela Revolução Industrial e pela introdução da maquinaria moderna, seguido pelo surgimento da propriedade privada e da origem da família nuclear e monogâmica, que culminou na divisão entre proprietários (de bens ou terras) e não proprietários e, conseqüentemente, na divisão de classes (ENGELS, 2010b; MARX, 2004; THOMPSON, 2002).

Nesse sentido, o trabalho não garante a melhora substancial na qualidade de vida, servindo, muitas vezes, apenas para garantir a sobrevivência da vida familiar.

Nesse contexto, a infância coloca-se no centro deste debate, pois está vinculada à classe social. É evidente que uma grande parcela destas crianças não possui garantidos os direitos de uma infância digna, em virtude das desigualdades sociais.

3.1.2 Infância como categoria de estudo: a infância da classe trabalhadora

A infância sempre existiu, faz parte do desenvolvimento humano, mas o período destinado a ela não é padrão, e sim cultural, histórico, político, singular e geográfico.

Pelas vias jurídicas, a Infância é descrita pela Convenção sobre os Direitos da Infância, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em assembleia do dia 20 de novembro de 1989. No Brasil, ela é definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que concebem a infância como o período de zero a 12 anos de idade. Nesses documentos, a infância é compreendida como um tempo para que certas especificidades sejam atendidas, com vistas a possibilitar o pleno desenvolvimento humano.

A infância também partilha de outras categorias, pois, além de ser um período biológico em que o ser humano se desenvolve psicologicamente (PIAGET, 1958), é também construção histórica, social e cultural (VIGOTSKI, 1991).

A infância é uma categoria construída pelas relações estabelecidas entre adultos e crianças no mundo; nesse sentido “[...] a infância é uma construção social, que muda com o tempo” (HEYWOOD, 2004, p. 9). Assim, não nos referimos apenas a uma etapa da vida ‘natural’, pois o período destinado à vivência da infância depende de um conjunto de fatores sociais, entre os quais o poder econômico, a família, a educação, a cultura, a política e a religião, que colaboram para que haja determinados modos de se pensar e viver a infância.

Por conta disso, desde o século XII até início do século XX, existem inúmeras abordagens, desdobradas em conceitos e modelos, que estabelecem a infância como categoria de estudo.

Para buscar uma aproximação com alguns dos estudos que envolvem a categorização da infância, realizamos uma breve análise dos seguintes autores: Colin Heywood (2004), Jader Janer Moreira Lopes (2005, 2007); Lígia Regina Klein (2012); Moysés Kuhlmann Jr. (1998); Manuel Jacinto Sarmiento (2002, 2004, 2007); Miguel Arroyo (1995, 2015); Neil Postman (1999); Peter N. Stearns (2006); Philippe Ariès (1981); Sueli Amaral Mello (2007) e Vera Maria Ramos Vasconcellos (2005, 2007).

Os primeiros estudos relacionados à infância são descritos na obra de Philippe Ariès (1981), *A história social da infância e da família*, que descreve as mudanças do tratamento dado à infância em cada época, de acordo com a necessidade de compreender e diferenciar a criança do mundo dos adultos. O autor é considerado o precursor dos estudos da infância, por descrever mudanças significativas no tratamento dado à criança burguesa na França a partir

do século XII, no que diz respeito ao sentimento sobre a infância, seu comportamento no meio social e sua relação com a família.

Suas pesquisas mostram que somente a partir do século XII começou a existir uma presença mais significativa da figura da criança e, com isso, o sentimento pela infância, notado a partir dos registros históricos, em que criança passa a ser cuidada e protegida pela sociedade, em contraponto à época medieval, durante a qual, em virtude das mortes prematuras, tais cuidados não se faziam presentes. De acordo com o autor, por isso, a criança não era objeto de atenção especial, pois, pela falta de higiene e saúde frágeis, não havia muito que fazer até a sua chegada à vida adulta. “Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato” (ARIÈS, 1981, p. 10).

Tendo como base as condições materiais, Heywood (2004, p. 7) destaca que, nas fontes históricas sobre crianças infância, é difícil “olhar para além da minoria alfabetizada”. A mudança na representação social da criança ocorre, entre outros eventos, pelas alterações no modo de vida da sociedade, que passou a se expandir de forma mais evidente a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, à medida que os costumes começaram a mudar, fomentando novos modos de se vestir e de se comportar. Também data dessa época a preocupação com a moral e a educação da criança, que passou então a ser a responsável por cuidar e manter os bens da família, o que evidência sua posição no âmbito de sua classe social. Com isso, desenvolve-se o sentimento pela infância, e, “[...] daí em diante, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção” (ARIÈS, 1981, p. 152).

Os estudos de Ariès (1981) baseiam-se nas poucas informações e representações escritas e iconográficas da cultura medieval na Europa. Quando representada, a criança normalmente aparecia em figuras e imagens bíblicas, ou nas produções artísticas da época, o que se deve ao fato de não haver, na Idade Média, uma separação da vida infantil da adulta.

Como podemos perceber, houve a construção de uma infância genérica, que certamente não contempla todas as crianças, pois cada criança, de certa forma, é singular e única no mundo. Apesar de determinados elementos de desenvolvimento humano existirem entre as crianças de forma geral e poderem ser vistos de forma coletiva, os estudos relacionados à infância devem considerar os condicionantes sociais, o que nos leva a perceber que tais estudos concentram suas análises nas famílias ocidentais ricas (brancas) de seu tempo.

Dito isso, cuidemos de manter uma postura cuidadosa, de modo a não generalizar a infância com base em seu *status* social, como se todas elas fossem apenas um produto do seu meio e, dentro de tais circunstâncias, seres passivos, homogêneos ou iguais.

Apesar das críticas ao grupo social e cultural em que Ariès baseou suas pesquisas, Heywood (2004) afirma que a obra do autor é “seminal”, por alterar a forma que a sociedade passou a olhar para a infância, não mais como uma condição ‘natural’ ou ‘biológica’ do desenvolvimento da criança, mas sim como uma construção cultural e social. Nesse sentido, Ariès introduziu nos campos da história, da sociologia e da educação novas perspectivas de compreensão sobre a infância e a criança.

Acerca das polarizações e generalizações que circundam o ‘sentimento pela infância’:

[...] parece indevidamente simplista polarizar as civilizações em termos de ausência ou presença de uma consciência a respeito da infância. [...] poder-se-ia dizer que o mundo medieval provavelmente teve algum conceito de infância, mas suas concepções sobre ela eram muito diferentes das nossas. (HEYWOOD, 2004, p. 27).

Faz-se necessário analisar as constituições históricas que promoveram as alterações significativas em relação à infância da criança, as quais não foram possíveis até o século XII, em virtude das condições precárias de higiene e saúde da sociedade, que culminavam em alto índice de mortalidade infantil:

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p. 87, grifos do autor).

Para o autor, devido às particularidades comportamentais e históricas observadas em determinados grupos sociais, não é possível realizar análises generalizantes sobre a infância. Em virtude de sua recente inserção como categoria de análise “[...] na verdade, durante muito tempo, poucos têm sido os historiadores dedicados à infância” (HEYWOOD, 2004, p. 13). Ainda na década de 1950, seu território podia ser considerado “um campo quase virgem”. Ou seja, não é que não existia atenção ‘especial’ para com a infância da criança, o que faltavam eram estudos nessa área.

Outros aspectos também são pontuados pelo autor, para além de comportamentos de grupos específicos. Na época medieval, não existiam muitos materiais que pudessem servir de fonte para estudos futuros, pois as crianças eram iletradas, logo elas mesmas não teriam como deixar seus registros de vida, como o autor pontua:

Um problema específico para os historiadores é desencavar materiais-fonte sobre infâncias do passado. As próprias crianças não deixam muitos registros. Até mesmo os artefatos destinados a elas, como livros e brinquedos, sobrevivem pouco. Os historiadores têm demonstrado uma engenhosidade considerável em sua utilização das fontes, recorrendo a registros oficiais como os produzidos por inspetores de fábricas e escolas, trabalhos polêmicos gerados a partir de debates relacionados à infância, descrições literárias em romances e poesias, “documentos do ego”, na forma de diários, autobiografias e testemunhos orais, coleções folclóricas, manuais de aconselhamento destinado aos pais, evidências visuais de retratos e fotografias, para não falar de brinquedos, jogos e mobília e similares. Alguns aspectos da infância mostram-se mais fácil de documentar do que outros (HEYWOOD, 2004, p. 14, grifos do autor).

Debates posteriores, promovidos por outros autores, também indicam falhas e generalizações nessas informações. Os resgates históricos ligados à arqueologia de artefatos da Idade Média dão testemunho da existência de materiais como brinquedos, mas, apesar disso, não é possível afirmar se havia ou não tal sentimento pela infância na Idade Média. Heywood (2004, p. 10) nos diz que “[...] essa fascinação pelos anos da infância é um fenômeno relativamente recente, pelo que se pode deduzir a partir das fontes disponíveis”.

Em termos geográficos, Peter Stearns (2006) fez uma pesquisa mais ampla, buscando investigar como se desenvolveu a história da infância no mundo. O autor pontua particularidades e ambiguidades em um mesmo período de tempo, tanto nas culturas orientais quanto nas ocidentais. Em um resgate histórico acerca do modo de vida de tribos caçadoras e coletoras, afirma que as famílias, neste período histórico, tratavam as crianças de forma diferente.

Segundo o autor, havia um número pequeno de crianças por família, cerca de quatro crianças, em virtude da vida nômades que estes povos levavam, bem como do incômodo de carregar a criança pequena. Nas condições da época, a existência de muitos filhos atrapalhava o deslocamento da mãe, a coleta e caça de alimentos. Essa realidade só mudaria com a descoberta da agricultura:

A agricultura se expandiu pela difusão e por cultivos distintos (havia pelo menos três “invenções” diferentes de agricultura, no Oriente Médio/Mar Negro, nos arrozais da China e sudeste na Ásia, e na América Central). De forma crescente, a agricultura tornou-se o sistema mais comum para a humanidade – e, portanto, para a infância. A mudança mais evidente que a agricultura trouxe foi a redefinição da utilidade das crianças no trabalho. Muito mais claramente do que nas sociedades caçadoras-coletoras, o trabalho produtivo passou a se constituir na principal definição da infância na maior parte dos tipos do sistema agrícola - incluindo aquelas dedicadas a artesanato e manufatura doméstica (STEARNS, 2004, p. 25-26, grifos do autor).

Tendo como base as dinâmicas das civilizações e seu caminhar histórico, Stearns (2004) descreve o que denominou de “modelo moderno de infância”, que seria constituído a

partir de mudanças que ocorreram primeiro na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, depois foram sendo incorporadas por outras sociedades.

De forma a não generalizar a incorporação dessas mudanças pelo globo, o autor pontua que este “modelo moderno de infância” constituiu-se entre os séculos XVII e XIX, tendo como base três fatores fundamentais: a mudança nos hábitos alimentares trazidas pelo desenvolvimento da agricultura; a necessidade do trabalho e da escolaridade; e a diminuição das taxas de natalidade e de mortalidade infantil, que foram possíveis por meio do desenvolvimento de medidas públicas de saneamento básico e de proteção à saúde.

Para Stearns (2004), o desenvolvimento da sociedade moderna oportunizou um cuidado maior com a saúde, diminuindo a necessidade de ter muitos filhos, pois a criança passou a ser um investimento para a família. Nesse modelo moderno, a sociedade se arranjava com menos crianças por família, mas, evidentemente, determinados grupos não compartilhavam dos mesmos conhecimentos ou práticas. Nesse sentido, as classes sociais menos abastadas necessitavam de mais força de trabalho para cuidar das lavouras, portanto, quanto mais filhos, mais mãos disponíveis para o trabalho.

Lígia Klein (2012), em oposição à generalização da ideia do ‘sentimento pela infância’, buscou compreender os aspectos históricos, sociais e materiais dessa nova sociedade, que, reorganizada em torno do trabalho, levou as crianças a ‘ajudarem’ de forma mais intensa na agricultura ou ainda a migrarem do campo para as fábricas. A autora considera que as questões materiais são decisivas nesse processo, pois as crianças pobres têm como função colaborar com o sustento da família.

De acordo com Klein (2012), essa visibilidade da criança na sociedade ocorreu também pela inserção do trabalho infantil nas fábricas, o que indica que a maioria da população da época vivia em extrema pobreza. E, para além de inculcar normas de comportamento e ensinar um ofício, a exploração da força de trabalho infantil era um meio – ou o único meio – de conseguir renda e sustento.

Apesar de não serem muito divulgados, estudos e pesquisas na área médica apontavam a alta mortalidade dessas crianças, acometidas por doenças relacionadas às condições precárias de trabalho, que afetavam as crianças desde a sua infância, ocasionando diversos problemas físicos e mentais.

Nas mulheres, um problema muito comum era o estreitamento do osso da pélvis, já que a inserção precoce das meninas no trabalho fabril provocava deformidades ósseas, que acabavam por dificultar o trabalho de parto, levando a óbito muitas mães e bebês por complicações no parto (KLEIN, 2012; THOMPSON, 2002). E, ainda, pela ausência de leis

trabalhistas, as mães retornavam ao trabalho muito cedo, o que lhes impedia de dedicar a atenção necessária ao recém-nascido.

Neil Postman (1999) atribui a ausência de ‘evidência’ sobre a infância na era medieval ao fato de, nessa época, as relações sociais e a produção de conhecimento serem transmitidas por meio da oralidade e da experiência prática. A cultura letrada era acessível apenas a uma parte específica da sociedade. Assim, de maneira geral, a vida se norteava pelos conhecimentos passados de geração em geração, por meio da oralidade. De acordo com seus estudos, o autor afirma que não era possível ver, de forma clara, a separação da vida familiar nos âmbitos público e privado, pois a vida era vivida de forma mais coletiva. A partir do início do século XV, porém, surgem outros grupos sociais, que partilham de determinados comportamentos e cultura, dando início à sociedade burguesa.

Esse movimento impulsionou novos horizontes para a sociedade, com base na fundamentação da vida em torno do trabalho, e, por isso, reorganizou os arranjos familiares modernos, constituídos pela família nuclear e monogâmica, dando início à ideia da criança como herdeira e continuadora da história da família. Algumas dessas mudanças se estenderiam para as demais classes.

O autor ainda complementa as conceituações de Ariès (1981) mencionando a invenção da imprensa no contexto histórico do século XV. A inovação teria provocado uma revolução na sociedade, ao oportunizar, por meio da publicação de jornais e livros em larga escala, o acesso à cultura e a áreas de conhecimentos específicas, que a partir de então puderam ser compartilhadas de forma mais aberta e acessível.

Essa revolução teria contribuído substancialmente para o processo de conhecimento sobre saúde e higiene, por exemplo, promovendo assim alterações no cuidado com a criança, na medida em que se desenvolviam estudos sobre os cuidados com a gravidez e com o bebê.

Junto a essa inovação, outras ferramentas foram sendo adicionadas à sociedade, como a criação da televisão, em especial, um importante veículo de formação e de propagação de informação, possibilitando debates e interpretações públicas que alcançaram os lares da sociedade. Com o tempo, foi necessário estabelecer critérios e seleção entre os públicos: “adulto e infantil” (POSTMAN, 2005).

Com isso, a educação surge nessa ‘nova sociedade’ como forma de propagação do conhecimento, da cultura e do comportamento. Em vista de todas essas mudanças sociais, a educação, como item essencial para essa nova sociedade, precisou instituir regras e controle social para seus futuros indivíduos.

Com base nos estudos desses autores, buscamos demonstrar os limites da concepção do “sentimento pela infância”, pois a mudança nas estruturas econômica e social, dada pelo avanço das forças produtivas do sistema capitalista, promoveu, entre outros aspectos, a inserção das crianças nas fábricas, que, associada ao alto índice de mortalidade infantil, culminou em leis trabalhistas, cuja concepção, ancorada na ciência, distanciava-se do senso comum de que o trabalho era ‘benéfico para as crianças’. Com o desenvolvimento da ciência médica, foi possível comprovar os enormes malefícios dessa prática perante a fragilidade do corpo infantil. Em vista desses avanços, tornou-se necessário proteger a criança da exploração precoce, ainda que garantisse a força de trabalho para a exploração futura (CONDE, 2012).

Nesse sentido, é importante realizar o ‘resgate’ da classe social nos descritores hegemônicos sobre a infância, pois, enquanto um certo tipo de criança era idealizado em pinturas, o que conferia *status* de cultura a certa classe social e despertava o ‘sentimento’ pela infância, outras crianças eram inseridas nas fábricas, e “[...] desdenhar desse fato histórico é construir ilusões que inviabilizam uma compreensão mais objetiva da condição de crianças e adolescentes na sociedade contemporânea” (KLEIN, 2012, p. 18).

Assim, nos séculos XIX e XX, a criança passou a ser notada por diferentes instituições, de acordo com sua classe social. Assim, com as mudanças na constituição da sociedade, “[...] mais cedo ou mais tarde, dependendo de suas condições específicas, [as crianças] provavelmente entrariam em contato com padres, curandeiros (ou médicos), professores, empregadores, clientes e assim por diante” (HEYWOOD, 2004, p. 159).

Com as mudanças na dinâmica da sociedade moderna, as crianças “[...] passam a participar socialmente de forma mais intensa, com o aumento dos cuidados e pela preocupação com seu ‘bem-estar’ entre eles, os agentes de saúde, trabalhadores de instituições beneficentes, inspetores escolares e fiscais da fábrica, para não falar na polícia” (HEYWOOD, 2004, p. 161).

Nesse período, ocorreram diversos movimentos que buscavam garantir a integridade das crianças, e “[...] o Estado intervia no sentido de ‘ajudar’, ‘resgatar’ e ‘refinar’ os mais jovens. [...] A sociedade, de forma geral, preocupava-se mais com os pecados da ‘indolência’ e do ‘ócio’ das crianças pobres” (HEYWOOD, 2004, p. 161). Evidencia-se, no percurso desses movimentos, a intervenção do Estado, pois modifica-se também a organização familiar, quando as crianças precisam ir à escola, para aprenderem outros conhecimentos, diversos daqueles aprendidos em casa:

A intervenção do Estado não se realiza como uma forma de universalização de direitos, mas de categorização e de exclusão, sem modificar a estratégia de

manutenção da criança no trabalho, sem deixar de lado a articulação com o setor privado e sem se combater o clientelismo e autoritarismo. (PILOTTI; RIZZINI, 2011, p. 49).

A partir do século XX, sob influências teóricas da área médica, as instituições acolhedoras de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade continuaram divididas entre a Igreja e o governo, entre o trabalho filantrópico e de caridade, que, na prática, desempenhavam o papel de manter a ordem social (PILOTTI; RIZZINI, 2009). Com a intenção de ‘recolher’ as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, surgem as chamadas casas de correção, os reformatórios, as escolas de ‘reforma’ e as delegacias especializadas no atendimento de menores, que, sob o controle do Estado, realizavam o papel de ‘higienistas sociais’, retirando as crianças e os adolescentes das ruas e confinando-os dentro dessas instituições, agora sob a perspectiva de um processo de reeducação social, e não apenas como ‘punição’ pela desordem (PILOTTI; RIZZINI, 2009; KUHLMANN, JR., 1991).

A criança passa ocupar um espaço central na sociedade moderna e a ser disputada por vários interesses e sentimentos:

O surgimento de um sentimento amoroso pela criança; o interesse moral pela criança; a questão do advento da imprensa e a instituição de um universo de diálogo e informações impenetráveis para a criança não letrada; o papel do Estado, colocando a criança em um posto privilegiado ao assumir a responsabilidade pela sua educação; a afirmação da individualidade; a noção de uma criança virtuosa em oposição ao adulto deformado pelos vícios sociais. (KLEIN, 2009, p. 10).

Portanto, tanto na Europa como na América, apesar de não possuírem bens materiais, as crianças possuíam um valor inestimável para a sociedade capitalista. De um lado, a preocupação com a educação e a formação intelectual da criança burguesa, que seria responsável por manter o nome e dar continuidade à herança da família; de outro, a preocupação em proteger as crianças pobres do trabalho infantil. Tais disputas eram questionadas por grupos sociais que percebiam que tais medidas não ocorriam em virtude da ‘benevolência’ do Estado, que atendia de forma superficial e pontual as necessidades das crianças, pois, na verdade, elas continuavam a ser moldadas pelo ideal burguês e conservador (HEYWOOD, 2004).

No decorrer do processo de industrialização, muitas foram as intervenções dos setores sociais preocupados com o bem-estar da criança, porém, ainda assim, não foram suficientes para extinguir, dentro do sistema capitalista, a exploração do trabalho infantil, problema que

perdura até os dias atuais, em virtude das desigualdades sociais e dos conflitos existentes entre “trabalho e ajuda” (CONDE, 2012).

Evidenciar a criança em seu contexto de classe nos faz pensar com mais clareza na relação dialética entre a criança e a sua realidade social, para além da ótica da temporalidade da ‘natureza’ infantil. Existe uma pluralidade de relações circundando a criança, que abarcam o contexto econômico, de gênero, cultural, racial, étnico, religioso, entre outros, no interior desses diversos grupos sociais e nas relações que estabelecem uns com os outros.

Respaldamo-nos no pressuposto de que as crianças têm modos de vida e de inserção social diferentes umas das outras, o que implica compreender suas relações familiares e comunitárias, bem como suas relações com o mundo adulto (KRAMER, 1982).

É possível perceber que os conceitos e terminologias relativos à infância e à criança, assim como as demais funções sociais a elas estabelecidas, foram construídos por meio de processos históricos, para os quais as condições materiais foram e continuam sendo determinantes.

Nesse contexto, a criança já foi governada por muitos setores do Estado (PILOTTI; RIZZINI, 2011). Assim, acreditamos que

[...] uma definição de infância e adolescência que leve em conta seus determinantes socioeconômicos é de inegável importância para um melhor entendimento dos problemas sociais que envolvem a condição da criança e do adolescente na sociedade contemporânea, quer se refiram às relações familiares ou extrafamiliares, à educação ou ao trabalho. Em consequência, é de se refletir com profundidade sobre o sentido real dos papéis que a sociedade lhes tem atribuído, avaliando se, encoberto pelo véu de exaltação de novos sentimentos familiares, não se oculta um reiterado processo de reprodução proletária, constituindo um cada vez mais dilatado exército de reserva, pronto para ser requerido ou dispensado, ao sabor das necessidades de reprodução ampliada do capital. (KLEIN, 2012, p. 3.392).

Apesar dos constantes embates jurídicos e da luta dos reformadores para melhorar a qualidade de vida, a saúde e a educação, o problema permanece e continua a “[...] fragmentar a classe trabalhadora no sentido de manter as desigualdades estabelecidas em termos de classe, raça e gênero” (HEYWOOD, 2004, p. 218). Apesar de as “[...] crianças e as pessoas comuns em geral terem tido algum êxito em manipular o sistema para suas próprias finalidades” (HEYWOOD, 2004, p. 218), ainda prevalecem os ideais sociais de determinada classe social, raça/etnia e gênero.

Nessas análises, alguns elementos podem ser elencados: em certa época, a infância, como categoria humana, não fazia parte das percepções coletivas das sociedades; a infância e as práticas de cuidados especiais na infância tomaram forma gradativamente; essas mudanças foram conduzidas pelos avanços tecnológicos e pela nova constituição dos arranjos familiares,

pela ideia de formação humana desde a infância, fosse ela para manter o nome e os bens da família burguesa, fosse pela ideia de aprendizagem de ofício ou pelas mudanças de leis que contribuíram para a implementação da infância como categoria de direito das crianças.

Ou seja, não houve a aparição de tal sentimento na sociedade, e sim um conjunto de mudanças que, no decorrer da história, promoveram várias alterações nas estruturas sociais e científicas e, com elas, a preocupação com as condições futuras da sociedade e da educação da criança.

Na contemporaneidade que um conjunto de leis é formulado, dentre as quais a Constituição Federal (CF) e o ECA promovem, de forma específica, a infância como categoria social.

Assim, nesta pesquisa, as infâncias serão consideradas como plurais, a fim de que possamos compreendê-las em meio às relações estabelecidas entre a criança e sua família, em seu contexto social e na realidade em que vivem.

3.1.3 A Educação Infantil como direito universal: uma análise sob a ótica da luta das mulheres da classe trabalhadora

Vários movimentos de lutas por direitos e reconhecimento antecederam o marco da CF/1988, que instituiu a educação como direito universal. Por isso, é necessário compreender esse processo, primeiramente, como um processo de luta das mulheres, dos movimentos sindicais e da sociedade civil de forma geral.

O processo de luta pela democracia começou, antes de tudo, pelo movimento de luta pela abolição da escravatura, pelo movimento de luta pela escolarização pública, gratuita e universal, pelo direito da mulher em acessar o mercado assalariado, pelo movimento do sufrágio feminino, pelo movimento contra a exploração infantil precoce no trabalho e por inúmeros outros movimentos, por meio dos quais, durante séculos, as mulheres tiveram que lutar.

Em decorrência dos processos históricos nas mais variadas culturas, temos visto que, historicamente, as mulheres sempre foram alvo de violência e de inúmeras discriminações contra seu corpo, seja por determinações religiosas, seja por causas políticas, econômicas ou culturais (FEDERICI, 2019).

Considerada como inferior, a mulher não acessa de forma igualitária os mesmos direitos dos nascidos homens. Ao longo dos processos de construção da ‘nova sociedade’, as mulheres foram retiradas da vida pública e, sob a supervisão e o controle do homem, da Igreja

e do Estado, foram limitadas ao espaço privado do âmbito familiar, como se, por terem nascido mulher, estivessem predestinadas biologicamente aos cuidados do lar e fadadas à maternidade (FEDERICI, 2019).

Muitas transformações históricas foram aceleradas pela Revolução Industrial, e a mudança na concepção de gênero, em relação ao papel da mulher na sociedade capitalista, foi uma delas. Porém, as prioridades mudaram; agora, para além do ofício de constituir uma família e de ser mãe, a mulher passa a competir por outras necessidades, como a de contribuir com os gastos financeiros de sua família.

Com os processos de inovação tecnológica e o desenvolvimento das máquinas, as fábricas passaram a selecionar mulheres, tendo como objetivo a redução dos gastos com salários e, de certa forma, condicioná-las a mais essa função. Assim, a responsabilidade pela educação da criança, antes destinada apenas à mãe, passou a ser discutida em outras esferas sociais, dada a necessidade do ‘trabalho da mãe fora de casa’. Sabemos dos inúmeros desafios que as mulheres têm enfrentado em nossa sociedade, em decorrência dos processos históricos. Como reflexo dessa condição de invisibilidade e impotência, ao longo dos anos, as mulheres buscaram por mais direitos, qualidade de vida e igualdade social. Esta, em especial, tem sido a questão principal no discurso feminino, desde o início de século XX.

No Brasil, o direito à creche pública e gratuita foi uma conquista. Para que as creches fossem reconhecidas pela CF/1988 como um direito educacional das crianças pequenas, foi necessária uma pressão muito grande por parte da sociedade civil. Esse movimento começou a se intensificar no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980. Os dados descritos aqui fazem parte do minidocumentário¹² *Lugar de criança – A sociedade civil e a luta pelo direito à creche*, publicado em 11 de novembro de 2014 pelo Observatório da Sociedade Civil, pertencente à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).¹³

O documentário narra a trajetória do movimento de luta das mulheres em comunidades periféricas do Estado São Paulo durante a década de 1980. São Paulo foi uma das primeiras cidades a protagonizar movimentos desse tipo. Foi lá que surgiu, em 1979, o movimento feminista de luta por creches, que, ainda no período da Ditadura Militar, contou com a colaboração de diversos grupos, entre os quais a Igreja Católica e diversos partidos políticos, além das famílias dessas comunidades.

¹² O minidocumentário mostra a luta de mulheres pelo direito à creche. Disponível em: <https://bit.ly/3i5ac8O>. Acesso em: 20 mar. 2021.

¹³ A Abong foi criada em 1991. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e antissexista, que congrega 250 organizações de todas as regiões do Brasil, comprometidas com a promoção dos direitos humanos, da democracia, da justiça social e ambiental, contra todas as formas de discriminação e de desigualdades. Para saber, mais acesse: <https://observatoriosc.org.br/abong/>. Acesso em: 230 mar. 2021.

A necessidade de creches era urgente; enquanto o movimento aguardava as ações do poder público, organizava-se para formar suas próprias creches comunitárias, contando com a colaboração de educadoras, pedagogas e comunidade, de forma voluntária. Conforme dados disponibilizados pelo documentário, em 2014, São Paulo atendia cerca de 211 mil crianças em creches públicas; desse montante, 74% das vagas eram ofertadas por entidades mantidas por organizações da sociedade civil conveniadas com a Prefeitura.

Uma das primeiras creches fundadas surgiu em 1979, recebendo o nome da comunidade Monte Azul, pertencente à Zona Sul de São Paulo. Outra creche, também fundada na Zona Sul, chama-se CEI Mãe Trabalhadora, fundada em 1988. O movimento conta também com a União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (Unas), entidade que, desde 1980, tem colaborado com a luta por moradia em uma das maiores favelas de São Paulo e, desde 1992, oferece atendimento em creche à comunidade.

Apesar de ainda existir a opressão das desigualdades de classe, raça/etnia, sexualidade, cultura, religião, entre outras, na vida das mulheres, suas condições de vida já foram muito piores do que as que vivemos em dias atuais, mas essa melhora nas relações sociais foi conquistada por meio da luta coletiva da sociedade como um todo por melhores condições de vida. Teles (2018, p. 41) acrescenta também a luta pela igualdade de gênero entre homens e mulheres, que compreende uma luta duplamente complexa:

[...] conjugar, por um lado, a ideia de desigualdades entre homens e mulheres que são percebidas em diferentes épocas e lugares, e que sugeriam falar em opressão ou exploração das mulheres pelos homens; e, por outro, a pluralidade dos modos como essa opressão ou exploração se dava a partir das diferentes formas em que era vivida em diferentes épocas e lugares, e a partir das múltiplas possibilidades contextuais de articulação entre gênero e outras diferenças sociais, como as que se relacionam a questões de classe, raça, sexualidade, etnia, regionalidade, nacionalidade, entre outras.

O movimento de luta por creches, promovido pelas mulheres, foi possível graças às experiências políticas adquiridas pelos movimentos anteriores e às articulações realizadas por esses diversos movimentos. Era preciso alcançar um público maior, para que fosse possível conscientizar as mulheres de seus problemas sociais. Assim, muitos jornais tiveram uma atuação importante durante esse período. Jornais com público e agendas específicas faziam o papel de divulgar os acontecimentos e os informes políticos, com artigos que discutiam sobre política, saúde, direitos, família, trabalho, população não heteronormativa, etc.

Entre esses jornais, citaremos três: *O Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e o *Mulherio*,¹⁴ o pioneiro nos estudos e nas publicações acadêmicas, que contava com 16 mulheres em seu conselho editorial, “[...] mulheres que participavam da luta pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes, por exemplo, a antropóloga Ruth Cardoso e a psiquiatra Maria Rita Kehl” (FREITAS, 2014, p. 160). Na edição nº 7 do jornal *Mulherio*, de maio/junho de 1982, foi publicado um artigo com algumas das reivindicações das profissionais em Direito do Rio de Janeiro, no qual se discutia a pauta feminista. Parte dela será transcrita abaixo:

Neste tribunal, o réu é a discriminação. A luta contra a discriminação no trabalho foi uma das primeiras preocupações do movimento de mulheres no Brasil, e juntas mulheres de diversos grupos feministas pretendem dar um passo à frente: Vão promover o Tribunal Bertha Lutz, para a exemplo do famoso Tribunal Berthand Russel, provocar agitação em torno do tema e discuti-lo mais profundamente. [...] nos últimos anos, o governo vem acenando a possibilidade de modificar a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). [...]. **Pois nem a velha CLT de 1943 nem o anteprojeto de alteração do capítulo sobre o trabalho da mulher e do menor de 1978 atendem plenamente à realidade atual da mulher que trabalha, pelo menos nos pontos mais importantes, como a proteção à maternidade e a creches (...). A lei apenas determina que empresas com mais de 30 empregados devem manter creches próprias ou convênios com instituições desse tipo, mas as firmas burlam a fiscalização, surgem creches fantasmas e a trabalhadora não encontra a solução para o problema. Historicamente, o direito à creche sempre foi pensado apenas em relação à mulher. Parte-se do errôneo pressuposto de que a responsabilidade pela criação dos filhos cabe exclusivamente a ela. Uma forma de resolver esse problema seria o funcionamento das creches próximas aos locais de moradia, mantidas pelo Estado em convênio com os empregadores, como um direito assegurado na parte geral da CLT.** (MULHERIO, 1982, p. 6-7, grifos nossos).

É neste cenário político de reivindicações que surge, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), cujo conselho contava com a ativista do movimento negro Lélia Gonzalez, professora e pesquisadora influente no meio intelectual carioca, com uma vasta participação no movimento negro desde a década de 1970, que trouxe inúmeras contribuições para os campo de estudo das seguintes categorias: mulheres, raça e classe, deixando um legado muito importante para a sociologia da educação brasileira. O CNDM foi instituído pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, como forma de atender, também internacionalmente, à pauta da ONU.

Inicialmente, as crianças das classes mais favorecidas economicamente é que possuíam algum atendimento ‘diferenciado’ em jardins de infância, porém, de forma geral, os

¹⁴ O *Mulherio* nasceu a partir da vontade de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (São Paulo) de fazer intercâmbios entre as várias instituições e grupos que estudavam as condições das mulheres no Brasil na década de 1980. Até 1988, o projeto contou com o financiamento da Fundação Ford, apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas em 1984. Além disso, a trajetória do *Mulherio* divide-se em três fases: março/1981 – setembro/1984; maio/1984 – abril/1988; junho/1988 – julho/1988. (FREITAS, 2014).

estudos envolvendo a criança e suas infâncias nos revelam que a democratização (parcial) do ensino, bem como o surgimento das escolas primárias, de início, era assistencialista, interligada ao trabalho assalariado das mães (KUHLMANN JR., 1991).

A primeira creche fundada no Rio de Janeiro, em 1889, ocupava um anexo da fábrica de tecidos do Corcovado. A própria fábrica era responsável por fornecer o atendimento às crianças, filhos e filhas das mães trabalhadoras, e o Estado, nessa época, não era responsável pela educação das crianças bem pequenas (KUHLMANN JR., 1991).

A pesquisa histórica realizada por Rosa Batista e Leonete Luzia Schmidt, que investigou a trajetória histórica das creches e pré-escolas em Santa Catarina no espaço temporal de 1908 a 1949, revela a “[...] presença das congregações religiosas na implantação e no desenvolvimento das ações educativas no Jardim de Infância, como também forneceu pistas sobre os possíveis parapeiros de fontes” (BATISTA; SCHMIDT, 2018, p. 10). Tendo como base o depoimento do padre Agenor Neves Marques, “[...] relata a chegada das Irmãs da Divina Providência em Tubarão, no ano de 1895, que mais tarde fundam o primeiro Jardim de Infância no Estado” (BATISTA; SCHMIDT, 2018, p. 7).

Como o acervo histórico referente à Educação Infantil em nosso Estado é precário, o que demandou das pesquisadoras um empenho muito maior em encontrar tais informações, a igreja foi o local em que os registros estavam mais preservados. Na busca pelos registros das primeiras creches no município de São José, SC, seus estudos apontam que:

Conforme relatórios da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra em Santa Catarina (1941 e 1944), que informam sobre um Jardim de Infância dirigido por Irmãs Franciscanas, no Educandário Santa Catarina, situado no município de São José, região da Grande Florianópolis (BATISTA; SCHMIDT, 2018, p. 7-8).

Nas cidades de polo industrial têxtil, como Blumenau, ao procurarem pelos registros de jardins de infância, as autoras encontraram informações no acervo da Cia. Hering, que, na época, era responsável pelo atendimento de crianças de até 1 ano de idade, filhos e filhas das operárias:

Empregavam um número expressivo de mulheres que, pelas leis trabalhistas (CLT), tinham direito à assistência e guarda de seus filhos de até um ano de idade, durante o horário de trabalho. De posse dessas informações, as buscas foram feitas no arquivo do museu da Cia. Hering, que disponibilizou documentos referentes à criação da Creche (1935), organização, funcionamento e profissionais responsáveis pelo cuidado e assistência às crianças. (BATISTA; SCHMIDT, 2018, p. 9).

Em Florianópolis, estudos apontam que a primeira creche pública municipal de Educação Infantil começou a se estruturar a partir de 1976 e começou a atender crianças com

menos de 3 anos em 1979, quando passou a se chamar Creche Professora Maria Barreiros, sendo esta a primeira creche municipal de Florianópolis (OSTETTO, 2000).

As transformações econômicas e sociais modificaram a estrutura familiar, assim como a forma de compreender e o modo de educar a criança. Tais transformações condicionaram e incidiram diretamente nessas mudanças, em decorrência da divisão do trabalho, do aumento da vulnerabilidade social, da inserção das mulheres no trabalho assalariado e da organização da educação para as massas. Era possível distinguir tais atividades nos diferentes contextos e classes sociais, bem como na separação da educação entre os filhos da burguesia e os filhos do proletariado (KUHLMANN JR., 1998).

Portanto, as primeiras creches atendiam as crianças enquanto suas mães trabalhavam fora. Essas creches eram de responsabilidade dos donos das fábricas, e não do Estado, mas foi em virtude de sua abertura que o processo de escolarização das crianças bem pequenas se massificou no Brasil, com diferentes demarcações de acesso: “[...] aqui para pobres, ali para não pobres” (KUHLMANN JR., 1998, p. 67). A educação das crianças pequenas, nesse período, tinha a função de promover um país mais disciplinado e com melhores condições sanitárias, ou seja, o atendimento era muito mais assistencial do que pedagógico.

Para que a CF/1988 incluísse a educação de crianças pequenas no rol dos direitos fundamentais, houve todo um percurso histórico, marcado pela luta das mulheres em suas relações com o mundo do trabalho, a sociedade civil e o poder público.

Após a promulgação da Constituição, foram criadas outras agendas, para tratar especificamente da criança. Dois anos mais tarde, em 1990, por força da Lei nº 8.069, de 13 de julho, foi promulgado o ECA, que, especificamente em seu artigo nº 54, direciona ao Estado a função e a obrigatoriedade de oferecer atendimento educacional (público e gratuito) em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos.

Com o impulso dos estudos relacionados à Educação, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, posteriormente alterada pela Lei nº 12.796/2013, a fim de ajustar-se à Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009, que tornou obrigatória a oferta gratuita de Educação Básica a partir dos 4 anos de idade, ou seja, a Educação Infantil exclui a obrigatoriedade de atender as crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, o que, infelizmente, tem sido um grande retrocesso no direito de educação integral das crianças pequenas.

Muita luta foi necessária para assegurar o acesso das crianças aos direitos constitucionais, garantindo, mesmo que de forma parcial, que infâncias antes desassistidas pudessem ser estudadas, compreendidas e visibilizadas.

3.1.4 A pandemia e a Educação Infantil: algumas considerações

Os estudos desenvolvidos neste capítulo evidenciam que a Educação Infantil, de início, destinava-se aos filhos e às filhas das operárias de fábrica. Após um longo processo de embates entre mães trabalhadoras, sindicatos e sociedade civil, a Educação Infantil foi reconhecida como direito universal e primeira etapa da Educação Básica. Desde então, vem sofrendo inúmeras alterações em sua concepção e no perfil de seus serviços (KUHLMANN JR., 2002).

Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer o contexto social como elemento fundamental da sociedade de classes, para que seja possível compreender a criança e sua condição de viver a infância, bem como refletir sobre os tipos de educação promovidos pelas políticas públicas educacionais para a sociedade (KRAMER, 1982).

As políticas educacionais sancionadas pelo Estado contribuem para a manutenção da dominação de classe quando legitimam a exclusão das crianças, por meio da criação de critérios que não garantem a universalidade da oferta de vaga. Nesse viés, “[...] a intervenção do Estado não se realiza como uma forma de universalização de direitos, mas de categorização e de exclusão, sem modificar a estratégia de manutenção da criança no trabalho” (PILOTTI; RIZZINI, 2011, p. 49).

O Estado está a serviço do capital quando mantém a lógica e a dinâmica da reprodução do capitalismo, conforme pontuam Engels (2010a) e Marx (1996), que, atualizados por Antunes (2020), fundamentam a compreensão acerca da sociedade capitalista atual, na qual a classe-que-vive-do-trabalho vivencia diversas formas de exploração.

A pandemia redesenhou as formas de ensinar, atingindo todas as etapas educativas, em virtude de o ensino remoto emergencial ser uma estratégia de trabalho pedagógico que impacta tanto professores quanto estudantes. Nesse novo arranjo, em épocas de Covid-19, a educação passa a utilizar as tecnologias da comunicação e informação, o que nos motiva a conhecer os efeitos da pandemia na educação das crianças da classe trabalhadora.

Na comunidade pesquisada, onde as residências não dispõem de quintais e espaços apropriados, impossibilitando as crianças de brincarem na segurança de suas casas durante a quarentena, podemos inferir que muitas delas ficaram confinadas e com maior exposição às telas, o que afeta negativamente o desenvolvimento da expressão oral e corporal, o relacionamento interpessoal e, em alguns casos, a nutrição das crianças durante o período de isolamento.

Nesse sentido, a pandemia afetou as famílias e as crianças pertencentes à classe trabalhadora, que convivem também com a desigualdade e as injustiças sociais como dimensões desse problema. Devido à suspensão das aulas, a necessidade de recursos da tecnologia da informação e da comunicação na vida cotidiana das famílias trabalhadoras se confronta com a impossibilidade de aplicação do modelo educacional remoto, haja vista a falta de acesso à rede internet com qualidade e/ou de computadores ou de conhecimento por parte das famílias e crianças para utilizar tais ferramentas. Essa situação é agravada pelo fato de a instituição educativa ser a única responsável por ofertar alimentação variada e de qualidade.

Esses elementos serão discutidos e analisados no capítulo a seguir, no qual nos colocamos em campo para conhecer os efeitos da pandemia na vida das famílias e das crianças da classe trabalhadora.

3.2 OS EFEITOS DA COVID-19 PARA AS FAMÍLIAS E CRIANÇAS DA CLASSE TRABALHADORA DA COMUNIDADE JARDIM SOLEMAR.

Neste capítulo, com vistas a possibilitar análises mais específicas, apresentamos os dados coletados em campo, acrescidos de reflexões sobre as estruturas sociais que limitam e demarcam a classe trabalhadora, não somente pela ótica da diferença mas também pela ação dos sujeitos, que, em suas particularidades, apesar das limitações materiais, produzem-se e reproduzem-se em diferentes formas de ser no mundo.

O mundo passa por inúmeros problemas, provocados pela crise sanitária. No Brasil, devido à sua organização sócio-histórica desigual, a situação tem sido acentuada pela crise econômica já existente, que colabora substancialmente para a piora das condições de vida da classe trabalhadora.

Infelizmente, chegamos a 632 mil mortes por Covid-19,¹⁵ e muitas famílias hoje enfrentam também a tristeza do luto. O mundo parece estar anestesiado com as estatísticas, mas elas não são apenas números, são pessoas que deixaram mãe, pai, filhas, filhos, esposas, maridos, irmãos, irmãs... Apesar dos índices estatísticos possuírem um propósito científico para estudo de políticas públicas e informação e esclarecimento para a sociedade,

¹⁵ Mais precisamente 632.720 óbitos por Covid-19, de acordo com os dados levantados pelo consórcio de veículos de imprensa formado pela parceria inédita entre G1, O Globo, Extra, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL, que passaram a trabalhar, desde o dia 8 de junho de 2020, de forma colaborativa, para reunir as informações necessárias nos 26 estados e no Distrito Federal. Dados consolidados às 20 horas de terça-feira, 7 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3i5ac8O>. Acesso em: 8 fev. 2022.

aparentemente, eles nos acostumaram a conviver com essa ‘nova’ realidade, naturalizando as perdas e nos tornando apáticos diante de tamanha tragédia.

Nesse contexto, a atual gestão política tem dificultado ainda mais a situação, no que diz respeito à implementação de ações imediatas e urgentes de enfrentamento da pandemia. Não investe em garantias mínimas de subsistência para a classe trabalhadora, pelo contrário; em virtude dos cortes diante da recessão econômica, tem atacado cruelmente a saúde, os direitos trabalhistas, a ciência e as agências de pesquisa. Esse autoritarismo tem nos mostrado que esta reorganização administrativa, econômica e ideológica tem como princípio atender aos interesses de uma minoria privilegiada.

Isso nos mostra a fragilidade da classe trabalhadora atual; impedida de ter autonomia para produzir e financiar a sua produção, resta-lhe o destino de ser explorada. Porém, é necessário olhar para a totalidade destas relações, o que nos demanda observação e conhecimento sobre a capacidade humana de agir contra as estruturas da sociedade.

Engels (1978) e Marx (1996), tendo como base o método materialista histórico-dialético, partem do pressuposto de que é necessário realizar mudanças nas bases da sociedade, e não apenas interpretar a realidade social; é necessário agir sobre ela, com vistas a transformá-la. Essa ação ou atividade no mundo não é um ‘comportamento’, nem age de forma responsiva para com os estímulos sociais, ela não é mecânica, ela é movida pela interação entre ideias e propósitos humanos.

Eis o que diz Engels (1978) em carta a Joseph Bloch:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mas do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistema de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.

Nesse sentido, não é possível, de acordo com o método, produzir análises economicistas. Obviamente, as condições materiais são determinantes no processo, ou seja, elas existem e exercem poder sobre a maioria da população, mas não significa que a sociedade seja impenetrável ou que se conserve da mesma forma e sob as mesmas circunstâncias. É com base nessa compreensão que as análises de campo foram produzidas.

3.3 CAMINHOS E DESAFIOS DA PESQUISA DE CAMPO: QUANDO OS OLHOS SE ENCONTRAM

É necessário, primeiramente, esclarecer a relação entre a pesquisadora, a instituição e a comunidade. Desde o ano de 2018, a pesquisadora mantém contato com a instituição, por meio do grupo virtual de *WhatsApp* ‘CEI SOLEMAR’, pois, diferentemente das outras instituições educativas das quais fez parte, após o término do contrato de trabalho, a instituição e a comunidade continuaram presentes na vida da pesquisadora. Esse contato contínuo permitiu a realização desta investigação junto à comunidade e possibilitou à pesquisadora conhecer, mesmo diante das inúmeras adversidades e desafios, os efeitos da pandemia para “além das aparências”.

O processo de seleção das mães se deu pelo fato de estas estarem mais presentes na instituição educativa e também pelas relações já estabelecidas entre pesquisadora, famílias e crianças matriculadas nesta unidade de ensino.

A entrada em campo se iniciou pela análise das fichas de matrícula, seguida pelas observações e conversas entre pesquisadora, direção e professoras da instituição, que possibilitaram a seleção das famílias, por meio do perfil socioeconômico, para a realização das entrevistas semiestruturadas (GIL, 1999).

Conhecer a realidade vivida pelas crianças nos motiva a conhecer também seus contextos sociais e familiares. Nesse sentido, ir além dos muros da Educação Infantil é um desafio necessário e fundamental para oportunizar vivências educativas que proporcionem aos alunos conhecer de forma crítica os elementos históricos, políticos e culturais da nossa sociedade, com vistas a possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades de ação transformadora no mundo, voltadas para construção de uma sociedade mais justa e igualitária (STETSENKO, 2019).

Para dar início à pesquisa de campo, solicitamos à diretora da instituição educativa a autorização para a entrada em campo. Em virtude da crise sanitária, foi necessário observar alguns protocolos sanitários. A entrada em campo aconteceu no mês de janeiro de 2021, período em que foi realizada a coleta dos dados nas fichas de matrícula das crianças. Nesse período, apenas a diretora e a pesquisadora estavam na unidade educativa.

Em março, antes do início do ano letivo, realizamos uma nova visita à unidade, durante a qual combinamos com a diretora da instituição como se daria nossa inserção. Por meio de conversas no *WhatsApp*, após o retorno do ano letivo, a diretora solicitou à

pesquisadora que apresentasse suas intenções com a pesquisa para o grupo de profissionais da instituição.

Após a conversa, a pesquisadora foi autorizada a observar a entrada e a saída das crianças e assim realizar a sua reintegração junto às famílias e à comunidade. De forma a cumprir o Decreto do retorno híbrido das aulas, as famílias não acessavam as salas, ficando limitadas a entregar as crianças no portão de acesso ao CEI, para que as professoras realizassem os protocolos de higienização. Durante esses encontros, desenrolou-se a entrevista com a diretora da instituição e o primeiro contato com a líder da comunidade.

Após quinze encontros e por escolhas específicas, efetuou-se o contato com as famílias selecionadas. Em virtude de as famílias estarem impossibilitadas de acessarem o CEI, esse contato se deu por meio do aplicativo WhatsApp, sendo este o recurso mediador entre a pesquisadora e as famílias. Já a entrevista realizada com a líder comunitária se deu em vários momentos, tanto em conversas realizadas via WhatsApp quanto de forma presencial, ao longo das quais a pesquisadora, com sua autorização, adentrou, de fato, na comunidade.

Tanto as entrevistas quanto as conversas realizadas durante os encontros com a líder da comunidade foram precedidas pela assinatura do TCLE, e os nomes dos participantes foram preservados. A pesquisa de campo também foi submetida ao CEPESH-UFSC.¹⁶

Como vivemos em um momento atípico, em virtude da pandemia provocada pelo novo coronavírus, a pesquisa de campo se utilizou de mais de um caminho, o que nos demandou o confronto com inúmeros desafios, mas sempre com o conhecimento e consentimento de todos os agentes envolvidos.

As observações realizadas em campo foram muito valiosas, pois apresentaram dados concretos do cotidiano das famílias da comunidade. O início dos trabalhos, tanto na instituição educativa quanto na comunidade pesquisada, exigiu aproximação respeitosa e cuidadosa. As análises foram organizadas em três momentos: primeiramente, optamos por trazer a trajetória de uma vida. A escolha se deu pelo fato de a narrativa da entrevistada conceder um panorama de vida histórico, econômico e social da localidade ao longo de 28 anos, abrangendo os aspectos relacionados à pobreza, às lutas e às conquistas enquanto líder da comunidade, bem como os efeitos da pandemia de Covid-19 na vida das famílias da comunidade.

No segundo momento, juntamente com a entrevista da diretora da instituição educativa, trazemos as entrevistas realizadas com as 4 mães, cuja seleção teve como base os

¹⁶ Parecer de aprovação número 3.166.575.

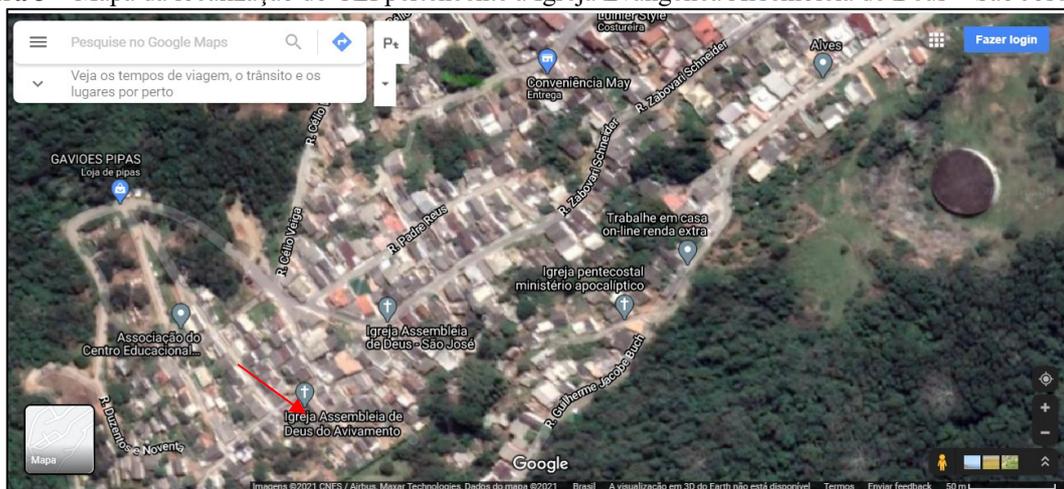
perfis socioeconômicos diferentes, a saber: a) uma família cuja mãe é a chefe de família; b) uma família que teve a renda financeira afetada pela pandemia; c) uma família autônoma cuja condição de vida e trabalho não permitiu que os adultos observassem a quarentena; e d) uma família com emprego estável e direitos em carteira, que pôde estar em casa com os filhos durante a quarentena.

As análises foram organizadas em três blocos: ‘a pandemia’, ‘as relações com o trabalho’ e ‘a nova rotina sem CEI’. As entrevistas se entrecruzam com os relatos da diretora sobre essas mesmas temáticas, que nos possibilitam um olhar mais abrangente sobre a situação vivida pelas famílias da comunidade.

Consideramos os relatos da diretora importantes, pois ela esteve no CEI durante o período em que a instituição esteve fechada para as crianças e nos forneceu detalhes sobre as demandas das famílias durante este período, bem como nos esclareceu o percurso do ensino à distância, seus entraves e sua aplicação prática, apresentando-se um olhar que vai além do educativo. Apesar de ser guiada por esse motivo, ela conseguiu nos fornecer um panorama da situação vivida, tanto pedagogicamente quanto nas relações de vida das famílias vinculadas à instituição.

3.3.1 Trajetória histórica da educação das crianças: conhecendo a ONG Arthur Montanha - (CEI Solemar)

Figura 3 – Mapa da localização do CEI pertencente à Igreja Evangélica Assembleia de Deus – São José (SC).



Fonte: Google Maps.

A Figura 3, logo acima, apresenta o campo visual do CEI Solemar, que partilha da mesma estrutura física da Igreja Assembleia de Deus, anteriormente responsável pela educação das crianças da comunidade pesquisada.

A razão social da ONG responsável pela unidade é Associação do Centro Educacional e Social Artur Montanha (em homenagem ao Pastor Arthur Montanha) e o nome fantasia que utilizava na ocasião era Creche Crescer com Futuro, mais tarde modificado para Centro de Educação Infantil Crescer com Futuro. Iniciou seus trabalhos em 2004, em virtude da ausência de CEIs na localidade. Seu horário de funcionamento era das 7 horas às 17h30min e atendia aproximadamente 57, crianças com idades entre 1 e 5 anos.

Para a realização da matrícula, o critério era atender os mais vulneráveis, já que o objetivo central da ONG era retirar as crianças da rua. A creche era mantida com o apoio da Igreja Assembleia de Deus e com doações voluntárias. As refeições eram servidas com base nas doações das famílias e das pessoas da comunidade que frequentavam a Igreja. Eram feitas conforme o ‘cardápio’ arrecadado. O CEI também realizava trabalhos de divulgação em rádios e supermercados da região, tendo como finalidade angariar recursos para a compra e/ou recebimento de doações, a exemplo de material escolar e de higiene, alimentação, roupas, etc.

A ONG tinha como proposta educativa cuidar e evangelizar as crianças enquanto suas famílias trabalhavam. Os profissionais que atendiam as crianças não possuíam formação, apenas uma pedagoga era responsável por coordenar o CEI.

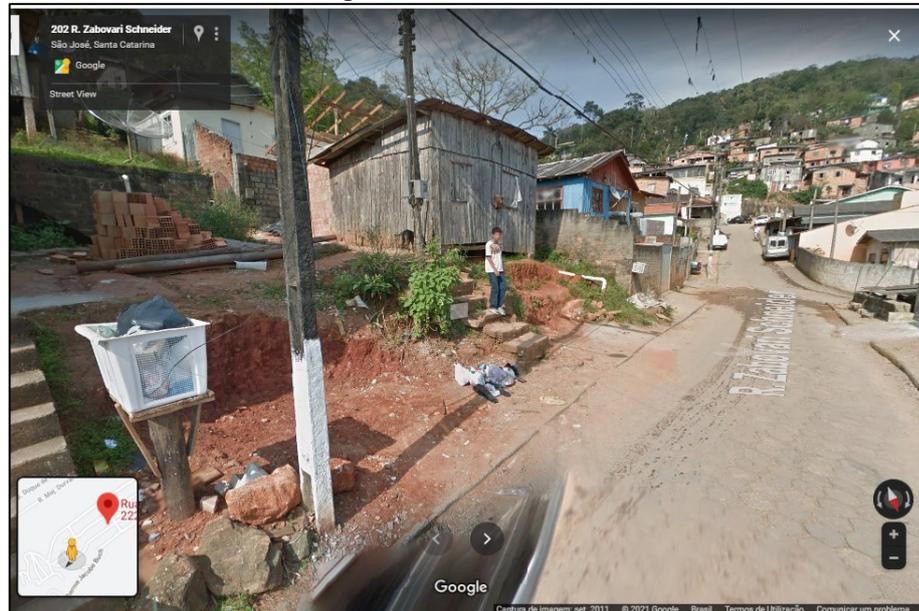
Mais tarde, os profissionais buscaram formação e conseguiram apoio do município. O CEI elaborava e enviava um projeto educativo anual para que a Prefeitura liberasse a verba de apoio.

Em virtude das significativas transformações políticas, do ponto de vista legal, social e educacional, que determinaram novas diretrizes e parâmetros de atuação para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, houve a necessidade de reordenar a estrutura funcional e organizacional dessas instituições, em sua maioria voltadas para o atendimento de crianças vulnerabilizadas pela situação de pobreza. Tais instituições se reorganizaram para abranger o caráter educativo, além do caráter assistencialista, haja vista seu papel primordial na promoção do desenvolvimento das crianças, ampliando suas experiências e conhecimentos, além de garantir-lhes segurança, alimentação, higiene e saúde.

Mesmo em um período histórico marcado pelo paradigma da proteção e do cuidado especial dedicados à infância de crianças e adolescentes, conforme estabelecido em Leis, em virtude das desigualdades sociais, nossa sociedade ainda preserva muitos espaços de confinamento para esses sujeitos de pouca idade. O histórico denuncia a realidade, na qual, “[...] apesar do tempo transcorrido e das muitas mudanças, percebe-se no presente, ideias e práticas cuja herança vem de muito longe” (PILOTTI; RIZZINI, 2011, p. 8).

3.3.2 Adentrando a comunidade e subindo o morro: conhecendo o CEI Rosângela Regina de Oliveira Caldas – (CEI Solemar)

Figura 4 – Subindo o morro



Fonte: Google Street View.

Em 2018, quando a Prefeitura de São José assumiu o CEI, foi possível ter acesso ao material pedagógico e a alguns trabalhos das crianças. Nos armários das salas havia cadernos com desenhos das crianças, a maioria desenhos prontos e impressos.

Observamos também vários livros e apostilas, com muitos materiais impressos, que demonstravam a intenção de alfabetizar as crianças da Educação Infantil. Percebemos que a ONG não partilhava dos mesmos referenciais voltados para a Educação Infantil.

No que diz respeito aos programas assistencialistas, segundo Silva (2003, p. 111), “[...] a globalização econômica neoliberal, coerente e fiel aos seus pressupostos fundados no liberalismo clássico, deixa rastros de exclusão e violência, produzindo com grande eficácia, simultaneamente, a opulência para os ricos e fome e miséria para a maioria da população”.

Em meio à exclusão de direitos, às condições desumanas e à violência, muitos olhares e entendimentos acerca dos problemas sociais são produzidos, incidindo diretamente nas diversas ideologias das políticas públicas que tratam desse assunto, as quais culminam por manter a lógica assistencialista, auxiliando *in loco*, contudo não permitem que esses sujeitos alcancem a igualdade de direitos, conforme descrito na CF/1988, pois esse auxílio caminha na contramão da resolução dos problemas relacionados às desigualdades sociais, que têm em

suas raízes as profundas marcas históricas das relações de poder regidas pelas fronteiras de exploração, opressão e violência (SILVA, 2003; CONDE, 2012, 2015).

Em virtude da ineficácia das políticas públicas, comunidades como esta em que a pesquisa se desdobrou contam com ajuda e a solidariedade, ações que têm permitido manter, ainda que precariamente, a vida destas famílias. Na sequência, trazemos outra imagem da rua que dá acesso ao CEI:

Figura 5 – Quase chegando ao CEI



Fonte: Google Street View.

Na imagem, conseguimos observar a rua, que é extensa e estreita. O CEI se encontra quase no fim do morro, cerca de 20 minutos de caminhada a pé. Durante o tempo de trabalho, na maioria das vezes, a pesquisadora realizou esse trajeto a pé. Era uma maneira de observar e conhecer um pouco mais a realidade das crianças da comunidade.

Ao subir a rua, é possível observar o descarte de esgoto doméstico a céu aberto, atraindo insetos, roedores e provocando doenças. Era comum, durante o trajeto, cruzar com animais domésticos como cães e gatos, que costumavam dormir pelos cantos das calçadas e também avistar ratos e baratas.

As ruas estreitas dificultam o acesso de carros e também a segurança dos pedestres. Em decorrência da ausência de saneamento básico, algumas crianças viviam doentes, manifestando sintomas de resfriados, gripes e alergias.

Figura 6 – Chegando ao CEI e quase no fim do morro: fachada atual do CEI Professora Rosângela Regina de Oliveira Caldas



Fonte: acervo da autora (2021).

As imagens acima convidam o leitor a ‘subir o morro’, conhecer de perto essa comunidade, ver a realidade em que esses sujeitos vivem suas vidas e também iniciar um processo de estudos, haja vista a carência de dados sobre esse bairro.

Dona Jane, além de ser a responsável pela distribuição de cestas básicas e roupas para as famílias mais vulneráveis, é também uma figura muito respeitada pelos sujeitos que ali vivem e acaba sendo chamada para resolver conflitos familiares, conhecendo praticamente todos os moradores.

Em virtude da carência das condições econômicas da comunidade, Dona Jane, com a ajuda dos moradores, construiu uma ‘casinha comunitária’, como os moradores chamam a construção. Localizada no final do morro, depois do CEI, funciona como uma espécie de Centro Comunitário, e os moradores utilizam esse espaço para fazer sopas, que são distribuídas uma vez por semana aos mais necessitados.

A casinha também serve de local para as famílias velarem seus entes queridos, para comemorarem festas de aniversário, batizados, casamentos e primeira comunhão. Lá também há uma sede da Pastoral da Criança, que organiza os eventos comemorativos de Natal e Dia das Crianças.

Ao caminhar pelo bairro, percebemos uma mudança na estrutura das casas: no início da rua Zabovare Schneider, o bairro possui atendimento e distribuição de água (da Casan) e de luz (Celesc). Porém, à medida que subimos o morro, observamos a mudança na geografia das casas, que deixam de ter quintais, começam a ficar muito próximas umas das outras, ou

próximas a barrancos, e deixam de ser atendidas pelas empresas de água e energia. As ruas ficam estreitas, o que impossibilita dois carros de passarem ao mesmo tempo.

Recentemente, no final do ano de 2019, a rua que dá acesso à creche foi asfaltada pela Prefeitura. Anteriormente, em dias de chuva, era quase impossível subir o morro de carro, pois a lama impedia a tração das rodas, tornando o trajeto ainda mais perigoso e dificultando ainda mais a vida das famílias. Apesar do asfalto, as ruas ainda são estreitas, o que impossibilita o acesso de ônibus à comunidade.

O medo e a violência também cercam essa comunidade. Além de não possuir linha de ônibus, as solicitações de transportes por aplicativos também são precárias; às vezes, é necessário aguardar quase hora pela corrida, pois, quando percebem o local de ‘embarque’, os motoristas acabam cancelando a viagem. Apenas os motoristas da comunidade ou aqueles que conhecem o lugar se encorajam a realizar o trajeto.

Não se tem dados de censo que retratem o perfil dessa comunidade de forma específica, pois, além de a localidade ter sido incluída no Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, bairro de classe média – o que tornaria difícil mensurar em específico essa comunidade –, os dados são descritos pelo IBGE de forma geral, abrangendo a Grande São José.

Quando se realizam pesquisas na internet sobre o bairro em específico, pouquíssimos dados são encontrados. No geral, as notícias referem-se a ações policiais, em virtude do tráfico de drogas na localidade, realidade que muda drasticamente quando pesquisamos sobre bairros próximos, como Kobrasol, Campinas, Beira-Mar de São José (onde se localiza a Prefeitura) e o Centro Histórico, que são consideradas áreas ‘nobres’ de São José. Nessas buscas, podemos observar também a influência da cultura açoriana, feiras de artesanato, praças e parques (como a Beira-Mar), enfim, imagens bonitas que convidam a conhecer o lugar.

Pelo que percebemos, ao passo que algumas regiões não apresentam de forma evidente a precarização das condições de vida, em localidades próximas existe a produção e a reprodução de precariedades. Ao mesmo tempo em que Florianópolis é disputada por suas belas praias e paisagens e, nesse sentido, é atrativa para investidores e grandes empresários, seu entorno revela contrastes comuns às situações inerentes ao objeto que nos propusemos investigar, entre os quais a pobreza e a vulnerabilidade política e social das famílias e crianças da classe trabalhadora.

Figura 7 – Incêndio na casa de uma criança do CEI



Fonte: Maurício Matos Rosa/Corpo de Bombeiros/Divulgação/ND (BOMBEIROS..., 2018).

Esta imagem, em especial, ainda me marca muito. Eu estava com o meu grupo de crianças no parque (área externa), quando as próprias crianças perceberam o incêndio. Do parque, que não possui cobertura, era possível enxergar as labaredas consumindo a casa de madeira. Muitas crianças ficaram assustadas, outras choraram por achar que era a sua casa que estava sendo engolida pelo fogo.

Nós, professoras, ficamos muito preocupadas com a possibilidade de o fogo se alastrar e descer em direção à creche, pois a casa em chamas ficava a poucos metros do nosso CEI. Lembro-me do olhar de tristeza de uma das crianças, que me abraçou, começou a chorar e, depois, num momento de desespero, correu em direção ao portão do parque. Ela ficava me perguntando se os irmãos, a mãe ou o pai estavam na casa: “Será que estão em casa, profe? Deixa eu ir lá para ver? Minha mãe já chegou do trabalho?”. Essa casa em chamas ficava próxima a casa dessa criança, por isso a preocupação.

Nessas horas temos que ser fortes e, ao mesmo tempo, atender ao direito das crianças em saber o que estava acontecendo. Acalmamos as crianças, dissemos a elas que as famílias já estavam administrando a situação até a chegada dos bombeiros. Levamos as crianças para dentro da sala e ficamos acompanhando a movimentação. Por sorte, os moradores se organizaram e, de forma coletiva e solidária, conseguiram evitar uma tragédia. Eles conseguiram conter o fogo até a chegada dos bombeiros, que tiveram muita dificuldade para acessar o local.

A casa pertencia à família de uma criança que era atendida pelo CEI. De forma coletiva, foi possível arrecadar roupas, eletrodomésticos, móveis e até o madeiramento para a

construção de uma nova casa. Nos momentos de caos como este é que percebemos a força que tem o coletivo.

Vimos como as famílias eram solidárias umas com as outras, mostrando que, apesar de todas as dificuldades que elas enfrentam diariamente, ainda existe amor, empatia e solidariedade com o próximo.

3.3.3 Descrição física do CEI e a perspectiva do ensino

Atualmente, o CEI Professora Rosângela Regina de Oliveira Caldas (Solemar) atende cerca de 70 crianças da comunidade, com idades de 2 a 5 anos, distribuídas em três salas de referência. Conta com o trabalho de seis professoras e quatro auxiliares de sala, um(a) professor(a) de Educação Física, duas auxiliares de ensino, uma diretora, uma cozinheira e duas auxiliares de serviços gerais. Tanto no período da manhã quanto à tarde, há três professoras regentes, duas auxiliares de sala, uma auxiliar de ensino e uma professora de Educação Especial.

O CEI tem uma estrutura física pequena e precária, mas, em meio às adversidades, consegue atender as crianças. Possui uma área com piso e cobertura, utilizada para refeições e recreação, bem como uma área externa para o parque das crianças, na qual se encontram uma casinha de madeira, que fica em uma pequena área coberta, além de um escorregador e um gira-gira na parte sem cobertura. Na parte de baixo, há duas salas de referência, dois banheiros e um chuveiro para as crianças, uma pia com três torneiras e a Secretaria da creche. Na parte de cima, há uma sala de referência, um refeitório, a cozinha e uma pia com quatro torneiras. Na extensão, encontra-se uma parte superior, anexa ao parque, que possui um banheiro exclusivo para as professoras e um banheiro para as crianças.

Inicialmente, o CEI atendia à comunidade de segunda a sexta-feira, com um horário de atendimento diferenciado, definido pela própria comunidade: das 7h30min às 12h30min e das 13 horas às 18 horas. No ano passado, passou a funcionar no mesmo horário dos demais CEIs da Prefeitura: das 7 horas às 13 horas e das 13 horas às 19 horas, porém, em virtude da especificidade do local, não foi possível manter o atendimento com as crianças após as 18 horas, haja vista a movimentação de carros e de pessoas relacionadas ao tráfico.

A alimentação é preparada na própria creche, que oferece aos alunos quatro refeições diárias: duas no período matutino e duas no vespertino, com base no cardápio feito pela nutricionista da Rede.

O CEI vem adequando o seu PPP¹⁷ à diversidade das realidades sociais das crianças atendidas, buscando uma educação que seja significativa e inclusiva, a fim de permitir que a criança viva a infância do seu tempo e seja a protagonista de sua história, contribuindo para que viva intensamente, produza novos aprendizados e valorize sua cultura.

Tem por objetivo geral assegurar e garantir espaços para as brincadeiras, as interações de diferentes formas e a utilização de múltiplas linguagens, buscando contemplar o educar, o cuidar e o brincar como elementos indissociáveis do processo de construção e formação da identidade individual e coletiva da criança, com respeito à sua subjetividade e ao que demandam as legislações que versam sobre a educação de crianças pequenas e bem pequenas.

3.3.4 Perfil socioeconômico das famílias da comunidade pesquisada

No dia 26 de janeiro de 2021, realizamos a coleta e a análise dos dados, com base nas informações contidas nas fichas de matrícula das crianças. Como ainda não havia iniciado o ano letivo, apenas a diretora estava presente para nos autorizar a coleta das informações contidas nas fichas das crianças que estavam matriculadas (2019-2020).

Ao total, foram analisadas 62 fichas de matrícula efetivadas até o início do ano letivo de 2020 – nem todas as crianças fizeram parte da amostra, em virtude de, naquele momento, ainda não terem efetuado a matrícula do ano letivo 2021. Até o ano de 2019, o CEI possuía um grupo misto integral. Em razão da pandemia e da impossibilidade de ofertar vagas em período integral, coube à instituição educativa elaborar novas organizações para o atendimento.

De acordo com as informações declaradas nas fichas de matrícula,¹⁸ buscamos os seguintes dados: escolaridade, renda, atividade profissional, número de filhos e se recebe o benefício Bolsa-Família.

Nas análises das fichas de matrícula e do histórico das crianças, percebemos que o CEI Solemar possui especificidades, diferentes da maioria dos CEIs que a Prefeitura administra,

¹⁷ O PPP é um documento que deve ser produzido por cada instituição educativa e contemplar suas particularidades e especificidades, a fim de servir como norteador das atividades que serão desenvolvidas durante um ano letivo. Configura-se como projeto porque está sempre se ‘refazendo’ a cada ano, com novos funcionários e novas perspectivas de ensino. Para isso, deve ser um documento formal e, ao mesmo tempo, acessível a todos os integrantes da instituição educativa e da comunidade. É nele que são estabelecidas as propostas de ação pedagógica executadas no decorrer do ano letivo. É político por considerar a instituição educativa como um espaço de formação de cidadãos críticos, responsáveis e conscientes, que atuarão individual e coletivamente na sociedade; nesse sentido, não há como ser neutro. É pedagógico porque é pensado, organizado e executado por meio de intencionalidades voltadas para o desenvolvimento da criança em seus processos de ensino e de aprendizagem, bem como para a preservação e a garantia de seus direitos.

¹⁸ Ao todo, havia 62 fichas de matrículas. Nem todas as fichas estavam completas.

pois, anteriormente, as crianças eram atendidas pela ONG Crescer com Futuro, que possuía uma visão educacional diferente da visão promovida pelas legislações voltadas à Educação Infantil.

Observamos na ONG três aspectos: a) assistencialismo, pois a maioria das crianças atendidas ficavam em período integral, para que pudessem realizar todas as refeições; b) evangelização, pelo recrutamento de novos fiéis; e c) escolarização, dada pela ‘preparação’ das crianças para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em virtude da ineficácia das políticas públicas, a ONG exercia, ainda que de forma assistencialista e evangelizadora, um papel importante na vida das crianças da comunidade.

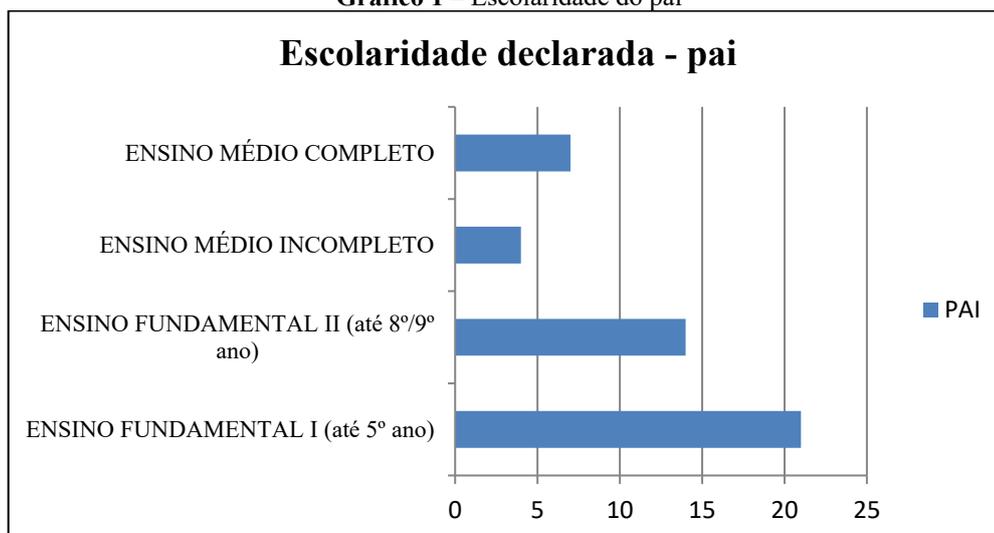
Comunidades periféricas contam com o auxílio dessas organizações, que, durante séculos, vêm desenvolvendo trabalhos em prol de crianças e adolescentes oriundos de famílias socialmente vulneráveis e, historicamente, promoveram a construção de políticas e de planejamentos tendo como base a cultura higienista, articulada à filantropia.

Tais práticas promoveram a ‘sensibilidade’ pela infância, dada pela concepção de práticas sanitárias que passaram a ‘proteger e a cuidar’ das crianças, para que elas se tornassem adultos mais saudáveis e úteis para o trabalho (KLEIN, 2012).

Os higienistas divulgavam a ideia de que as doenças estavam associadas ao modo de vida dos pobres e que isso poderia gerar problemas para as outras classes. Assim, desde o século XX, os higienistas e filantropos passaram a cuidar dos corpos desde a infância. A prática higienista, inicialmente associada de forma distinta à filantropia e à caridade, com o passar do tempo, passou a se associar à necessidade de manter a ‘ordem social’ das classes (PILOTTI; RIZZINI, 2011).

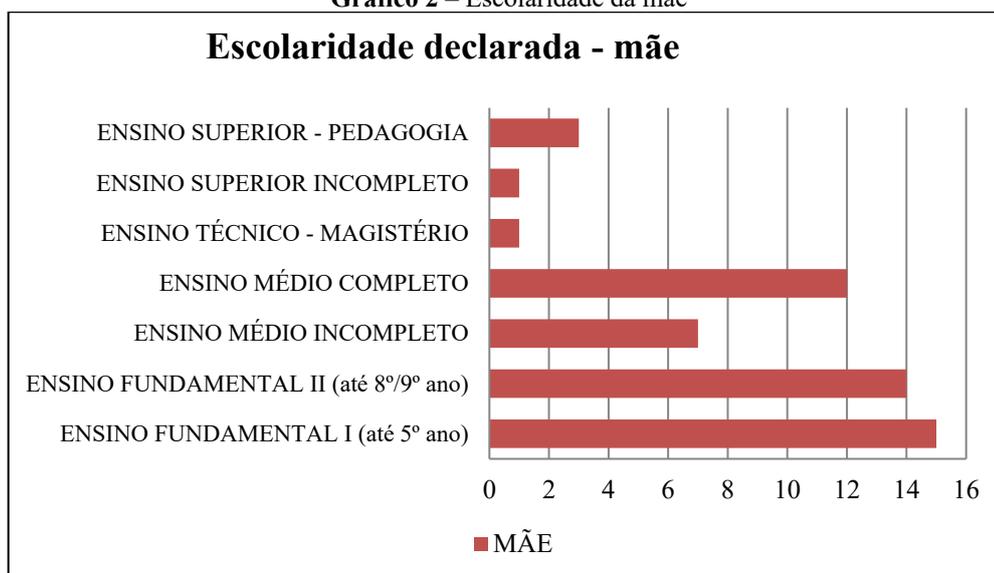
A comunidade possui sérios problemas de infraestrutura e saneamento básico; a grande maioria das famílias é autônoma e outras sobrevivem por meio da participação no programa Bolsa-Família (ajuda do governo para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza). No que diz respeito ao nível de escolaridade e à renda das famílias da comunidade estudada, observem-se os dados do Gráficos 1 e 2, abaixo:

Gráfico 1 – Escolaridade do pai



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Gráfico 2 – Escolaridade da mãe



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

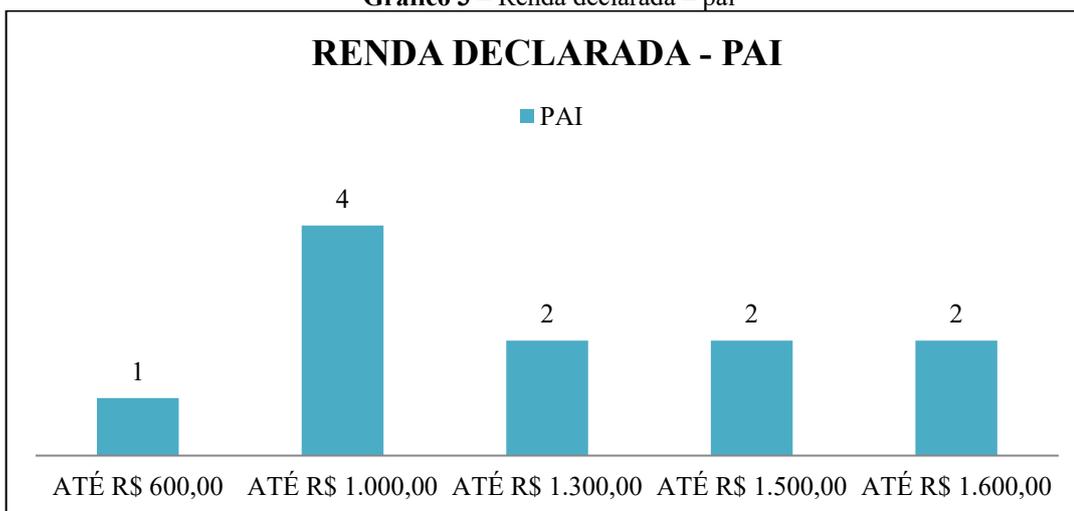
Ao analisar os Gráficos 1 e 2, podemos inferir vários aspectos que caracterizam essa comunidade. A maioria dos pais possui até o 5º ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

Nenhum pai possui nível superior de ensino. Com relação às mães, elas possuem um nível de escolarização maior que o de seus companheiros, sendo três delas formadas em nível superior, na área de Pedagogia.

Com relação à renda e à ocupação declarada, podemos observar como se dá, efetivamente, a relação das famílias com o mundo do trabalho.

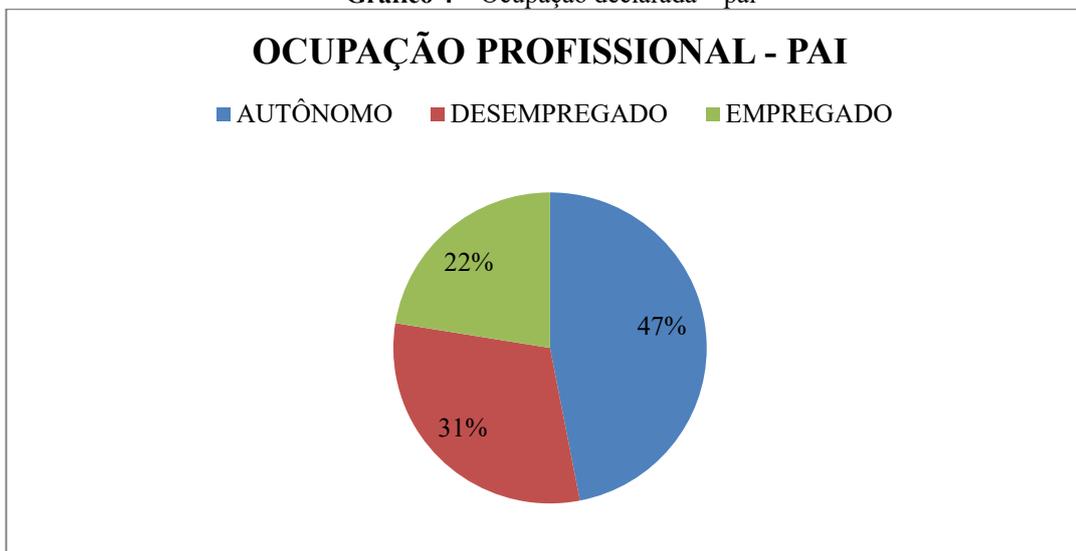
Com relação aos pais, a pesquisa nos revelou as seguintes informações:

Gráfico 3 – Renda declarada – pai



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

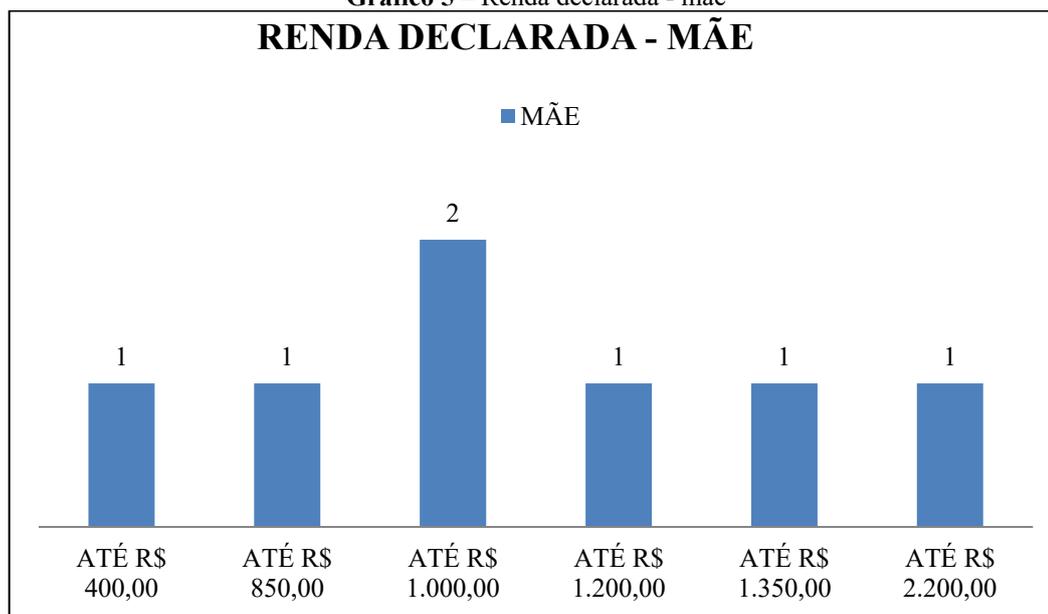
Gráfico 4 – Ocupação declarada – pai



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

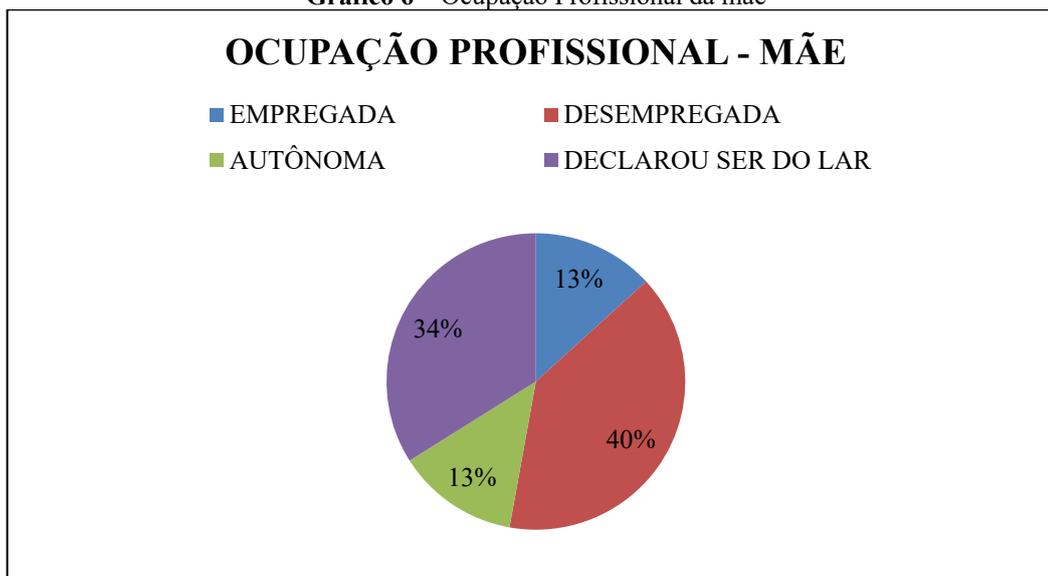
Referente às mães, a coleta dos dados nos revelou as seguintes informações:

Gráfico 5 – Renda declarada - mãe



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Gráfico 6 – Ocupação Profissional da mãe



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Optamos por deixar os gráficos juntos, para possibilitar uma análise comparativa das relações das famílias com o mundo do trabalho. Do total de fichas de matrícula analisadas, 53 mães se enquadraram nas categorias: empregada, desempregada, autônoma e do lar. No tocante à renda, 7 mães encontravam-se empregadas, conforme o Gráfico 6, o equivalente a 13% da amostra. A maioria (21 ou 40%) encontrava-se desempregada, 7 (13%) realizavam serviços autônomos, grande parte na função de diarista/faxina, e 18 (34%) declararam-se do

lar. Apesar das mães possuírem um nível maior de escolarização, de forma geral, seus companheiros que detinham o maior salário.¹⁹

Quanto aos pais, 45 se enquadram nas categorias: empregado, desempregado e autônomo; nenhum deles declarou ser do lar. Com relação à renda: 11 pais estavam empregados, ou seja, 22% da amostra; 23 (47%) declararam ser autônomos e 15 (31%) encontravam-se desempregados. Com isso, podemos inferir que os pais desempregados estejam sobrevivendo de ‘bicos’, ou seja, a maioria trabalha na informalidade, como autônomos, sem a segurança e os benefícios de um emprego formal.

A informalidade das relações de trabalho no Brasil não é recente. Trata-se de um fenômeno com incidência crescente em todo o mundo, impulsionado pelo uso de tecnologias, como os aplicativos para transporte e entrega de mercadorias.

A pandemia acentuou a crise financeira do nosso país e provocou a diminuição de renda, de trabalho e de condições para o trabalho. Pesquisas já apontavam que, de 2014 a 2016, “[...] a criação de empregos se deu majoritariamente pela via da informalidade. Ao final de 2019, 40% dos empregos do país – mais de 38 milhões de pessoas – eram informais. Desses, quase metade trabalhava por conta própria” (GAGLIONI, 2020).

A crise pandêmica provocou, por conta do fechamento do comércio, o encerramento de milhões de postos de trabalho. “Nos primeiros seis meses de crise sanitária, 12 milhões de brasileiros perderam o emprego. Entre eles, seis a cada dez eram trabalhadores informais. A desigualdade de renda do trabalho no Brasil cresceu a níveis historicamente altos em 2020” (GAGLIONI, 2020).

Ultimamente, a classe trabalhadora tem se fragmentado ainda mais. Temos visto a precarização das relações de trabalho, provocada pela lógica de flexibilização das leis trabalhistas, sob o controle do empregador, com contratos que não se inscrevem na tradicional condição de trabalho formal, por exemplo: os contratos de trabalho temporários ou de tempo parcial e a terceirização com péssimas condições de trabalho, entre outros. Isso sem mencionar o aumento exponencial do mercado de trabalho informal. Essa lógica de flexibilização das relações entre empregador e empregado tem sido necessária para manter o ‘bom funcionamento do mercado’, forçando os trabalhadores a se sujeitarem a condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

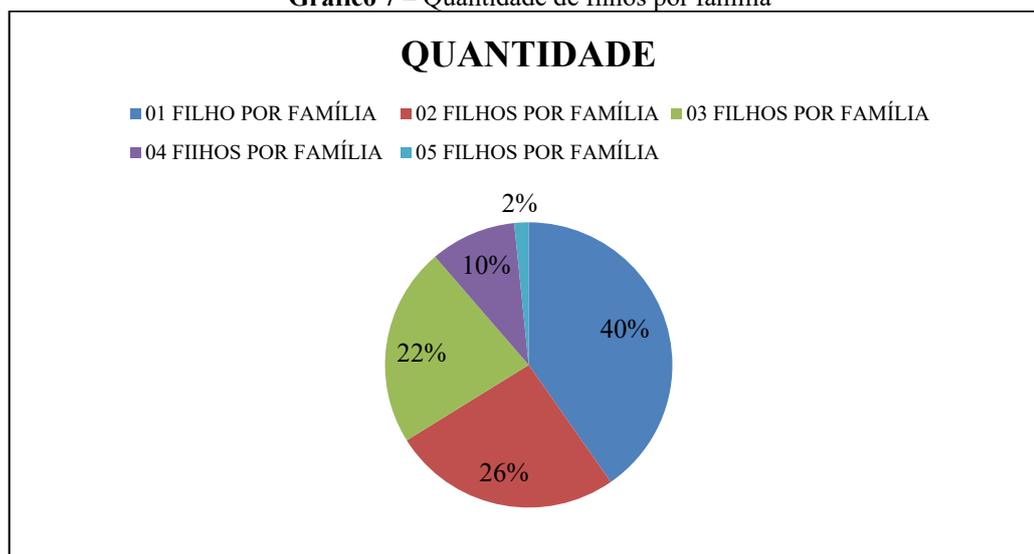
Os dados da pesquisa, tendo como base as fichas das crianças matriculadas em 2020, mostraram-nos que estes sujeitos, em sua grande maioria, pertencem ao grupo de

¹⁹ Informações baseadas nas 62 fichas de matrícula do ano 2019-2020, no CEI Professora Rosângela Regina de Oliveira Caldas. Algumas famílias não declararam escolaridade ou renda.

trabalhadores informais, mais vulneráveis a sofrer com as desigualdades econômicas, em virtude da ausência de proteção da legislação trabalhista.

Com vistas a complementar os dados já coletados, buscamos saber o número de filhos por família:

Gráfico 7 – Quantidade de filhos por família



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Os dados nos revelam que 25 famílias (40%) da amostra têm 1 filho; 16 famílias (26%) possuem 2 filhos; 14 famílias (22%) têm 3 filhos, e 6 famílias (10%) possuem 4 filhos, ou seja, mais da metade das famílias possuem mais de 1 filho.

Para acompanharmos as leituras e as análises dos gráficos, faz-se necessário compreender estes dados a partir de alguns fenômenos sociais que se iniciaram no século XVII, com os processos de acumulação primitiva, compreendida como a organização política e econômica que antecedeu a sociedade capitalista.

Como vimos no capítulo anterior, ao longo da história da sociedade, mudanças econômicas, sociais, científicas e tecnológicas promoveram a transformação do modelo de família, que passou a adotar a forma nuclear, tendo a figura do homem como centro deste modelo. Esse novo arranjo familiar, formado por pai, mãe e filhos, moldou as atribuições e os papéis de cada um. Coube à mulher a função de desempenhar o papel de boa mãe, cuidando e educando os filhos, de boa dona de casa, sendo responsável por manter a limpeza e a ordem do lar e de boa esposa, dando suporte para o trabalho do marido, realizado fora do lar (FEDERICI, 2019).

Uma sociedade esculpida nos mínimos detalhes, desde os primórdios do capitalismo. Aqui complementa-se o entendimento de Marx acerca da esquematização e estruturação da nossa sociedade vista pelos olhos de uma mulher:

Minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista, entre esses fenômenos estão: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. (FEDERICI, 2019, p. 26).

Conforme os dados coletados, podemos perceber que grande parte das famílias possui baixa escolaridade, estão desempregadas ou trabalham no mercado informal, sendo estes fatores prejudiciais para alcançarem o acesso à renda, expondo-se, com isso, a diversas vulnerabilidades sociais.

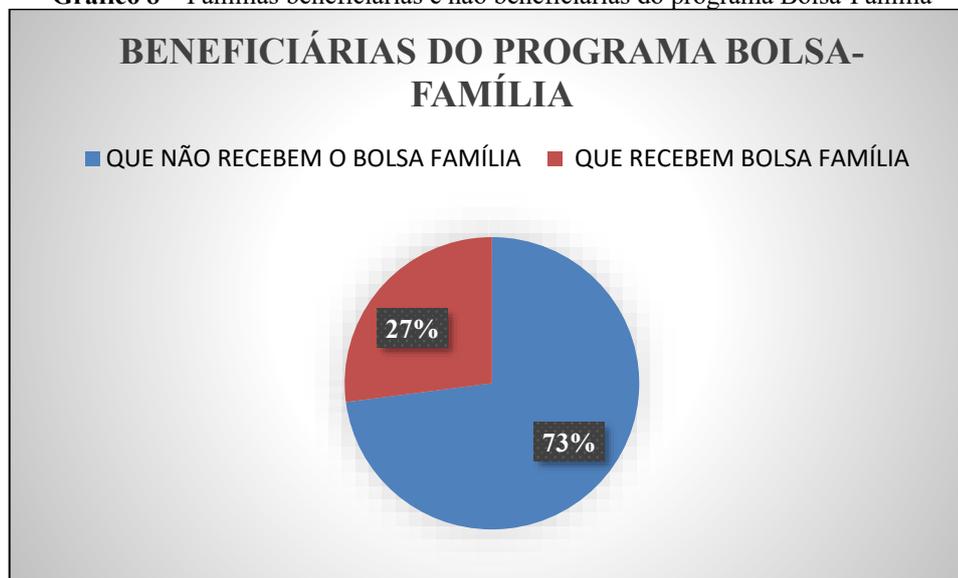
Em virtude das desigualdades econômicas, algumas famílias da comunidade são beneficiárias do programa Bolsa Família,²⁰ programa que contribui de forma pontual com a redução da fome, mas não atende a todos, tampouco consegue promover transformações mais significativas na vida das famílias beneficiárias.

O programa também atribui à mulher/mãe a responsabilidade por cumprir certas condicionalidades, haja vista o que diz o Art. 2º, § 14, da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004: “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher” (BRASIL, 2004). Para isso, é necessário que as mulheres mantenham seus dados atualizados no CadÚnico e atendam às normas do programa, como frequência escolar de 85% para as crianças entre 6 a 15 anos e de 75% para os jovens de 16 a 17 anos, sendo as responsáveis também por manter o calendário de vacinação das crianças menores de 7 anos em dia e fazer o acompanhamento de sua saúde. Aparentemente, o programa aparenta dar ‘autonomia financeira’ à mulher, mas, na prática, demonstra controle e exigências.

²⁰ O Programa Bolsa-Família foi criado em 2003 e visa auxiliar na diminuição da pobreza, possuindo “três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias” (BRASIL, 2010). É um Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) que seguiu um movimento iniciado nos anos de 1990, não só na América mas também no mundo. Anteriormente ao Bolsa-Família, vários programas sociais foram implantados de forma isolada, tais como: Bolsa Estudante, Vale Gás, Fome Zero, entre outros, dificultando o cadastramento das pessoas que necessitavam dos programas, a destinação das verbas e o controle das verbas empregadas. O Bolsa-Família é hoje o principal programa social brasileiro e destina-se a uma parcela considerável da população, formada por pessoas que foram e são expropriadas de todos os direitos e de todas as formas de garantia de subsistência, próprias e de suas famílias.

Os dados nos revelam também que, apesar das inúmeras precariedades observadas nesta comunidade, poucas famílias recebem o benefício, conforme declarado nas fichas de matrícula da amostra coletada:

Gráfico 8 – Famílias beneficiárias e não beneficiárias do programa Bolsa-Família



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

De acordo com as 62 fichas de matrícula analisadas, apenas 23 famílias recebem o Bolsa-Família. É importante frisar que, mesmo com a CF/1988 e o ECA, cujos artigos dispõem sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, a exemplo do artigo 4º,²¹ a realidade nos revela que existem muitas contradições entre o direito de papel e a realidade vivida.

3.4 CONTEXTOS DE VIDA E HISTÓRIA DA COMUNIDADE JARDIM SOLEMAR: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA CONTRA A FOME E A MISÉRIA ESCRITA PELO CORAÇÃO

“Nos resta continuar mendigando, como sempre” (DONA JANE, PESQUISA DE CAMPO, 2021, informação oral).²²

As análises produzidas aqui são iniciais, pois não seria possível esgotá-las, haja vista as inúmeras complexidades que envolvem os diálogos dos sujeitos participantes desta

²¹ “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, **com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária**” (BRASIL, 1990, grifos nosso).

²² Trecho oriundo da entrevista concedida à pesquisadora em 19 de agosto de 2021. As demais menções à entrevista com Dona Jane dizem respeito a este evento.

pesquisa. Ainda assim, possibilitaram-nos análises para além das estruturas sociais condicionantes, desprendendo-nos da perspectiva de ‘produtos do meio econômico e social’ e nos lançando em direção a novas contribuições teóricas que se articulem às formas e às capacidades individuais e coletivas de agência da classe trabalhadora (STETSENKO, 2019). Permitiram-nos também reconhecer as especificidades da Educação Infantil, em especial das instituições educativas que atendem à demanda periférica dos grandes centros urbanos, pois, por suas especificidades, estas instituições desempenham um papel social maior do que cuidar e educar.

Buscando trazer elementos do contexto histórico e social da comunidade, optamos por iniciar a apresentação das análises das entrevistas e conversas utilizando como base os relatos de vida de Dona Jane, moradora da comunidade Jardim Solemar.

3.4.1 O coração da comunidade Jardim Solemar: Dona Jane

Dona Jane é o que poderíamos denominar de uma pessoa que atua como um membro ativo e participativo da comunidade, que, em seu movimento de luta, busca transformar a realidade das pessoas da comunidade em que vive. Ela luta contra as desigualdades sociais, contra a fome, contra as injustiças sociais e contra a miséria.

Ela conta com uma rede de ajuda que, liderada por ela, atende às necessidades básicas mais urgentes da comunidade. Organiza-se conforme a ajuda que recebe e as condições que possui, as quais, mesmo precárias, não a impedem de lutar. As dificuldades atravessam as condições materiais, dadas pelas desigualdades e injustiças sociais, mesmo assim todos os moradores, à sua maneira, resistem.

O processo de busca por ajuda fez com que cada indivíduo participante deste grupo de voluntários contribuísse ativamente com práticas sociais coletivas, o que levou, minimamente, à melhora nas condições de vida da comunidade como um todo.

A comunidade ainda convive com a pobreza e reivindica melhores condições de vida. Não que antes não lutassem; todos desejam resolver seus problemas, tanto de forma particular como coletiva, porém, dadas as inúmeras dificuldades materiais que enfrentam no seu dia a dia, as ações cotidianas ficam limitadas à luta pela sobrevivência. Em sua luta diária, Dona Jane encarna a esperança dos esquecidos pela sociedade.

Histórias de vida como as de Dona Jane provocam-nos reflexões acerca do estágio em que se encontra o capitalismo, que, somado à pandemia, tem produzido graves efeitos sociais, que atingem diretamente a classe trabalhadora. Vivemos em constante opressão, violência e

exploração, em uma sociedade fragmentada por raça, etnia, gênero, cultura e religião. Não possuímos salários dignos, nem moradia, acesso ao abastecimento de água e de luz, tampouco saúde e educação de qualidade, e isso tudo nos mostra que não existe, de fato, democracia; o que existe é um sistema que explora uma classe inferiorizada com o objetivo de obter garantias e privilégios para as classes dominantes, em um ciclo interminável, que tem provocado o colapso da sociedade e de seus recursos naturais.

O modo do sistema de produção da nossa sociedade tem orquestrado, de maneira espetacular, esse jogo de poder, exploração e dominação. A desigualdade social existe porque é por meio dela que ocorre a exploração de corpos que, desprovidos de bens materiais e dos meios de produção, são livres para venderem sua força de trabalho para aqueles que vão lucrar e acumular ainda mais riqueza. É pela ótica da classe trabalhadora que nos propomos a conhecer a infância. As entrevistas que realizamos na comunidade trazem os relatos de vida cotidiana de pessoas honestas, de mulheres de garra, de famílias trabalhadoras que lutam contra esse sistema desigual.

3.4.2 Relatos de uma vida²³

Dona Jane é moradora e líder da comunidade Jardim Solemar há 28 anos. Ela nos conta que, quando chegou à comunidade, por volta de 1993, deparou-se com um cenário de tristeza, abandono e miséria, bem maior do que é hoje:

Não tinham comida, não tinham água encanada, não tinham banheiro, era uma pobreza só. Quando cheguei à comunidade, fui convidada a rezar a novena em uma casa; quando cheguei lá, a mãe estava preparando farinha com açúcar para dar de comer às crianças. Era a única coisa que tinham em casa. [...] A violência era muito maior, morria gente todo dia, e as famílias não tinham nem onde velar seus entes queridos. Era muita tristeza! Eu trabalhava de doméstica o dia inteiro e à noite trazia sacolinhas com as comidas que sobravam da casa da minha patroa, para doar para a comunidade. Eu ajudava todos, sem olhar o que faziam ou com que trabalhavam. Eu apenas ajudava [...]. Quando a polícia subia o morro e deixava os meninos²⁴ feridos, eu ia cuidar deles, fazia curativo, dava remédios. [...] Quando as famílias precisavam de roupas, calçados, comida, remédios, eu pedia para um,

²³ Nesta parte do capítulo, apresentamos conversas informais entre a pesquisadora e Dona Jane, havidas por ocasião de nossa saída a campo, na comunidade, bem como trechos de conversas ocorridas por meio do WhatsApp e relatos do livro de registro que Dona Jane carrega com muito carinho. Optamos por não mencionar o nome das pessoas, substituindo-o pela designação ‘morador’ ou ‘moradora’. A entrevistada nos autorizou a nomeá-la da forma com que a comunidade a conhece.

²⁴ ‘Meninos’ é a forma como a líder descreve quem trabalha no empacotamento e na venda de drogas na comunidade.

*pedia para outro, e assim conseguia atender às necessidades. Tirava comida de dentro da minha casa; não tenho nada que seja meu, o que eu tenho, eu ajudo.*²⁵

Nesse breve relato, ela nos descreve o modo como vivem as famílias da comunidade, realidade de muitas outras famílias brasileiras. Ouvir esse relato, apesar de breve, é denso, carregado de faltas, mas também de amor, de carinho, de respeito. Aliás, foi o respeito que permitiu à Dona Jane ganhar a confiança de todos. Uma comunidade que possui envolvimento com o tráfico de drogas, violência, fome e ausências desenvolve estratégias para se proteger, uma das quais é desconfiar de ‘novos moradores e/ou visitantes’.

A desigualdade social não é um fenômeno natural. Ela foi produzida e acentuada pelo modo de produção capitalista. Para manter esse sistema de produção, é necessário que existam um conjunto de relações específicas e permeadas por contradições necessárias à sua manutenção.

O modo de produção capitalista, durante sua trajetória histórica, conduziu e conduz, de forma ímpar, os avanços tecnológicos e científicos da era contemporânea. Porém, em virtude de suas contradições, tem deslocado a capacidade dos homens de agir criticamente em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. O trabalho humanizou os homens, mas sua forma dentro do sistema capitalista de produção tem contribuído substancialmente para o processo de sua desumanização. Foi por meio do trabalho que o homem se tornou um ser histórico e social (MARX, 2008).

Para compreendermos as relações sociais de hoje, é necessário que saibamos que o ponto de partida desse processo histórico ocorreu pela relação do homem com a natureza em seu processo de humanização.

Esse processo permitiu ao homem traçar novas linhas no percurso evolutivo do seu desenvolvimento, tornando-se capaz de planejar seu futuro e agir sobre ele de forma intencional, nos aspectos individuais e coletivos (STETSENKO, 2017). Ao interagir com a natureza de maneira intencional para satisfazer suas necessidades, tornou-se capaz de modificar a si mesmo, ao outro e ao mundo por meio do processo de produção de sua subsistência. Nesse sentido, Marx e Engels (2007, p. 33) afirmam que:

[...] constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios,

²⁵ Trecho oriundo da entrevista concedida à pesquisadora em 19 de agosto de 2021, em que a líder da comunidade empresta o seu caderno de registros à pesquisadora com acontecimentos considerados importantes para a comunidade.

tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

Foram os instrumentos criados pelo homem para a realização do trabalho que lhe forneceram as condições necessárias para viver e lhe possibilitaram tornar-se um ser social e histórico, conforme nos diz Engels (2004, p. 11):

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades.

Dessa forma, foi o trabalho que permitiu a construção do ser social e também a organização de uma classe de indivíduos com poder sobre a outra. Nesse sentido, a desigualdade social é, historicamente, um fenômeno oriundo das sociedades de classes, no entanto, a partir da organização do modo capitalista de produção, esse fenômeno adquire novas formas e, com base nas contradições a ele inerentes, permite que, mesmo com a produção abundante de riqueza, não seja aniquilada a pobreza, visto que sua lógica de expansão e de acumulação tem como pressuposto a existência do seu oposto (MARX, 2008).

Dentro do modo de produção capitalista, as desigualdades sociais são produzidas pelo trabalho, que, desde o princípio, separa os sujeitos entre proprietários e não proprietários de sua produção (MARX, 2008). Com as desigualdades sociais, grupos que não detêm o controle da produção do trabalho são expropriados e explorados, sofrendo os efeitos da dominação por parte das classes superiores. Esses grupos não partilham das mesmas oportunidades que os demais.

Assim, a família trabalhadora tem menos probabilidade de ter uma educação de qualidade e, com baixo nível de formação, terá mais dificuldade em acessar empregos que lhe forneçam prestígio social ou boa remuneração.

Com base nessas evidências, a meritocracia é um mito que serve para acentuar a desigualdade social: não há possibilidade de proclamar que uma classe social alcança suas conquistas por mérito se a outra sequer consegue ter acesso às mesmas oportunidades. Tampouco é possível aventar que os grupos que convivem com as desigualdades permanecem em tais condições sociais porque compartilham de determinados costumes ou cultura oriunda dessa classe.

O que temos, portanto, é uma enorme desigualdade na distribuição de renda e, com isso, elevados níveis de pobreza. Obviamente, esse processo originou-se e expandiu-se

historicamente no decorrer do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista, o que nos demanda reflexões e ações de enfrentamento a essa herança de injustiça social, que exclui parte significativa de sua população, constituída pela classe trabalhadora, do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Em vista disso, podemos afirmar que nosso país não é pobre, mas sim desigual.

Na sequência, apresentamos os relatos que Dona Jane faz em seu livro, que ela guarda com muito amor e carinho. Nele constam os acontecimentos mais importantes na comunidade, o que nos demandou muito cuidado e respeito, pois tivemos que realizar alguns recortes, buscando trazer os dados mais importantes e que viessem a contribuir e a complementar as análises das fichas de matrícula das crianças, as observações e as entrevistas.

Figura 8 – Caderno de Registros Dona Jane (A e B)



Fonte: acervo da autora. Fotografia retirada por ocasião da visita ao campo (19 ago. 2021).

Após três anos de luta, no dia 24/12/2011, conseguimos ligar a água clandestina, com a colaboração total do material do Sr. [nome omitido]. Há três anos ganhamos um barraco, doação dos meninos da escada, que a comunidade chama de Casinha. Trabalhamos nele sem cessar, lá distribuimos sopa, fazemos a catequese, doações diversas, cursos de crochê e tricô, etc. Na Casinha também temos o trabalho com a pastoral da criança e realizamos os velórios, batizados, casamentos e também é nela que fazemos a festa no Dia das Crianças e no Natal. [...] A primeira motivação para construir a casinha era para poder velar as pessoas da comunidade, vítimas do tráfico de drogas [...]. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Com vistas a possibilitar ao(à) leitor(a) conhecer a ‘Casinha’, trazemos algumas imagens coletadas quando a pesquisadora esteve em campo, na companhia de líder da comunidade. Na parte de baixo da Casinha mora um casal de adolescentes. Tivemos a oportunidade de conhecer esse cômodo, que não possui banheiro, nem piso; é chão batido, tem apenas uma cama e uma pia de cozinha improvisada:

Figura 9 – Parte externa da Casinha (A e B)



Fonte: acervo da autora. Fotografia retirada por ocasião da visita ao campo (19 ago. 2021).

Figura 10 – Quadro da sala



Fonte: acervo da autora. Fotografia retirada por ocasião da visita ao campo (19 ago. 2021).

Figura 11 – Faixa da Pastoral da criança no interior da Casinha



Fonte: acervo da autora. Fotografia retirada por ocasião da visita ao campo (19 ago. 2021).

Os registros apontam que o acesso à água potável fez diferença porque facilitou a vida da comunidade em relação às tarefas básicas do dia a dia. Em conversa com a líder da comunidade, foi possível perceber que o acesso à água potável e canalizada permitiu às famílias comerem, beberem e tomarem banho. Antes, as famílias dependiam da caridade dos próprios moradores para conseguirem água para seus afazeres domésticos, e a Casinha, durante muito tempo, serviu de banheiro coletivo para muitas famílias.

A falta de água potável, bem como a impossibilidade de acesso a serviços de saneamento, afeta seriamente a saúde da população, principalmente as residentes em zonas periféricas dos grandes centros urbanos, de forma mais acentuada nas regiões mais pobres, que já não dispõem de outros recursos em razão da desigualdade social.

O que deveria ser um direito social de todos, na prática, torna-se um privilégio para alguns. Dentre as conquistas, o livro menciona a aquisição de uma máquina de fazer sabão doada pelo Secretário da Educação: “[...] *nesse mesmo dia também se ofereceram para nos ensinar a fazer xarope e mais alguns remédios, vamos marcar um dia. [...] Que Deus nos ajude, que vamos conseguir*” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

No caderno consta a informação de que, em agosto de 2012, Dona Jane, em parceria com algumas mulheres da comunidade, fundou a ‘Associação do Sabão’. Foi formada por quinze mulheres moradoras da comunidade, juntamente com uma equipe de venda, com objetivo de gerar algum tipo de renda e/ou autonomia para as mães da comunidade, mas a associação durou poucos meses (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021). Necessitava

de uma maior organização e empenho por parte das mães, que, em virtude das inúmeras dificuldades, não conseguiram se organizar de forma a manter a associação funcionando.

Esse episódio também nos impele a analisar as questões de gênero e as imposições colocadas sobre o corpo da mulher. A implementação desse modelo de sociedade impôs limites, supervisão e controle sobre os corpos femininos. As mulheres foram inferiorizadas e subalternizadas pelo Estado, que, aliado à Igreja, impôs a opressão e a violência como instrumentos controladores das mulheres, consolidando as bases patriarcais deste novo do sistema econômico (FEDERICI, 2017). Nesse novo modelo de sociedade, coube à mulher a função do trabalho doméstico e reprodutivo. Dessa forma, podemos inferir que as mulheres não puderam se dedicar à associação em virtude de estarem condicionadas às tarefas relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado.

Dona Jane, apesar de todos os seus afazeres e do seu trabalho como empregada doméstica, tem se colocado na luta contra a fome da comunidade, fome essa que não é só de comida, é de água, de roupas, de casa, de educação, de cultura, de segurança. A líder possui uma relação de amor e esperança com a comunidade, cheia de histórias de luta e de conquistas, que se entrelaçam com a fé em Deus e a gratidão pelos seguidores que lá proferiram a palavra Dele, como ela nos conta em outro trecho do livro:

Em 05/08/2012, ganhamos o altar do Padre Vilson, agora já temos o altar para celebrar a missa [...]. Em 14/9/2012, recebemos o novo Padre Alcione, ficamos felizes. Antes de tomar a posse ele nos visitou e disse que vai ficar com nós. Vamos trabalhar com ele e que Deus nos abençoe! (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Percebemos que algumas conquistas da comunidade não são de cunho material, mas sim subjetivo, celebradas com muita alegria, como a possibilidade de realizar batizados, missas, entre outros eventos. Dona Jane descreveu em seu caderno a comemoração do primeiro batizado na comunidade, ocorrido em 2013:

[...] aos nove dias do mês de março, realizamos o primeiro batizado na Casinha com o atual Pároco da Igreja Católica Sagrados Corações, nessa cerimônia foram selados 25 novos cristãos. Entre estes estão: bebês de colo, crianças, adolescentes, jovens e adultos. Os registros foram feitos pelo seminarista, transcrevendo um trecho deste, ele nos diz: - “Essa grande mobilização tem o ponto de partida, com o empenho de uma guerreira do morro: Dona Jane, assim chamada e conhecida por muitos que aqui vivem”. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

O acesso à realização de cerimônias como batizados, casamentos e primeira comunhão possibilita aos moradores conhecerem novas formas de ser e estar no mundo e, com isso, promove o sentimento de pertencimento à cultura da sociedade. Grupos que vivem em meio à

desigualdade econômica são privados também do acesso à educação e a lugares onde se partilham determinados conhecimentos e costumes, como a igreja, por exemplo.

A igreja, durante o curso do desenvolvimento das forças produtivas deste novo modelo de sociedade, contribuiu para assegurar que o novo modelo de sociedade vigorasse, e os registros históricos apontam a relação entre o capitalismo, o trabalho e a religião.

Edward Palmer Thompson, nos estudos desenvolvidos sobre a *Formação da classe operária inglesa* (2002), aponta o papel da religião metodista na formação da classe operária para a burguesia. Essa formação de operários pautava-se na exploração excessiva dos trabalhadores que os privavam até das horas de descanso, de lazer, e de seus costumes “o que pode ser mais absurdo que um lavrador deixar seu cavalo inativo durante meia hora, um dia de inverno, para beber cerveja?” (THOMPSON, 2002, p. 44).

Nesse sentido, os pastores contribuíram para introduzir costumes e regras que visavam à submissão dos trabalhadores, que, pelo ‘medo pecar’, desempenhavam funções árduas, que os levavam a exaustão, sob a supervisão de Deus. Aqueles que fossem pegos no ócio ou que reclamassem do excesso de trabalho seriam punidos com as chamas do inferno, o que condicionou os trabalhadores a pensar que, trabalhando daquela maneira, um dia conseguiriam tornar-se patrão ou conquistar o paraíso tão sonhado.

Tornou-se natural pensar que “[...] o homem ou a criança só eram dignos de graça aos olhos de Deus se desempenhassem tarefas penosas, laboriosas e renunciantes. Trabalhar era um deleite, e o masoquismo era ‘Amor’” (THOMPSON, 2002, p. 253).

Dessa forma, o trabalho nas indústrias seria o “[...] novo remédio para a pobreza denunciando a indolência e a imprudência do trabalhador e se defendia a ideia de que, se o sucesso correspondia a um sinal de predestinação, a pobreza era em si própria um sintoma de torpeza espiritual” (THOMPSON, 2002, p. 233), reforçando a concepção de que a pobreza era oriunda de determinadas classes (inferiores) e costumes, ou seja, da cultura. Concordando com a afirmação de Marx que descreve a religião como o “ópio do povo”, o autor afirma:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo. (THOMPSON, 2010, p. 145).

Para além dessa afirmação, Thompson (2002) reconhece que nenhuma das ideologias professadas pelas religiões são compreendidas e/ou absorvidas totalmente pelos homens e, durante o percurso histórico, se fazem e refazem em meio às práticas sociais e culturais, que, com o tempo, foram incorporando os valores de ajuda ao próximo e de solidariedade, por exemplo.

Enquanto a classe se forma, o Estado tenta extinguir o potencial revolucionário existente entre aqueles que se opõem a esse sistema e, nesse sentido, o autor compreende que a classe operária não foi produzida pela chegada das máquinas, ela se constituiu por meio das contradições existentes em um contexto social, no duelo entre as classes, sob a ideia de uma sociedade constituída por cidadãos de direitos e deveres: “[...] indubitavelmente, o capitalismo não poderia ter-se desenvolvido caso a maior parte das energias humanas não tivessem sido canalizadas na direção do trabalho” (THOMPSON, 2002, p. 234).

Os autores elencados nesta pesquisa nos mostram que o desenvolvimento das forças produtivas oportunizou a consolidação do sistema capitalista de produção, organizado pela exploração da força de trabalho. Podemos perceber que o trabalho explorado e precarizado sempre esteve associado a uma função social daqueles desprovidos dos bens materiais.

Raymond Williams (2007), buscando conhecer a origem etimológica de algumas palavras, afirma que a palavra **trabalho**, por exemplo, teria sua origem do latim da palavra “*tripalium*” ou “*tripalus*”, nome dado ao instrumento utilizado para torturar aqueles que estivessem devendo seus impostos. Essa ferramenta possuía três mourões de madeira aos quais a pessoa ficava amarrada para ser castigada. Os registros apontam que somente os escravos e servos eram ‘penalizados’ e, geralmente, a ação estava associada à falta de pagamento de impostos. Esse instrumento de tortura foi relacionado ao trabalho, associado aos escravos ou aos servos (classes inferiores).

Também há uma associação entre palavra trabalho e o sofrimento ou castigo imposto por Deus a Eva e Adão por terem comido do fruto proibido. Deus condena Adão a viver do suor do seu trabalho, como forma de castigo. Para o Feudalismo, modelo de sociedade religiosa, o clero e a nobreza eram vistos como filhos de Deus, e os servos e camponeses como filhos de Adão e Eva, portanto condenados ao trabalho. A burguesia apropriou-se desta visão religiosa para fundamentar este modelo de sociedade, reproduzindo a ideia de que algumas classes devem viver do trabalho, seja este trabalho para enobrecer o homem, uma virtude ou uma elevação espiritual, por exemplo. Dessa forma, compreender a origem destas palavras nos leva a refletir sobre as estruturas que dominam, desde o princípio, a construção do nosso modelo de sociedade atual.

Nesse sentido, as estruturas sociais foram construídas por meio da lógica das ideias da classe dominante, conforme nos diz Marx (2004, p. 48-49):

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de

tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio.

Uma formação mais moral permite construir no sujeito a ideia de que somente ele é responsável por seus problemas e fracassos, tornando-o mais passivos diante da vontade de Deus.

Assim, sob a ótica de assistência social e na perspectiva de fazer o ‘bem’, o pensamento conservador da Igreja associa-se às ideias do pensamento burguês, recrutando fiéis e atendendo pontualmente às necessidades mais emergentes da classe trabalhadora, mas sem permitir que ela, de fato, torne-se capaz de emancipar-se enquanto sujeito, com igualdade de direitos. Nesse sentido, as condutas do Estado e da Igreja operam na contramão do ideário marxista, pois tiram do jogo a base da relação material histórica e social das desigualdades sociais, contribuindo para o fortalecimento dos ideais hegemônicos, que necessitam dessas contradições de classe para sobreviver.

Ainda que alguns dos líderes que representam a Igreja percebam as injustiças sociais existentes em nossa sociedade, sua capacidade de agir contra essa estrutura colossal é pequena, mas, ainda assim, ações como estas são importantes, conforme o relato registrado pelo seminarista presente durante a cerimônia de batizado descrita por Dona Jane em seu caderno:

[...] terminados os batizados, ou melhor, o momento, encerra-se a cerimônia. O semblante alegre e sereno dos que ali se faziam presentes certamente pode ser entendido como expressão que traduzia uma conquista que há tempo vinha sendo desejada. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

A esperança por dias melhores conforta o corpo cansado das ausências, servindo como uma forma de “[...] acalento ao coração, o ‘suspiro da criatura oprimida’, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos” (MARX, 2010, p. 145).

Desse modo, a classe trabalhadora de hoje carrega, em sua essência, as construções históricas anteriores, cristalizadas e reproduzidas pela cultura dominante.

Pelo relato acima, percebemos que não existe democracia nas formas de compartilhamento da cultura. A ideia democrática da vida em sociedade compreende que existem inúmeras formas de ser e estar no mundo e que isso possibilita inúmeras maneiras de

produzir cultura. Porém, a sociedade capitalista ancora-se no princípio da cultura ‘burguesa’ e das ‘massas’, e essas disputas ocorrem dentro das esferas da vida social – pública e privada (WILLIAMS, 2011).

Desta forma, a cultura que acredita ser superior ou dominante julga possuir critérios melhores que as outras formas de cultura, refutando as demais formas de ser e estar no mundo, e essas críticas provocam o afastamento social destes grupos, que acabam sendo estigmatizados e inferiorizados. Contrapondo-se a essa compreensão de cultura, Raymond Williams (2011) nos diz que a cultura produz os homens e, ao mesmo tempo, é produzida pelos homens, em seus contextos econômicos, sociais e períodos históricos.

Não estamos aqui discutindo a categoria cultura, mas apenas a inserindo no contexto de análise, pois precisamos compreender os processos de formação material e cultural para podermos conceber o modo como ocorre a naturalização das desigualdades sociais. Caso contrário, ficaríamos apenas na aparência do fenômeno, que é a dualidade conflitante entre classe dominante e dominada, matéria e pensamento. Assim, abre-se espaço para abordagens deterministas.

Devemos compreender que,

[...] desde o surgimento das classes sociais, da propriedade privada e da divisão social do trabalho, a objetivação do gênero humano (de suas formas de produzir, reproduzir e de transformar a cultura humana) ocorreu e vem ocorrendo por meio da exploração e da apropriação privada do resultado geral do trabalho humano que resulta no impedimento da maioria dos sujeitos sociais acessarem a riqueza material e intelectual produzida. (ALCUBIERRE, 2017, p. 228).

Dessa maneira, a hegemonia econômica existe, ela domina e subordina as demais esferas da sociedade (política e cultural), mas não significa que, dentro da totalidade do conjunto social, não ocorram fissuras e tensionamentos contrários ao que está posto. Prova disso é que existem os líderes de comunidades, os movimentos sociais, os sindicatos, as ONGs, entre outros atores que nos possibilitam perceber que todos os grupos sociais compartilham linguagem, conhecimento, leis, costumes e, assim, produzem e reproduzem a cultura.

Portanto, compreendemos que a cultura está em movimento e em transformação, portanto não está totalmente determinada pela economia, tal qual afirma o estruturalismo. Apesar de a condição econômica ser determinante em muitos aspectos, ela não é determinista. É nesse sentido que Marx (2008, p. 45) afirma que “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”.

Compactuando desse entendimento, podemos afirmar que não existe humano sem cultura, nem humano sem agência; todos são agentes no mundo, com base em uma síntese das experiências sociais coletivas e particulares (STETSENKO, 2017). E, se a cultura não está pronta e acabada, ela pode ser alterada pela ação dos sujeitos em suas práticas vividas e coletivas de hoje.

Mas, em meio às conquistas materiais objetivas e subjetivas, percebemos também frustrações e cansaço. É difícil lutar sozinha contra toda uma organização social, contra a qual as ações individuais, apesar de suprirem as necessidades básicas mais emergentes, não são suficientes para gerar mudanças estruturais.

Apesar das conquistas na comunidade apontarem para uma melhora na qualidade de vida, com o acesso à água, o recebimento de cestas e suprimentos para suas necessidades básicas, essas conquistas ainda são muito pequenas diante de todas as necessidades e carências materiais da comunidade.

Existe um duelo que se materializa na dialética entre agência e estrutura. Por mais que Dona Jane tenha algumas pessoas com quem contar, as quais, por meio da solidariedade, têm colaborado durante todos esses anos na melhora da qualidade da vida das pessoas da comunidade, essas conquistas são muito pequenas e insuficientes para, por si só, provocarem mudanças nas estruturas. Pois, na prática, o que temos é uma capacidade de mobilização pontual contra todo um aparato dantesco de opressão.

Mesmo assim, Dona Jane não cruza os braços ou espera que esses problemas se resolvam por si mesmos. Ela continua num processo contínuo de ação e reflexão, que, por vezes, a deixa frustrada, como no relato abaixo:

Em 04/07/2013 eu, na presença de uma moradora, de uma representante da Pastoral da Criança e com o Padre Alcione, nos reunimos para decidir o que fazer com o povo do morro. Treze anos de doação, só fazendo doação e as mulheres não dão valor. Então ficou decidido trocar as cestas por limpeza do lixo. E começaremos com um brechó, para elas darem mais valor, por enquanto está tudo bem! (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Ela sabe que suas ações, mesmo que pontuais, mudaram a realidade da comunidade em que vive, pois, apesar de serem pontuais, são muito importantes. A solidariedade é sua palavra de ordem, é por meio dela que Dona Jane aprende e ensina o próximo, em seu acolhimento, no diálogo, na procura por respostas em seu árduo processo de luta na busca por melhores condições de vida. Cada nova conquista é comemorada, como ela narra neste excerto: “[...] ontem, (28/09/2013), ficamos muito felizes, porque iniciamos a catequese [...]” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

A esperança a mantém firme e a coloca no processo de agir, pois ela sabe que não pode apenas esperar. E, por esperar uma nova história, ela contagia as pessoas ao seu redor, como nos conta neste fragmento: “[...] em 26/10/2013, iniciamos o nosso dia com um almoço [...]. Depois, às 16h, realizamos o batizado de 16 crianças da comunidade e também de outros bairros, o Padre Alcione e outros dois seminaristas estavam presentes” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Na busca por auxílio dos setores do Estado, ela nos conta que,

Em 15/11/2013 nos encontramos com a Defesa Civil e fizemos um curso, agora temos um núcleo da Defesa Civil aqui no morro. [...] ficamos tristes com a falta de empenho dos moradores, pois não se ajudam. Vamos ver no que vai dar. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Percebemos que tudo demanda muito empenho, tempo e força de vontade para Dona Jane agir em busca de melhores condições de vida para as famílias da comunidade. Às vezes, mostra-se cansada, triste, por não ver o empenho por parte dos moradores, conforme o registro datado de 24/09/2014: “[...] estou um pouco triste, pois os moradores nunca estão contentes, sempre querem mais [...]. Isso está me fazendo mal. Acho que estou ficando velha, ou cansada também (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

É uma situação difícil, delicada, frágil. Mas também nos mostra que os moradores buscam por melhores condições e compreendem que a situação em que vivem não está certa; portanto, é preciso transformá-la. Mesmo quando não se ‘empenham’ como Dona Jane gostaria, eles estão a agir no mundo e, nesse sentido, a capacidade de agir pode ser desenvolvida de forma mais potente ou menos potente de acordo com as possibilidades de agência de cada um (STETSENKO, 2019). O diálogo é permanente e, assim, as frustrações também geram aprendizados, mobilizando novas organizações e novas ações.

Nos próximos registros, ela narra os batizados, os brechós e as reuniões, que sempre têm como ponto de encontro a Casinha. A Casinha que, de início, foi construída pela necessidade de velar os entes queridos mortos pelo tráfico de drogas, tornou-se uma casa de apoio, de acolhimento, de partilha, de aprendizado, de esperança, de reflexões, enfim, tornou-se uma referência muito importante para a comunidade.

As comunidades periféricas sofrem pelo poder das estruturas sociais, pela ausência de condições de moradia, de saneamento básico, de atendimento à saúde, pela falta de alimentação e por muitos outros aspectos. Em virtude das inúmeras ausências, restam-lhes poucas alternativas, a saber: cruzar os braços e esperar que esse modelo de sociedade seja superado por suas próprias contradições, ou lutar para conquistar tais mudanças. Na ausência

de uma organização social em que não existam desigualdades ou privilégios de classe, cabe aos próprios desapossados lutar por melhores condições para viver, como nos relatou Dona Jane:

Em 16/09/2014, fomos até a Prefeitura solicitar a extensão da creche da igreja para atender mais crianças, e também pedir para que o caminhão de lixo subisse o morro. O caminhão não subia porque a rua era de areia. Conseguimos uma doação de lajotas velhas, e nós mesmos fizemos a colocação. O prefeito nos ajudou fazendo a doação das lajotas, mas fomos nós que colocamos! (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Também consta o registro de que, em setembro de 2014, a última rua foi calçada. A comunidade fez uma festa para comemorar. Nesse processo, houve o envolvimento da comunidade para a colocação das lajotas, foi um momento feliz de conquista de melhores condições de infraestrutura para a comunidade.

Também foi graças ao empenho de Dona Jane junto à comunidade que a Prefeitura tomou conhecimento das necessidades educacionais das crianças atendidas pela ONG descrita anteriormente. E também foi por meio dessa negociação que a Prefeitura assumiu o atendimento das crianças, que ainda utilizam a extensão da igreja evangélica, com ambientes precários, mas a Prefeitura efetuou a compra de um terreno próximo e já está prevista a construção de uma nova creche para atender à comunidade com melhores condições de infraestrutura.

O envolvimento da Igreja também se faz presente nas conquistas da comunidade, como a Dona Jane descreve em outro trecho de seu livro de registros: “*Em 13/05/2015 tivemos um dia inesquecível na nossa sala comunitária Cristo Rei [...] a 1ª eucaristia de 16 crianças, começamos com a confissão pela manhã e depois, às 16h da tarde, a comunhão [...]*”. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Ao certo, ela tem pessoas especiais com quem pode contar e dividir um pouco o peso de sua luta, mas nem sempre consegue atender da forma como gostaria, a exemplo deste outro trecho, em que Dona Jane se diz triste: “[...] *Em 12/10/2015, fiquei triste, porque foi o primeiro ano que não conseguimos a cama elástica para as crianças, não veio por causa do tempo e também por causa do dinheiro, que sempre falta, mas tudo bem, nem sempre se tem tudo*” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Nesse mesmo ano, ela anuncia com felicidade a comemoração natalina, com a ajuda de vários envolvidos. Nesse dia (19/12/2015), “[...] *foi realizada a distribuição de cestas de Natal, presentes e também teve a presença do Padre Alcione dando a bênção do Natal para*

todos nós. Como sempre, ele nos olha com o coração” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

No dia 24 do mesmo mês, ela acrescenta:

Fiquei muito feliz, nós não ia ter frango, mas Deus mandou. Veio os frangos. [...] Foi o dia mais feliz para mim, porque eu gosto desse dia, porque todas as famílias ganharam frangos. Tivemos almoço também. Terminou mais um ano. Obrigado Jesus Cristo e a Nossa Senhora. Amo todos! (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Em 2016, o livro anuncia o início do curso Tecendo Vidas, programa destinado para os jovens aprendizes: “[...] *muito feliz com mais essa conquista*” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Nesse mesmo ano, a comunidade conseguiu um terreno, a limpeza foi realizada de modo coletivo. O espaço foi utilizado para trabalhar com a cooperativa de reciclagem: “[...] *no início algumas mães trabalhavam lá, mas hoje só tem uma moradora, as outras acabaram desistindo da reciclagem*” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Em 2017, houve mais uma troca de seminarista; e este, ao ler o livro de registros da Dona Jane, contribuiu com mais esta página:

Gostaria de aproveitar este espaço nessa ata, para registrar a doação da Dona Jane, que faz de tudo para manter essa comunidade de pé. Quanto à minha chegada aqui na comunidade, pude perceber que aqui moram muitas pessoas boas, que só querem ser felizes, e não fazem nada de errado, percebi que a fé das pessoas aqui é linda, é verdadeira [...]. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Em 2018, a Prefeitura de São José assume a Creche Arthur Montanha, conhecida por Solemar, que passa a adotar o nome de Rosângela Regina de Oliveira Caldas. A diretora também deixou seu registro:

Fiquei muito emocionada com tudo que li nesse caderno, foram histórias de muitas vitórias conquistadas com o suor de muito trabalho, dedicação, amor e lutas [...] conte comigo como alguém que também ama o próximo e está cheia de boa vontade e a disposição para ajudar. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Em outro trecho do livro de registros, consta a seguinte informação: “*No dia 12/03/2018 voltamos a fazer sopa para a comunidade, fazemos toda a sexta-feira*” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

E, em outro momento, consta que, “[...] *no dia 07/04/2018, foi realizado o primeiro bingo na Casinha da Dona Jane, com uma única ajuda dos amigos Francisco e Dona Maria, foi uma tarde muito boa, ficamos muito felizes*” (REGISTRO DE CAMPO, 2021). Nesse

caso, como se trata de colaboradores externos à comunidade, optamos por deixar os nomes como foram descritos no caderno.

Os relatos de luta e conquistas entrelaçam-se com a fé em Deus. Referente ao envolvimento da Igreja com a comunidade, Dona Jane nos deu o seguinte relato:

Uma vez eu levei o Bispo da Igreja Católica, o D. Vilson, para conhecer a comunidade [ponto do tráfico]. O Bispo perguntou: O que vocês fazem aqui? [...] eles abriram as sacolinhas [com os pacotes de drogas] e mostraram para o Bispo que olhava e dizia: Ai meu Deus, ai meu Deus! (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Esse relato foi coletado em campo, quando a pesquisadora foi convidada pela líder da comunidade para conhecer a ‘casinha’. Ouvir esse relato em campo, podendo observar os elementos narrados na história, além de possibilitar a reflexão crítica sobre a realidade, fornece-nos elementos para problematizar as contradições produzidas pelas desigualdades sociais, as crenças e as vivências das famílias da comunidade pesquisada.

A seguir, a Figura 12, apresentamos a imagem de Don Vilson (o primeiro porta-retrato de cima para baixo) afixada na parede da Casinha:

Figura 12 – Don Vilson na parede da Casinha



Fonte: acervo da autora. Fotografia retirada por ocasião da visita ao campo (19 ago. 2021).

Temos tanta dificuldade, temos também muita pobreza, mas vamos continuar [...] sinto também muita falta do seu Ivo [seu falecido marido], mas tem que passar. (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Somos sujeitos históricos, políticos e sociais, nossa existência no mundo está diretamente interligada às transformações que nossos modos de ser e estar no mundo provocam. Porém, não somos totalmente livres, estamos condicionados a elementos sociais que limitam nossa capacidade de agir (MARX, 1996).

A classe econômica, por exemplo, regula nossas formas de ser e de estar nesse mundo, controlando também o nosso acesso a determinados saberes e, com isso, tornando-nos agentes desigualmente dotados dos instrumentos para apropriação da cultura desta sociedade, que nos impele a agir com vistas a enfrentar essa hegemonia econômica e cultural que nos controla e explora.

Raymond Williams (1958, p. 1) afirma que uma cultura que se diz pura é vazia e antidemocrática, pois “a cultura é de todos: devemos começar por aí”. Contrapondo-se à ideia de que a cultura é aquilo que a elite produz, envolta numa bolha social digna de uma determinada classe, o autor adentra o campo dos estudos culturais e critica a compreensão da ‘cultura’ como algo definido por uma minoria, inserindo no campo de debate a ideia de que todos nós estamos o tempo todo fazendo e reproduzindo valores, signos e significados em sociedade, e que estes valores, reproduzidos e inovados, não podem ser vistos como dados estáticos, idealizados em seu tempo histórico, portanto não podem ser conservados pela elite ‘hermeticamente’. O autor nos leva a compreender a cultura como algo comum, de todos, e assim nos impulsiona a pensar democraticamente sobre todas as formas comuns e individuais de viver em sociedade.

Temos vivido uma realidade pandêmica, em razão da Covid-19, que escancara as contradições sociais existentes entre as classes em nossa sociedade. Enquanto muitas famílias têm sobrevivido com a ajuda de cestas básicas ou, impossibilitadas de comprar carne, buscam nos açougues e mercados doações de ossos, grupos minoritários lançam viagens espaciais como uma nova alternativa para o ‘lazer’, o que nos demanda análises críticas sobre as relações de poder entre classe e cultura.

A partir desse momento, a pesquisa seguiu via conversas realizadas por meio do aplicativo WhatsApp,²⁶ das quais transcrevemos alguns trechos. Tendo por finalidade conhecer a organização da comunidade, perguntamos como Dona Jane vê as mudanças que ocorreram ao longo desses 28 anos em que ela atua como líder da comunidade, além das melhorias nas condições materiais, como o acesso a água e a distribuição de cestas básicas. Ela nos contou que, “*Com a Casinha, consegui mudar a realidade de muitos adolescentes*

²⁶ Conversas concedidas à pesquisadora por meio do aplicativo WhatsApp, entre 9 de junho e 20 de agosto de 2021. As demais menções dizem respeito às conversas em questão.

[...], com o tempo os meninos foram se apegando a mim e viram que eu queria ajudar. Antes todo mundo que trabalhava no tráfico era morador da comunidade” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

É possível perceber, durante a fala, que Dona Jane se orgulha de ter conseguido ‘proteger’ os jovens do tráfico de drogas: “[...] agora tem só tem dois meninos, o resto é de fora. Eles foram arrumar emprego, sabe? Conseguimos arrumar emprego por meio do Jovem Aprendiz” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021). Ela cuida de todos como se fossem seus próprios filhos. O seu envolvimento acolhedor e solidário trouxe um pouco de paz e harmonia à comunidade. Como pudemos conhecer, existe o tráfico de drogas, ‘os meninos do corre’, mas existem também as ações policiais, mas, com base nos relatos de Dona Jane, nada comparado ao que era antes. À noite, a movimentação é outra, e isso faz com que a instituição defina um horário de atendimento diferenciado das demais unidades da Rede Municipal de Ensino de São José.

Percebemos como é difícil a realidade vivida pelas famílias da classe trabalhadora, muitas vezes é preciso agir forçadamente contra o sistema de opressão.

Podemos ver, pelo relato, a capacidade agentiva da Dona Jane. Diante do problema observado na comunidade, ela prontamente decidiu agir de alguma forma, dentro das suas possibilidades: “[...] quando eu fui morar lá, a maior parte das famílias estava passando fome, muita necessidade [...]. Hoje a gente entrega uma base de 100 cestas básicas no mês, teve época que eu consegui 500 cestas [...]” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

Essas ações, ainda que pontuais, ao longo desses 28 anos, promoveram inúmeras conquistas, materiais e imateriais. A esperança por dias melhores é o incentivo diário, tanto para Dona Jane quanto para as famílias da comunidade.

E saber que um país tão rico em recursos, pela desigualdade na distribuição de renda, promove tanta miséria. Mesmo os programas assistenciais não são suficientes para resolver tamanha pobreza; as famílias que recebem o auxílio ainda dependem da ajuda de Dona Jane, pois a ajuda recebida pelo Estado não é o suficiente. E a comunidade ainda convive com a discriminação, expondo ainda mais a natureza social das relações humanas.

Buscando conhecer um pouco mais sobre a cooperativa de reciclagem, em complemento ao que já foi narrado anteriormente, perguntamos à Dona Jane se o espaço (terreno) para fazer a cooperativa foi doado, e ela nos conta que “[...] o local da reciclagem, eu invadi lá [...] só que as mulheres trabalharam pouco tempo, elas queriam dinheiro mais rápido e elas desistiram. Hoje somente uma moradora recicla, vende e o dinheiro é para ela” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

Por mais que Dona Jane acredite que faltou ‘empenho’ das mulheres, podemos inferir que, dada a difícil realidade em que vivem, muitas mulheres não conseguiram conciliar os trabalhos dentro e fora de casa. A maioria das famílias tem mais de um filho, e o CEI atende as crianças a partir de 3 anos, o que dificulta ainda mais a vida das mães com bebês pequenos. Esse fato nos impele a analisar com criticidade a alteração da lei sobre a obrigatoriedade da matrícula na Educação Infantil a partir de 4 anos de idade. Na comunidade estudada, em que condições são atendidos os direitos das crianças menores de 4 anos de idade?

Buscando conhecer como a pandemia tem afetado a vida das famílias da comunidade, perguntamos à Dona Jane como se deu a organização e o atendimento das famílias enquanto o CEI esteve fechado, e ela nos disse que, infelizmente, “[...] *com a pandemia ficou muito pior, porque diminuiu a quantidade de pessoas que nos ajudavam com as cestas [...] e aumentou a necessidade, a maior parte das mães trabalha de faxina [...] diminuiu as condições do pessoal [que doa], tenho dado cesta para quem me ajudava antes* (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

Os efeitos da pandemia são muitos e interferiram na vida de todos. As diversas dificuldades que as famílias de comunidades periféricas enfrentam, para além da carência material, revelam-se também no preconceito que sofrem. Ademais, o auxílio do governo é insuficiente para suprir as necessidades básicas mais emergentes, conforme o relato nos revela: “[...] *a ajuda do governo é aquele bolsa-família lá. Mas somente os mais miseráveis que ganham. Não atende a todos, e o que eles ganham não dá. A comunidade é muito discriminada [...] esse negócio de governo lá não resolve nada*” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

Os relatos nos possibilitam inúmeras reflexões e nos levam a conceber que o mundo, para ser bom, tem que ser bom para todos. As carências descritas aqui possuem materialidade, como em outro momento Dona Jane nos contou: “[...] *lá em baixo da Casinha eu tenho um quartinho, que era onde eu fazia sabão, agora eu tô com uma menina morando lá, mas não tem banheiro, a gente quer ver se consegue fazer um banheiro para ela lá*” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

É preciso assimilar a realidade vivida para além das aparências, porque as famílias desta comunidade carregam o peso do preconceito. A pobreza não deveria ser sinônimo de vergonha ou culpa, mas, infelizmente, comunidades periféricas sofrem com o preconceito, pelo local onde moram, conforme nos revelou Dona Jane:

A discriminação é grande. Uma vez um morador queria arrumar emprego e só de dizer que morava aqui não conseguia arrumar. Uma amiga minha que mora no

bairro Bela Vista me emprestou uma comprovação de renda e de residência dela, para que eu pudesse passar para ele levar para a firma. (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

Buscamos dar ênfase à concepção materialista da história, compreendendo que a vida em sociedade deveria atender aos interesses e às necessidades de todos, e não apenas aos de uma minoria. É necessário conhecer a totalidade das relações sociais que organizam e coordenam a nossa sociedade e a nossa visão de mundo. As bases materiais sociais continuam intocáveis, a riqueza continua restrita a alguns.

As políticas sociais não alteraram as bases materiais da sociedade, pois estas estão condicionadas aos interesses da classe burguesa. É necessário intervir nos modos deste sistema social, que não concebe a todos da mesma forma. Nesse sentido “[...] a questão não se pode centrar apenas na condição desfavorável em que se encontram essas famílias, mas no poder público tentando se eximir de suas obrigações, e responsabilizando-as por viverem nessa condição” (SANTOS, 2018, p. 240).

É na realidade vivida que podemos conhecer as relações sociais estabelecidas e organizadas na comunidade, e assim perceber que, “[...] por conta dessas características e também por residirem em uma comunidade estigmatizada pela criminalidade e violência em decorrência do tráfico de drogas, as famílias vivem um processo cada vez mais intenso de confinamento e exclusão” (SANTOS, 2018, p. 244).

Como podemos perceber, esse relato histórico nos mostra como vivem as famílias da comunidade pesquisada. Apesar de muitas conquistas, ainda há muito a fazer, pois essa é, infelizmente, a lógica deste modelo de sociedade. Também nos fornece elementos para pensar como se deu a quarentena ou o isolamento social dessas famílias. Como é que uma pessoa que mora em uma casa com um cômodo ou dois e tem dez pessoas na família vai conseguir se isolar? Vai ficar em isolamento onde? Em que condições? A realidade nos mostra que, muitas vezes, o distanciamento social é impossível de ser realizado.

3.5 A PANDEMIA NA COMUNIDADE JARDIM SOLEMAR

Durante a pesquisa de campo, foi possível conhecer como as famílias e crianças vivem seu dia a dia em tempos de pandemia. Adentrando em campo desde janeiro, uma das primeiras coisas que observamos é que a maioria das pessoas não usava máscara. As crianças brincavam na rua, soltavam pipa e andavam de bicicleta sem usar máscaras. Diante da realidade observada, questionávamo-nos: como vão se preocupar com o uso das máscaras se

não têm o que comer em casa? A sobrevivência tem ali outro sentido, outro significado, e as pessoas que não conhecem aquela realidade vivida não a enxergam. Observando a entrada e a saída das crianças, constatamos que tanto as famílias quanto as crianças colocavam a máscara apenas quando acessavam o portão do CEI.

Algumas crianças, ao acessar o CEI, vinham com a máscara pelas mãos, esfregando-a no corrimão de acesso à porta. Outras chegavam com a máscara suja do dia anterior, ou cediam a mesma máscara que haviam utilizado pela manhã para o primo/irmão poder acessar o CEI no período da tarde. As professoras tinham que estar sempre atentas para poder realizar a troca, o que culminava em uma doação de uma máscara limpa.

Muitas crianças vinham com a quantidade de máscaras insuficientes para o período de sua permanência na instituição, o que demandou das profissionais alternativas que garantissem a permanência da criança de forma segura, pois, conhecendo a realidade vivida pelas famílias, sabiam que não seria possível exigir no mínimo três máscaras limpas por período.

Referente aos efeitos da pandemia, a líder da comunidade nos contou que muitas famílias perderam o emprego, “[...] mães que trabalhavam de faxina, em firma de limpeza, e pais que trabalhavam em obra ganharam a conta [...]”, e isso dificultava o autocuidado e a manutenção dos protocolos sanitários: “[...] a gente chega lá, tá todo o mundo tá sem máscaras, as crianças estão na rua e a gente tá junto. Eu abro a casinha, já chega gente por ali e acabou que não tivemos esse cuidado” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

A falta de alimento durante a pandemia tem tornado a luta ainda mais difícil. Muitas famílias ficaram desempregadas, o que aumentou a demanda por cestas básicas. Em alguns casos, por vezes, contam apenas com a ajuda da Dona Jane. Algumas famílias relataram à líder que não solicitam cestas básicas ao Centro de Referência e Assistência Social (Cras), em virtude do constrangimento: “[...] fazem tanta pergunta, mas tanta pergunta e, ainda humilham a gente lá, então lá nós não vamos mais! E a maioria não vai! As minhas cestas não têm nada disso” (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

Nesse sentido, o que mais afetou as famílias e as crianças durante a pandemia foi a falta de comida:

Aquelas crianças tudo em casa e daí tu vai dizer o quê? Com aquelas casas do jeito que elas são! Eu te dizendo é uma coisa, você indo lá e sentindo é outra, é completamente outra! Ai o quê que a gente vai exigir? Vai dizer: usem álcool em gel e máscaras numa casa que tem uma ou duas peças só? A alimentação, que já era precária, ficou ainda mais na pandemia. (DONA JANE, WHATSAPP, 2021).

Esses relatos nos mostram o poder das estruturas sociais, como somos frágeis perante o tempo político, os governos e os discursos daqueles que detêm o poder. Mostram também como agem as estruturas sociais, que promovem a ideia de que a pobreza é sinônimo de falta de empenho individual, de falta de vontade para trabalhar, de preguiça.

Percebemos que os moradores da comunidade sofrem preconceito em virtude do lugar onde moram, mas também podemos reconhecer que, apesar das dificuldades, existe o movimento de busca por transformação.

Os relatos também nos revelam que o trabalho doméstico, remunerado ou não, continua fazendo parte da função social do ‘ser mulher’ em nossa sociedade. Podemos considerar que esta é uma das primeiras formas de trabalho que as mulheres, em sua maioria, vêm exercendo há vários séculos, após o processo que desencadeou o surgimento da sociedade capitalista. De acordo com Federici (2019) foram as mulheres que, ao cuidarem de suas casas, seus filhos e maridos, permitiram a reprodução da força de trabalho e, com isso, a manutenção do sistema capitalista.

O trabalho doméstico não nasceu junto com a sociedade capitalista. O trabalho desempenhado pelas mulheres no âmbito doméstico, antes valorizado pela própria organização da comunidade, com o surgimento da nova organização social dada pelo capitalismo, ramifica-se em novas relações de trabalho. O trabalho doméstico torna-se uma função destinada à mulher, por sua ‘natureza’ de cuidadora – da casa, dos filhos e do marido – e também por sua incapacidade física e intelectual de executar outras tarefas ocupadas por homens:

A importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. Essas mudanças históricas – que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. (FEDERICI, 2019, p. 146-147).

Assim, após o surgimento da sociedade industrial, o serviço doméstico foi direcionado a todas as mulheres, e elas passaram, em última análise a ser exploradas ao exercerem tal função: “O trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 12). Como podemos perceber, em pleno século XXI, as trabalhadoras domésticas

continuam presentes e ainda de forma massiva, desempenhando suas funções de forma remunerada ou não, e seguem há décadas sendo uma das principais ocupações das mulheres brasileiras. Basta realizar uma análise histórica sobre as próprias mulheres que constituem a nossa família: quais delas trabalhavam fora e quais viviam em função dos filhos, do marido, da casa e sem remuneração? Podemos inferir também que, em virtude desse apagamento das mulheres, compomos a parte do grupo mais pobre do país, segundo dados já apresentados anteriormente.

Essa desigualdade de renda afeta a economia brasileira no plano mundial, haja vista que o nosso país é o sétimo mais desigual do mundo, e nossas mulheres e crianças pertencem ao grupo ou categoria dos mais pobres. Pensar na atividade doméstica é também pensar e refletir sobre o papel que a ação deste tipo de trabalho gera para a sociedade, uma vez que ele está associado também à reprodução humana. Percebemos que a invisibilidade da mulher permanece atualmente, assim como a invisibilidade de suas ‘funções sociais’: “A própria sociedade ignora as normas que regulam as relações de trabalho doméstico [...] apenas 4,5% das mulheres brasileiras ocupadas no trabalho doméstico têm carteira de trabalho assinada” (MELO; SABBATO, 2011, p. 182).

As mulheres, ao longo da história, foram ‘modeladas’ de acordo com os interesses do Estado, da Igreja e da burguesia. Aliás, o ataque às mulheres era o único quesito que unia os católicos e os protestantes (FEDERICI, 2019). Quando a mulher passou a ser considerada um instrumento de procriação, essa foi a sua função social: “As mulheres são ‘necessárias para produzir o crescimento da raça humana’, reconheceu Lutero, refletindo que “[...] quaisquer que sejam suas debilidades, as mulheres possuem uma virtude que anula todas elas: possuem um útero e podem dar à luz” (KING, 1991, p. 115 *apud* FEDERICI, 2019). Ou seja, a mulher foi reduzida a um útero.

Quais foram as consequências demográficas que se seguiram a partir desta mudança? [...] Aqui, quero apenas ressaltar que, ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Entretanto, forçar as mulheres a procriar contra a sua vontade ou, como dizia uma canção feminista dos anos 1970, forçá-las a “produzir filhas e filhos para o Estado” é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho. Um aspecto complementar foi a redução das mulheres a não trabalhadoras, um processo muito estudado pelas historiadoras feministas, e que estava praticamente completo até o final do século XVII. (FEDERICI, 2019, p. 181-182, grifos do autor).

Na atualidade, apesar de todas as mudanças em relação ao acesso aos direitos, as mulheres ainda não alcançaram a liberdade plena; ainda somos condicionadas aos valores

morais que são impostos, a todo o momento, sobre nossos corpos, determinando o papel e as funções sociais que a mulher deve ter no mundo do trabalho.

Analisando brevemente a nossa jornada histórica, percebemos que as políticas neoliberais foram as que mais apoiaram a escravidão, o colonialismo e o patriarcado, estando intimamente ligadas ao racismo, à construção da binaridade e à separação entre o que é ser homem e o que é ser mulher, separação esta que excluiu a mulher da igualdade social, ao aplicar sobre ela uma pretensa igualdade moral, que a incumbe da função de servir ao homem e ao Estado, restringindo sua vida pública e a inserindo no âmbito privado – na função do serviço doméstico não assalariado (FEDERICI, 2019).

Essas determinações estruturaram e consolidaram o ‘modelo’ da nossa sociedade atual, trazendo-nos inúmeras desvantagens, naturalizando as diferenças, as limitações e, com isso, contribuindo para a naturalização ou ‘humanização’ das desigualdades, como se elas fizessem parte do ser humano e não fossem a consequência da organização e estruturação política e econômica da sociedade.

É em decorrência de todo esse ‘apagamento’ histórico das mulheres que dados como esses, descritos pelos relatos acima, ainda se perpetuam e seguem sendo ‘naturalizados’ e reproduzidos no âmbito das relações sociais.

Nesse sentido, a classe trabalhadora não pode estar relegada à discriminação econômica, racial, cultural, religiosa, de classe e de gênero. Essas divisões sociais foram construídas socialmente, em suas diferentes formas de agir no mundo, portanto devem ser desconstruídas. Também não podemos dizer que a classe trabalhadora é homogênea, porque não ela não é. Não podemos universalizar os diferentes, tampouco subalternizá-los porque são diferentes.

Esse é um ponto de crítica e de reflexão sobre as estruturas que constituem o sistema capitalista. Não podemos apenas julgar a capacidade emancipatória dos sujeitos pelo grau de sua agência no mundo, porque, como temos visto, o poder econômico, político e cultural exerce muita força nesse duelo, mas também não podemos afirmar que tais grupos sociais são passivos no mundo (STETSENKO, 2020).

A sociedade organiza-se e vive em meio ao antagonismo de classes, raça, gênero, cultura e religião, no qual somente as necessidades básicas de uma maioria não são reconhecidas. As políticas sociais, implementadas para forçar a garantia dos direitos básicos da população, não conseguem atender todos de forma universal. Como se não bastasse isso, tais políticas sociais vêm sofrendo cortes significativos, o que tem dificultado ainda mais a vida da classe trabalhadora.

Nesse sentido, ao negar condições básicas de sobrevivência nas cidades, o Estado relega esses cuidados aos grupos locais, que, historicamente, destinam-se àqueles que vivem em meio à pobreza, à carência e à violência, como se estar nesses locais fosse uma escolha individual.

Precisamos superar essa demarcação histórica construída pela classe dominante, pois temos visto emergir da classe trabalhadora movimentos sociais organizados, que muito colaboraram para a construção e a melhoria de nossos direitos, inclusive os educacionais e trabalhistas dos quais partilhamos hoje. Pela ação de grupos sociais oprimidos reconhecemos que, além da fome, da exclusão, da destituição, da pobreza e da carência, existe também o enfrentamento, a luta que motiva e modifica a história.

É preciso pensar nas comunidades periféricas para além desse lugar difícil e violento, mas também lugar de luta, com potência para refazer a nossa história em prol de um bem comum: a melhora nas condições materiais e subjetivas da vida humana. Somos seres ativos no mundo, e a vida humana é essencialmente prática (STETSENKO, 2020). É por meio de nossa ação no mundo, guiada por teorias, escolhas e interesses, que fazemos história; é por meio dela que temos a oportunidade de nos refazer a cada período histórico.

3.5.1 Os efeitos da Covid-19 na vida das famílias e das crianças da comunidade Jardim Solemar

E as zonas de invisibilidade poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo, e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela (SANTOS, 2020, p. 9).

Os relatos nos mostram que o coronavírus não atingiu a todos com a mesma proporção. Uma pesquisa realizada por Conde e Vendramini (2020) nos revela que, nos Estados Unidos, existe um número maior de contágios e mortes em bairros com maior concentração de negros e de imigrantes latinos. Segundo as autoras, estudos realizados pela *BBC News Brasil* demonstram que,

Nos três estados americanos que concentram em torno de 80% da população brasileira nos EUA, além do grande contingente de imigrantes latino-americanos em geral (Nova Iorque, Massachussets e Flórida), seus habitantes têm entre 20 e 30% mais chances de adoecer e morrer. (CONDE; VENDRAMINI, 2020).

Dessa forma, as pessoas ‘valem pelo lugar onde moram’, e este fenômeno está diretamente associado às condições precárias de vida. O estudo revela também que estes grupos pertencem aos extratos mais explorados da população, que, “[...] em geral, ocupam os

trabalhos mais extenuantes e precários, com longas jornadas de trabalho e baixos salários, sem direitos trabalhistas. Para poderem arcar com os custos dos aluguéis, moram aglomerados” (CONDE; VENDRAMINI, 2020).

O fenômeno ganha ainda mais notoriedade quando se observa que o trabalho ‘essencial’, durante a pandemia, foi realizado pelos imigrantes ilegais, “[...] sem documentação, mas considerados trabalhadores essenciais durante a pandemia da Covid-19” (CONDE; VENDRAMINI, 2020).

A crise pandêmica revelou também as condições desiguais do trabalho, dada pela contradição da exploração, que se apresenta sob a ótica da ‘manutenção da economia’.

Apesar dos eventos pandêmicos não ‘escolherem’ a classe social de seus infectados, a pesquisa “[...] evidencia que os recursos para a proteção contra o contágio e a recuperação econômica são apropriados de forma desigual e condicionados pelas condições de vida, que servem de critério para a decisão sobre quem deve morrer ou viver” (CASSIANI; CONDE, 2021, p. 7).

Assim, a pandemia nos mostrou que, conforme a organização dada pelo nosso modelo de sociedade, as populações mais vulneráveis, que já sofrem pela desigualdade de classe, são atravessadas também pelos condicionantes de raça e etnia, indicando que “[...] a ocupação do espaço e do território não é neutra, mas sim a expressão das forças sociais em disputa” (CONDE; VENDRAMINI, 2020). Ou seja, em virtude das desigualdades de classe, raça, etnia e gênero, essas populações têm menos condições de ficarem em casa, dadas as contradições de suas relações com o trabalho, geralmente realizado de forma informal ou autônoma. Por consequência, tais grupos têm menos chances de se protegerem e de acessarem os recursos e os sistemas de saúde para se curarem.

Com o início da pandemia, uma série de ações e medidas foram tomadas, e crianças e adultos têm sido inseridos em protocolos em que o isolamento social se fez primordial para preservar a vida. A ausência das instituições educativas produziu efeitos na vida das crianças e, nesse sentido, questionamo-nos: as crianças da classe trabalhadora têm sido consideradas como sujeitos ativos, agentes e participantes de tais medidas?

Para qual classe de crianças tais medidas foram oportunas? Quais crianças têm seus atendidos direitos? Muitas pesquisas sobre as categorias ‘classe’, ‘raça/etnia’, ‘gênero’, ‘religião’ e ‘cultura’ têm sido desenvolvidas e são fulcrais para a compressão do mundo atual, porém, mesmo sabendo que as crianças também sofrem com tais condicionantes, elas geralmente são colocadas à parte. Nesse sentido, buscamos responder ao objetivo geral desta pesquisa, que se propõe a conhecer os efeitos que a pandemia provocou na educação das

crianças da comunidade periférica do Jardim Solemar, considerando a criança como um sujeito histórico e social e, portanto, produtor e reprodutor dos seus processos culturais.

Dessa forma, compreendemos a infância como uma categoria socialmente construída, cujas suas bases estão atreladas às relações econômicas, políticas, culturais, de gênero, raça, etnia e geração, sendo historicamente construídas.

Assim, com vistas a atender aos objetivos centrais desta pesquisa, apresentamos a seguir as análises dos dados revelados pelas entrevistas semiestruturadas realizadas com as quatro mães moradoras da comunidade, que se entrecruzam, em alguns momentos, com olhar da diretora da instituição de ensino.

As análises centram-se nos efeitos sociais que a pandemia provocou e tem provocado na população mais vulnerável, tendo como foco a desigualdade de renda. Para além deste, existem outros condicionantes, como a raça/etnia e o gênero, que intensificam a situação de vulnerabilidade social. Estudos apontam que

O comportamento da doença ratifica as análises sobre as desigualdades raciais que mostram o lugar de mundo destinado a cada um a depender de sua raça, e que, a ausência de registro revela o racismo institucional que impede a explicitação da magnitude da exclusão da população negra. (FRANCO; SOARES, 2020, p. 1231).

Desse modo, os condicionantes raça e gênero interagem com o de classe, contribuindo para o processo de exclusão social (FRANCO; SOARES, 2020, p. 1237).

E ainda:

[...] apesar da existência dos marcos legais, a violação do direito à vida leva à violação de outros direitos. Nesse contexto, percebe-se que há uma lentidão nas ações de proteção social, prevenção e cuidados, o que configura omissão do Estado, que se traduz a curto prazo no aumento dos índices de violências contra esses sujeitos e a longo prazo em impactos na saúde mental, na questão nutricional (FRANCO; SOARES, 2020, p. 1240).

Verifica-se que as particularidades observadas em campo refletem a totalidade das relações sociais impostas pelo sistema capitalista, revelando as múltiplas determinações impostas à classe trabalhadora, condicionada a inúmeros malabarismos para poder sobreviver e sustentar sua família.

Além disso, a partir das respostas e das análises realizadas, é possível conhecer os reais efeitos sociais que a Covid-19 provocou na vida das famílias da comunidade, no tocante às fragilidades da vida, do emprego e à ausência do CEI.

A pandemia nos exige empatia, sensibilidade e solidariedade. A crise nos movimenta a pensar coletivamente, pois a vida do outro importa. O Estado não tem colocado a classe

trabalhadora entre as suas principais preocupações, conforme nos diz Boaventura: “As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências” (SANTOS, 2020, p. 28). É preciso lutar! Lutar por tantos que sofrem com as desigualdades e as injustiças sociais.

Para facilitar a compreensão sobre quem são as famílias entrevistadas e preservá-las, representaremos cada uma pelas seguintes siglas, apresentadas no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Nomeação das famílias entrevistadas

Entrevistado	Sigla utilizada
Família em que a mãe é chefe de família	Família A
Família que teve a renda financeira afetada pela pandemia	Família B
Família autônoma cuja condição de vida e trabalho não permite que os adultos possam estar em quarentena	Família C
Família com emprego estável e direitos em carteira e que pode estar em casa com os filhos durante a quarentena.	Família D

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Apesar de as três primeiras famílias representarem a expressão das três categorias juntas (tiveram a renda afetada, a mãe é a única responsável pelo sustento da família e não puderam estar em casa durante a quarentena), optamos por deixá-las conforme a categoria eleita para a seleção das famílias. Mas esse fato nos leva a perceber a complexidade das condições de vida da classe trabalhadora.

Compreendemos que não é possível apreender a realidade vivida das crianças sem considerar o contexto social em que estão inseridas, mas isso não significa analisá-las apenas e tão somente pelo contexto local de suas famílias. Pois, dessa forma, estaríamos endossando a ideia de que os sujeitos são apenas produtos do meio social, passivos em seu contexto de vida e meros reprodutores desse meio.

Partimos da abordagem que apregoa que o homem é agente no mundo e, nesse sentido, buscamos conhecer a totalidade social em que as famílias da comunidade vivem e como produzem e reproduzem suas vidas diante de tal amplitude e complexidades (STETSENKO, 2019). A partir dessa perspectiva, buscamos conhecer como a pandemia provocada pela Covid-19 afetou a vida das famílias e das crianças.

Percebemos que os fenômenos sociais, inclusive os relacionados à infância, precisam ser analisados com base em sua concretude histórica, nas relações dialéticas entre totalidade e particularidade, pois essas relações não estão prontas e acabadas. Quem cria as condições são os próprios seres humanos e, nesse sentido, buscamos enfatizar a nossa capacidade de ação

transformadora do mundo (STETSENKO, 2019). Se as condições não estão acabadas nem completas, existe a possibilidade de agir contra tais elementos opressores.

Ainda, em complemento ao Quadro 3, apresentamos alguns elementos que narram o contexto de vida de cada família entrevistada, caracterizando de forma mais abrangente e totalitária os elementos que a constituem:

Quadro 4 – Caracterização econômica das famílias entrevistadas

Família A	Mãe. 42 anos. Ensino Fundamental completo. Atua profissionalmente como auxiliar de serviços gerais. Renda de R\$ 1.300, aproximadamente. Quatro filhos, um maior de idade, um de 12 anos, um de 5 anos e grávida do quarto filho. Não foi atendida pelo auxílio emergencial. Possui casa própria, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, abastecimento de água e luz.
Família B	Mãe. 37 anos. Estudou até a 7ª série do Segundo Grau (atual Ensino Médio). Atua como auxiliar de serviços gerais. Renda de R\$ 1.104, aproximadamente. Quatro filhos, dois maiores idade, um de 9 e um de 5 anos. Não foi atendida pelo auxílio emergencial. Possui casa cedida e compartilha o mesmo terreno da sogra. A casa possui três quartos, cozinha, banheiro, abastecimento de água e luz.
Família C	Mãe. 24 anos. Ensino médio completo. Desempregada. Dois filhos, um com 8 anos e outro com 6. Foi atendida pelo auxílio emergencial. Casa própria, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Não paga água nem luz.
Família D	Mãe. 39 anos. Ensino Superior completo e especialização. Atua como professora temporária na Rede de Educação Infantil do município. Renda de R\$ 2,945, aproximadamente. Não foi atendida pelo auxílio emergencial. Casa própria, com oito cômodos, três banheiros, abastecimento de água e luz.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Por conta da necessidade de autonomia financeira e também de colaborar com o sustento da família, as mulheres assumiram simultaneamente os papéis de trabalhadora e mãe. Ainda hoje é muito presente a compreensão de que o papel destinado à criação, ao cuidado e à educação dos filhos sejam atributos da mulher.

Diante da tarefa de cuidar dos filhos, as mulheres trabalhadoras contam com o auxílio de diversos arranjos familiares: avós, tias, irmãos mais velhos, babás, entre outros. Isso ocorre, entre outros motivos, pelo fato de o trabalho na nossa sociedade ser determinado pelas questões de classe e gênero (FEDERICI, 2019). A partir do momento em que a educação foi instituída como direito universal, as famílias passaram a contar também com o direito de seus filhos acessarem a creches e escolas, que são as instituições responsáveis pela Educação Básica, obrigatória do nosso país.

Nessa pesquisa, as mães foram os sujeitos mais presentes na instituição educativa. Foi por meio das relações estabelecidas entre as mães e a pesquisadora que as entrevistas foram realizadas.

Após a apresentação e a caracterização das entrevistadas, seguimos com a apresentação das narrativas dentro de perspectivas que nos possibilitaram as análises, a saber:

primeiramente, perguntamos o que as famílias compreendiam sobre as desigualdades sociais. Em seguida, buscamos conhecer como a pandemia afetou a vida das famílias, no que diz respeito às relações de trabalho e de cuidado. E, de forma específica, como ocorreu o ensino remoto, de que maneira as crianças interpretaram esse novo arranjo educativo, se foi possível perceber diferenças no seu desenvolvimento durante esse período e, por último, o que o CEI representa para as famílias e crianças da classe trabalhadora.

3.5.2 Desigualdades sociais e seus efeitos na consciência dos sujeitos

É necessário conhecer a realidade para poder transformá-la. Nesse sentido, perguntamos às famílias de que forma elas se sentiam mais prejudicadas pelas desigualdades sociais, e obtivemos as seguintes respostas: “*na pouca oferta de trabalho*” (FAMÍLIA A, 2021, informação oral).²⁷

A família B, por sua vez, relatou-nos alguns aspectos que envolvem a desigualdade social: “*Eu não moro numa casa própria e, em relação à educação deles, eu poderia estar fornecendo um curso para eles, um estudo melhor, né?*” (FAMÍLIA B, 2021, informação oral).²⁸

As Famílias A e B descreveram as relações de desigualdades sociais associadas à falta de acessos. Percebem-se diferentes, por não possuírem acesso a recursos básicos como trabalho, educação e moradia, e são conscientes de que a situação vivida poderia ser melhor.

As Famílias C e D fazem uma crítica à organização política. A Família C não possui rede de abastecimento de água e luz, portanto o acesso a esses recursos se deu por outras vias, e ela tem consciência de como é frágil e delicada a situação em que vivem pelo descaso e pela diferença no tratamento que recebem do poder público: “[...] *é difícil, a gente não tem o mesmo tratamento do governo que eles têm. Então são bem complicadas as relações de abastecimento de água e luz, que deixam muito a desejar, e isso nos incomoda [...]*” (FAMÍLIA C, 2021).²⁹

A Família D já dispõe de uma condição material um pouco melhor que as demais, por isso sua análise parte das dificuldades gerais que ela observa dentro da comunidade onde vive: “[...] *a comunidade em que estou inserida sofre com a desigualdade social por parte do*

²⁷ Entrevista concedida à pesquisadora em 20 de julho de 2021. As demais menções à Família A dizem respeito à entrevista em questão.

²⁸ Entrevista concedida à pesquisadora em 20 de abril de 2021. As demais menções à Família B dizem respeito à entrevista em questão.

²⁹ Entrevista concedida à pesquisadora em 19 de julho de 2021. As demais menções à Família C dizem respeito à entrevista em questão.

poder público, sim: é pouco assistida pelo poder público, no saneamento básico, em ter um olhar diferenciado para a nossa comunidade [...]” (FAMÍLIA D, 2021).³⁰

Percebemos, conforme os relatos obtidos, que as famílias têm consciência das desigualdades sociais que sofrem e também discernimento de que suas condições poderiam ser melhores. Possuem noção de como o país se estrutura e de como privilegia alguns, em termos de infraestrutura e de condições de moradia, nos bairros onde moram as pessoas com melhores condições de renda, relegando ao esquecimento e à ausência por parte de políticas públicas as áreas mais pobres, nas quais existe uma concentração de moradores, como a comunidade Jardim Solemar, que partilham de pouca ou nenhuma infraestrutura, como a falta de abastecimento de água e luz.

3.5.3 Conhecendo os efeitos da Covid-19: mas a classe trabalhadora tem condições de ficar em casa?

Abrimos esta subseção com uma pergunta porque, desde o início da pandemia, os setores sociais, bem como a OMS, veicularam o imperativo ‘fique em casa!’ como alternativa de proteção ao contágio do coronavírus. Mas a classe trabalhadora tem condições de ficar em casa?

Os relatos nos descrevem a realidade vivida por muitas famílias da classe trabalhadora brasileira, para cuja maioria “[...] *não foi possível ficar em casa, pois sem trabalho perderia o emprego, que era a única renda de sustento da família*” (FAMÍLIA A, 2021).

Referente ao aumento do índice de desemprego durante a pandemia, a Família B nos relatou o seguinte: “[...] *meu marido foi demitido e não conseguiu o auxílio emergencial. [...] eu não pude ficar em casa, tinha que trabalhar, essa era a nossa única renda [...]. A gente quer ficar em casa, quer se proteger, mas a gente precisa do dinheiro, né? Precisa trabalhar!*” (FAMÍLIA B, 2021).

Quanto às famílias autônomas, as dificuldades aumentaram, em virtude da diminuição de oferta de trabalho, o que fez com que tivessem que se arriscar ainda mais na busca por empregos: “[...] *não tinha como a gente ficar em casa, não tinha mesmo [...]. Tinha que trabalhar, eu fazia unha porque estava desempregada. A gente tentava manter as crianças e os idosos em casa e a gente batalhando*” (FAMÍLIA C, 2021).

³⁰ Entrevista concedida à pesquisadora em 10 de junho de 2021. As demais menções à Família D dizem respeito à entrevista em questão.

Os relatos nos mostram a difícil realidade entre proteger-se do vírus ou trabalhar para poder sustentar sua família. Em complemento, a diretora da instituição narra, a partir de suas observações, as implicações da nova rotina sem a referência do CEI para a comunidade. Conforme ela nos conta, “[...] *a comunidade sofreu de várias formas em virtude das condições financeiras, de higiene, de acessos e, com isso, no aumento da fome*” (ENTREVISTA COM A DIRETORA, 2021, informação oral).³¹ Sem o atendimento da creche as crianças ficam “[...] *sem ter onde ficar. [...] tivemos que fazer campanha de máscaras, caso contrário, era impossível atendê-los aqui. Aí, como é que eu vou exigir que usem máscaras se não conseguem comprar um litro de leite. Não posso exigir isso!*” (A DIRETORA, 2021).

Boaventura de Souza Santos (2020) faz uma análise sobre as determinações da OMS e a recomendação de ficar em casa, frisando que nem todos os trabalhadores dispõem de direitos trabalhistas e infraestrutura que lhe permitam, de fato, ficar trabalhando em casa. Uma grande parcela da população brasileira, hoje, é autônoma ou está desempregada. Nesse sentido, “[...] trabalhar em casa e em auto isolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome” (SANTOS, 2020, p. 17). Diante das desigualdades de renda, acesso, moradia, saúde e educação, parte da população vive em locais inadequados, como menciona o autor:

Os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, slums, caniço, etc. Segundo dados da ONU Habitat, 1,6 mil milhões de pessoas não tem habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade [...]. Em resumo, habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade [...]. Poderão manter a distância interpessoal nos espaços exíguos de habitação onde a privacidade é quase impossível? Poderão lavar as mãos com frequência quando a pouca água disponível tem de ser poupada para beber e cozinhar? O confinamento em alojamentos tão exíguos não terá outros riscos para a saúde tão ou mais dramáticos do que os causados pelo vírus? Muitos destes bairros são hoje fortemente policiados e por vezes sitiados por forças militares sob o pretexto de combate ao crime. Não será esta afinal a quarentena mais dura para estas populações? (SANTOS, 2020, p. 18).

Em virtude das condições impostas por nosso modelo de sociedade, que divide a população em explorados e exploradores, os explorados têm dificuldade de alcançar sua emancipação, pois, para emancipar-se, de fato, seria necessário mudar radicalmente a forma de organização das estruturas da sociedade e do Estado, ou seja, mudar radicalmente as formas como as relações sociais atuais regem a produção da vida (MARX, 2013).

³¹ Entrevista concedida à pesquisadora em 24 de abril de 2021. As demais menções à Diretora dizem respeito à entrevista em questão.

Assim, tais desigualdades sociais não se relacionam com os modos e costumes ou com o perfil biológico dos sujeitos, mas sim com a diferença de acesso às riquezas produzidas pelos homens na sociedade, como Leontiev (1978, p. 274) descreve:

[...] esta desigualdade entre os homens não provém das suas diferenças biológicas naturais. Ela é o produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classes e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico.

Quando as reações econômicas são outras, as condições sociais também mudam, e assim possibilitam que a família se organize de outra forma, como nos disse a Família D (2021): “[...] *olha, eu fiquei em casa o ano passado, como eu sou professora ACT [Admitida em Caráter Temporário], eu pude trabalhar remotamente. Meu marido continuou trabalhando como motorista de caminhão*”.

Os efeitos sociais abrangem a totalidade das relações vivida pelas famílias da classe trabalhadora e, nesse sentido, faz-se necessário compreender a criança em seu contexto de classe, na totalidade dos efeitos em que as desigualdades sociais se manifestam: de raça-etnia, culturais, de gênero, educacionais, alimentares, etc.:

É notório no caso brasileiro que no período pandêmico ganhou maior visibilidade a pobreza e a extrema pobreza, desfalcadas de condições mínimas de se prevenirem da exposição ao vírus. Por outro lado, vale enfatizar que se a pobreza das famílias ficou ainda mais explícita, nem todos parecem ter a dimensão da pobreza infantil, categoria que abrange, de acordo com Sarmiento e Veiga (2010), diferentes dimensões e que para ser compreendida exige que se considere mais do que os indicadores econômicos (BARBOSA; SOARES, 2021, p. 44).

Dessa maneira, as crianças vivenciaram as angústias das famílias, que tiveram que se desdobrar para tentar manter o sustento da casa, ao mesmo tempo em que tentavam protegê-las do vírus. As famílias não estavam livres para escolher, elas estavam condicionadas às relações impostas pelo trabalho.

Observamos, pelos relatos das famílias, que o trabalho organiza os modos de vida e, dadas às condições desiguais, as estratégias utilizadas para viverem suas vidas possuem bases sociais diferentes, impossibilitando a classe trabalhadora de ficar em casa.

Enquanto uma família com direitos em carteira pode exercer seu trabalho em segurança ou no conforto de sua casa, as demais famílias, dadas as condições diversas em que vivem, não podem se proteger da mesma forma. Pelos relatos, podemos perceber que ficar em casa ‘protegido’ tornou-se um privilégio para alguns.

3.5.4 Os efeitos da pandemia nas relações com o trabalho

A comunidade possui muitos moradores que trabalham de forma autônoma, mas, como se pode perceber, até os trabalhadores assalariados sofreram com os cortes em seus salários, o que demonstra a amplitude da crise econômica gerada pela pandemia “[...] *meu salário foi reduzido, porque minha jornada de trabalho também foi reduzida. [...] me afetou bastante, porque a renda da gente já é pouca e ainda foi reduzida. Me marido foi demitido, então somou tudo e ficou ainda mais complicado*” (FAMÍLIA B, 2021).

Muitas famílias ficaram sem reserva, sem trabalho e sem renda, conforme nos relatou a Família C “[...] *fiquei desempregada muito tempo, meu marido trabalhava de autônomo no Ceasa, alguns dias ele também perdeu, não teve feira. Muito difícil, a gente depende do trabalho para poder sobreviver*” (FAMÍLIA C, 2021).

Os relatos nos mostram como a classe trabalhadora é submetida aos condicionantes da sociedade capitalista. Nos últimos anos, temos assistido a uma mercantilização dos bens sociais coletivos, “[...] tais como a saúde, a educação, a água canalizada, a eletricidade, os serviços de correios e telecomunicações e a segurança social, foi apenas a manifestação mais visível da prioridade dada à mercantilização da vida coletiva” (SANTOS, 2020, p. 27).

Essa mercantilização mantém a lógica e os critérios de mercado, ou seja, tudo passa a ser organizado pela lógica do lucro. O Estado tornou-se mantenedor dessa lógica, ao estabelecer acordos e

[...] parcerias público-privadas, quase sempre um mecanismo de transferência de recursos públicos para o sector privado. Foi finalmente assim que as organizações de solidariedade social entraram no comércio da filantropia e do cuidado. As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável. (SANTOS, 2020, p. 28).

A classe trabalhadora encontra-se desamparada nesse jogo desigual, que, somado à política do projeto neoliberal nos últimos anos, tem acentuado ainda mais a crise econômica, que afeta as famílias:

[...] a condição socioeconômica brasileira é fonte de muitas tensões aos níveis individual e coletivo. A condição de “isolamento social”, bem como a retórica chamada para o retorno à “normalidade”, indicam profundas ambiguidades e contradições quando se desnuda a realidade da classe trabalhadora, sobretudo a de baixa renda ou a que já está abaixo da linha da pobreza. (BARBOSA; SOARES, 2021, p. 50, grifos dos autores).

Ainda que, em situações singulares e particulares, a pandemia não tenha afetado a renda, como nos mostra o relato da Família D, ela nos coloca na mesma condição de fragilidade, pois a pandemia só não afetou diretamente essa família porque ambos os cônjuges dispunham de contratos de trabalho e funções que lhes permitiram realizar suas tarefas de forma remota e/ou presencial. Situação que poderia ter sido diferente se, por exemplo, houvesse a interrupção dos contratos de trabalho devido à pandemia. Alguns municípios encerraram o contrato dos professores ACTs em virtude do fechamento das creches e escolas, como forma de cortar os gastos e priorizar outros setores, como a saúde.

Com isso, percebemos o quão delicada é a situação da classe trabalhadora, que depende apenas do trabalho para sobreviver.

3.5.5 A nova rotina sem o Centro de Educação Infantil: a pedagogia da fome

A relação e a construção de laços da família com as instituições educativas iniciam-se desde muito cedo, na Educação Infantil, quando os bebês deixam o cuidado exclusivo da mãe e da família e passam a vivenciar experiências diversas com outras pessoas, num ambiente diferente do lar. A construção de laços ramifica-se entre as famílias, professoras(es) e demais profissionais da educação, que passam a dividir um ponto em comum: a criança.

Nesse sentido, buscamos conhecer os efeitos que a ausência do CEI provocou na vida das famílias trabalhadoras pertencentes à comunidade Jardim Solemar e, conseqüentemente, como esse modelo de ensino afetou o desenvolvimento das crianças desta comunidade. Os efeitos podem ser observados em vários aspectos, haja vista que é função da Educação Infantil promover “[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”, conforme preconiza a LDBEN/1996 (BRASIL, 1996, art. 29).

E ainda, conforme preveem os eixos norteadores das atividades-fim dessa etapa da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009) estabeleceram os princípios éticos, políticos e estéticos que devem pautar as práticas pedagógicas, possibilitando o acesso das crianças desde bebês às experiências diversas, tendo as interações e a brincadeira como partes fundamentais e estruturantes do processo educativo.

Isso nos leva a compreender que a ação pedagógica se materializa por meio das experiências, que devem ser significativas e permeadas por trocas, pelo toque, pelo afeto, pelo cuidado, pelas interações das crianças entre seus pares, entre adultos e com mundo. Essas

experiências devem ocorrer em todos os espaços da instituição de ensino, bem como nos materiais, que, organizados intencionalmente, possibilitam a apropriação e o desenvolvimento integral das crianças.

A suspensão das atividades presenciais no CEI investigado, ocorrida no dia 18 de março de 2020, impediu o acesso das crianças a esses encontros e, com isso, impossibilitou a ação pedagógica do cuidar e educar, que fundamentam e caracterizam a Educação Infantil. De forma específica, pontuamos que as instituições educativas que atendem comunidades periféricas desempenham funções para além das dinâmicas educativas do cuidar e educar, haja vista que, em sua maioria, são responsáveis também pela oferta de alimentação com qualidade às crianças. Nesse sentido, a pandemia causada pela Covid-19 representa um dos maiores desafios sanitários contemporâneos e tem causado inúmeros efeitos diretos e indiretos nas condições de saúde da população brasileira.

Nesse contexto, a entrevista com a diretora apresenta de forma clara a fragilidade das famílias da comunidade com relação à alimentação das crianças: “[...] *as famílias solicitavam cestas básicas. Até hoje doamos 21 cestas todo o mês para 21 famílias. A Prefeitura, durante o período que a gente presenciou aqui, distribuiu kits emergenciais, entregues em três momentos*” (DIRETORA, 2021).

Apesar de a Prefeitura fazer o atendimento com a distribuição de alimento, nem todas as crianças foram atendidas. O primeiro *kit* foi entregue para quem tinha cadastro no Bolsa-Família, o segundo foi entregue para as famílias que não estava trabalhando, e apenas o terceiro foi entregue para todas as crianças matriculadas (DIRETORA, 2021). A ajuda mesmo veio da própria comunidade:

Todo o mês os meninos [do tráfico] doam 30 cestas básicas. Eles marcam um dia e a líder da comunidade, Dona Jane, faz a entrega. Eles levam [as cestas básicas] até à casa dela, e ela faz as entregas para as famílias. [...] as famílias contam com a ajuda dos próprios traficantes, e da Dona Jane, que também se organiza com as cestas (DIRETORA, 2021).

A pandemia causada pela Covid-19 tem provocado uma série de efeitos sociais, somados a uma série de inquietações e desafios, tanto para a Educação de forma geral quanto para a Educação Infantil, por suas especificidades. Percebemos que o contexto de isolamento físico tornou visíveis as desigualdades sociais das crianças pequenas, que, nesse sentido, são ainda mais vulneráveis e frágeis à estrutura do sistema social.

As crianças que, desde muito cedo, frequentam instituições educativas como os CEIs e as pré-escolas, instigam o debate sobre a função social dessas instituições, que, em virtude

das desigualdades de classe, acrescentam mais camadas sobre o cuidar e o educar no currículo educativo.

Ainda com relação à alimentação das crianças, a fim de conhecer se a ausência da instituição educativa afetou a nutrição das crianças, haja vista que a alimentação oferecida na creche é produzida com base em cardápio variado e balanceado, com grande oferta de frutas e sucos naturais, e que tais alimentos, por vezes, não são acessíveis a todas as famílias, obtivemos o seguinte relato:

[...] deixou a desejar! [...] notei que até o gosto pela alimentação do meu filho menor mudou completamente, ele não aceita mais frutas. [...] afetou bastante, porque, no início, a alimentação era só o básico, a gente se preocupava só com o básico: com o arroz, feijão e higiene, e era isso o que dava! (FAMÍLIA B, 2021).

Os relatos evidenciam que as crianças foram afetadas também com relação à alimentação, tal como demonstrado pelos relatos das famílias, que conseguiram manter apenas “a alimentação básica” (FAMÍLIAS A e C, 2021).

Compreendemos que a oferta da alimentação ‘básica’ não contempla todas as necessidades nutricionais da criança. Vale ressaltar que as famílias participantes da pesquisa receberam auxílio de cestas básicas distribuídas pelo CEI, e que a alimentação servida na instituição passa pelo acompanhamento de uma nutricionista da Rede Municipal de Educação de São José.

Também é visível que as condições econômicas influenciam diretamente a qualidade da alimentação, haja vista que a família que teve assegurados os direitos e os salários durante a quarentena pôde oferecer uma alimentação para além do básico: “[...] não houve alteração na qualidade nutricional da alimentação dos meus filhos” (FAMÍLIA D, 2021).

Nessas análises, também é necessário observar os discursos que envolvem o contexto educativo durante a crise pandêmica, pois, de um lado, temos discursos políticos e ideológicos provenientes do arranjo das políticas públicas educacionais atuais, que promovem orientações para abordagens pedagógicas não presenciais como uma possibilidade de contemplar as experiências ofertadas nestas instituições, bem como a alternativa de manter o ‘calendário’ educativo, dissociando e fragmentando o educar do cuidar; de outro, temos a angústia das famílias brasileiras, pelas inúmeras dificuldades econômicas com que se defrontam, que, somadas à ausência da instituição educativa, promoveram muitas carências, tanto pedagógicas como psicológicas e alimentares. E ainda temos uma série de posicionamentos contrários qualquer forma de educação não presencial, de organizações civis, docentes, movimentos

sociais, entre outros grupos que lutam pela garantia dos direitos educacionais das crianças pequenas.

A ausência da instituição educativa em comunidades periféricas causou ainda mais prejuízos, se considerarmos também a falta de espaços, de segurança e de alimento. Na impossibilidade de ter tais necessidades atendidas, a criança acaba vivenciando experiências das quais ela ainda não tem capacidade emocional nem cognitiva para compreender. A carência material em seus lares acaba provocando inúmeros conflitos, pois “[...] uma família que vive de maneira precária, em que os pais não têm o mínimo para manter seus filhos, estará mais suscetível a esses conflitos, uma vez que as preocupações com as formas de subsistência da família, enquanto fundamentais, muitas vezes não são alcançadas” (SANTOS, 2018, p. 219).

Na entrevista com a diretora, questionamos se foi possível perceber quais espaços as crianças ocuparam no contexto pandêmico, haja vista a impossibilidade de acessar os espaços da instituição educativa em uma comunidade que tem como agravante a inexistência de praça ou parque, onde muitas famílias não dispõem de espaços adequados para as crianças brincarem em segurança. A partir de suas observações, ela assim nos respondeu:

[...] a falta de estrutura, principalmente por falta de espaço de brincadeira. Para as famílias, é aquela questão: enquanto as crianças estavam aqui, tinha a questão da alimentação garantida, tinha esse espaço de brincadeira, da aprendizagem, enquanto as famílias podiam procurar emprego, faziam suas faxinas e bicos, como a maioria das famílias até hoje trabalha assim, né! Para as famílias, os impactos foram grandes, muito grandes mesmo. (DIRETORA, 2021).

Constata-se que muitas contradições são impostas também às crianças da classe trabalhadora, que, desde cedo, vivenciam inúmeras dificuldades, tendo de participar precocemente dos problemas do mundo adulto. Nesse sentido “[...] as diferentes histórias de vida das famílias não estão alheias aos problemas corriqueiros que envolvem de modo geral comunidades pobres” (SANTOS, 2018, p. 223).

Para conhecer de forma específica a realidade vivida pelas crianças, questionamos as famílias sobre os espaços que as crianças puderam acessar para brincar em segurança e de que forma se expressavam com a mudança na rotina diária, dada pela impossibilidade de frequentarem a instituição educativa. De acordo com as informações recebidas, os espaços ficaram mais restritos “[...] brincavam mais dentro de casa e no quintal. A conciliação foi muito difícil, as crianças ficaram cansadas da rotina de ficar apenas em casa (FAMÍLIA A, 2021).

As famílias perceberam que as crianças perderam espaços de brincadeira e que isso tem afetado seu desenvolvimento: “[...] *basicamente, é dentro de casa o tempo todo. A pandemia afetou a renda, a qualidade de vida e a educação dos meus filhos, foi bem complicado, muito choro [...] até eles entenderem que não tinha uma data, uma previsão*” (FAMÍLIA B, 2021).

Por mais que as famílias compreendam a importância desses momentos de brincadeira, pela falta de lugares apropriados para as crianças brincarem, elas acabaram ficando restritas ao ambiente doméstico pois “[...] não tinham o que fazer, não tinha como ir ao parque. Tinham que ficar só em casa e brincando com os vizinhos. Sentiram falta das professoras, e nós do aprendizado, porque a gente se esforça, mas não é como a dedicação da professora, que está ali para ajudá-los” (FAMÍLIA C, 2021).

Ainda que algumas famílias tenham mais acesso e a possibilidade de fornecer maior espaço para as brincadeiras, as crianças “[...] sentiram falta de ir para a creche, de brincar, do convívio social com outras crianças durante a pandemia. [...] a creche fez bastante falta, sim” (FAMÍLIA D, 2021).

Optamos por deixar os relatos juntos, porque, em todos eles, as crianças brincavam nos mesmos espaços: pátio da casa, terreno do vizinho ou da família, e todas sentiram falta do convívio social, das interações, da rotina e das professoras. O atual cenário de crises em que estamos vivendo nos instiga a problematizar nossas próprias condições de vida e de trabalho, o papel do Estado, as Políticas Públicas, a importância do Sistema Único de Saúde, as contribuições da ciência, da pesquisa e da educação, e uma série de outras questões.

É necessário intensificar a aproximação com as famílias que vivem em contexto de vulnerabilidade social, compreendendo-as como agentes de suas vidas; obviamente, diante das condições de desigualdade econômica, essa aproximação nos é sempre desafiante, sendo permeada de muitas situações que nos demandam sensibilidade, cuidado e respeito.

É preciso compreender que, em comunidades que possuem envolvimento com o tráfico de drogas, as famílias vivem sob constante vigilância, em virtude dos confrontos com a polícia, convivendo frequentemente com situações de medo, insegurança e violência. Como o foco desta pesquisa não foi conhecer as implicações do tráfico de drogas na comunidade, trazemos como complemento a esta temática as análises produzidas por Santos (2008, p. 238):

[...] o medo, a insegurança, – muito presentes nas falas tanto das famílias entrevistadas, quanto das crianças – decorrentes dos conflitos gerados pelo tráfico. E não menos pela polícia que ao tentar cumprir seu papel de “pacificadora”, – devido a sua forma de abordagem – passa a ser considerada “ameaçadora”. Nesse embate as famílias tornam-se reféns nesse contexto e a infância confinada a ele. Na análise dos

dados, constatou-se o grande desejo que elas têm de brincar nas ruas com seus amigos, jogar bola, andar de bicicleta livremente, sem medo dos “tiros” – termo usados por elas – e quanto às famílias, ficou evidente o mesmo desejo, de sentirem-se mais à vontade nas ruas. (grifos da autora).

A instituição educativa é responsável pelo ensino, pela alimentação e pela segurança das crianças, compreendendo estes elementos como fundamentais para o desenvolvimento infantil, porém precisamos reconhecer que a Educação Infantil é direito também das famílias da classe trabalhadora, como prevê a CF/1988 (BRASIL, 1988), portanto deve conhecer e respeitar as formas de organização familiar, conforme preconizam as DCNEI (BRASIL, 2009). Nesse sentido, a instituição educativa possibilita que as famílias trabalhem enquanto seus filhos estão protegidos, ensinados e alimentados.

Ainda com relação à educação das crianças, buscamos conhecer como foi o processo de ensino a distância, quais foram as dificuldades enfrentadas pelas famílias e como se deu o desenvolvimento da criança nesse contexto. Primeiramente, com a intenção de fornecer uma análise mais abrangente, colocamos o relato da diretora da instituição, seguida pelas entrevistas com as famílias.

Destacamos que a disponibilização de plataformas e ferramentas educacionais *online* para a realização de atividades não presenciais em caráter emergencial não se integra ao conceito de Educação a Distância (EAD). Muito se tem discutido, recentemente, acerca dos modelos de ensino emergencial e retorno, da retomada da economia no pós-pandemia e das diversas situações que estão por vir. Mas como tem vivido a classe trabalhadora durante a pandemia? Como está a educação das crianças reais em tempos pandêmicos?

Referente aos processos de ensino-aprendizagem e às dificuldades enfrentadas durante esse período, a diretora nos relatou que, “[...] *de forma geral, o ensino não aconteceu, falta mediação [...]. E aí a gente tem o outro lado, que dificulta também. [...] a gente teve que mandar várias vezes os kits com lápis, guache, com o material que atendesse, conforme a proposta pedia* (DIRETORA, 2021).

Em virtude da falta de acesso, as famílias não conseguiram acompanhar as atividades postadas em rede e tiveram dificuldades para acessar o sistema de ensino. O conhecimento da rede restringia-se a

WhatsApp e Facebook, [...] *grupo das famílias no WhatsApp, que foi o nosso maior meio de comunicação nesse tempo e continuamos postando atividade no site da Prefeitura. Mas a gente viu que não teve acesso nenhum, as famílias não conseguiam acessar e vieram as reclamações.* (DIRETORA, 2021).

Como alternativa, as atividades passaram a ser impressas, e as famílias “[...] *tinham que devolver pelo menos uma atividade para configurar a presença no CEI em que a criança estava matriculada. Mas daí teve toda a dificuldade, tínhamos que ir atrás, porque não entendiam da importância disso*” (DIRETORA, 2021). O relato evidencia que o ensino remoto emergencial não atendeu às necessidades das crianças dessa comunidade.

Para analisar esses pontos colocados pela diretora da instituição educativa, é necessário ter em mente alguns questionamentos referentes ao objetivo central deste modelo de educação emergencial: a quem serve esse modelo educativo? À classe trabalhadora ou à classe burguesa? Durante toda a trajetória dessa pesquisa, pusemo-nos a analisar os efeitos que o modo de produção capitalista impôs à classe trabalhadora e como todas as categorias sociais, como ‘educação’, ‘saúde’, ‘ciência’ e ‘trabalho’, estão a serviço dessa matriz burguesa.

O Estado se põe a serviço do capital quando organiza, em forma de legislações curriculares, decretos e normativas, uma educação que tem como perspectiva atender aos interesses dos grandes empresários, condicionando a classe trabalhadora a adotar propostas educativas para uma formação humana genérica (FREIRE, 1999). Conforme vimos no segundo capítulo deste estudo, a dissertação *Ensino remoto na pandemia: urgências e expressões curriculares da cultura digital* (WOLFF, 2020) nos mostrou que, enquanto uma classe social consegue ganhos nas experiências com o uso das TDICs durante o ensino emergencial, a outra classe está ainda a lutar contra a fome.

Em complemento a essa fala, buscamos conhecer como se deu o processo de ensino-aprendizagem das crianças com esta ‘nova modalidade de ensino’, e os relatos confirmaram a experiência descrita anteriormente pela diretora da instituição: “[...] bem complicado, acesso à internet muito ruim (FAMÍLIA A, 2021). Para além do acesso à rede que, realmente, é complicado, houve outro problema: transformar as famílias em professores, como atesta o relato da Família B (2021): “[...] *eu não tenho noção nenhuma de como ensinar uma criança, né, caiu de paraquedas assim, a gente virar professora e ter que ajudar os filhos, né? Porque eu não sou qualificada para isso!*”.

Ainda que algumas famílias tenham conseguido exercer a difícil tarefa de ensinar, as crianças foram as que mais sentiram os efeitos dessa ‘nova realidade’, pois elas também presenciaram a angústia de suas famílias: “*foi difícil, mas conseguimos fazer as atividades*” (FAMÍLIA C, 2021).

A pesquisa revela que a paralisação compulsória do entendimento nas redes de ensino trouxe ao centro do debate educacional, inevitavelmente, vários elementos relacionados ao

estudo do uso de metodologias e ferramentas educacionais tecnológicas para realização das atividades e propostas pedagógicas não presenciais, à disponibilidade de tempo e de entendimento dos professores, das famílias e das crianças para a realização de tais atividades e às reais condições materiais para sua execução.

Pela fragilidade das relações vividas no cotidiano doméstico, no tocante ao desenvolvimento das propostas de ensino e de aprendizagem, percebemos as consequências para as famílias trabalhadoras se fosse aprovado o Projeto de Lei atual sobre o *homeschooling*, ou estudo em casa, em tradução livre, que versa sobre a ‘liberdade do ensino’, trazendo a possibilidade do ensino domiciliar e retirando a responsabilidade do Estado para com a matrícula da criança no ensino básico. Percebemos que, dadas às condições desiguais da população brasileira, esses projetos atendem a uma classe específica e privilegiada, que detém os meios, os instrumentos e a condição necessária para, de fato, ensinar as crianças e adolescentes. Como consequência dessa ‘liberdade de ensino’, *homeschooling* precarizaria ainda mais a educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

As entrevistas nos mostram que, mesmo a família que dispunha de contrato de emprego que lhe permitia ficar em casa durante a pandemia, cuja mãe é professora de Educação Infantil e com especialização, teve dificuldades em realizar as atividades em casa: “[...] olha a gente até fazia as propostas em casa [...], eu creio que não é a mesma coisa da criança estar na escola. É totalmente diferente. Em casa a gente não consegue atingir o objetivo que a criança atinge em sala, com os professores” (FAMÍLIA D, 2021).

Quanto ao desenvolvimento da criança, as famílias nos relataram que, “[...] sim, muito. Teve um retrocesso total” (FAMÍLIA A, 2021).

Nas instituições educativas são trabalhados campos do desenvolvimento infantil que, não sabemos se são possíveis de desenvolver em casa, pois necessitam de conhecimento e de método. A Educação Infantil é de fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo na primeira infância. As famílias nos contaram que, se o atendimento

[...] fosse de forma presencial, estariam bem mais desenvolvidos, [...] em casa eles ficaram muito dependentes de eletrônicos, percebi que as brincadeiras diminuíram e a dependência por celular ou tablet ficou quase incontrolável e eles estão mais relutantes em ouvir o não. (FAMÍLIA B, 2021).

A ausência da instituição educativa também deixou marcas afetivas na infância da família trabalhadora, pois em casa as crianças ficaram “[...] cansadas e entediadas, [...] sentiam falta dos colegas e da professora” (FAMÍLIA C, 2021).

Diferentemente do ambiente doméstico, na Educação Infantil, “[...] o processo de aprendizagem é diferenciado, né? Não adianta a gente querer fazer em casa, como diz o ditado: ‘Santo de casa não faz milagre’! O meu filho de 10 anos, como ele já tem dificuldades de aprendizagem, para ele foi ainda mais complicado” (FAMÍLIA D, 2021).

É necessário reforçar que, diante das alterações na legislação vigente dada pela Lei 12.796/2013, que encurtou o período da Educação Infantil, antes compreendido de 0 a 6 anos, passando a contemplar apenas as crianças a partir de 4 anos, também foi alterada a frequência obrigatória de, no mínimo, 60% das 800 horas estabelecidas para os 200 dias letivos. A implementação dessa legislação representa, por um lado, um avanço na educação das crianças de 4 e 5 anos, ao exigir a frequência mínima, mas, por outro, representa um retrocesso gigante, ao não contemplar a garantia de oferta de vagas para as crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil.

É preciso discutir os enormes prejuízos às crianças, principalmente as crianças pertencentes à classe trabalhadora. Pela incapacidade de garantir a oferta de vagas na Educação Básica gratuita para todas as crianças, desde bebês e de forma integral, o poder público encurtou substancialmente o período educativo da criança na Educação Infantil.

A ausência de obrigatoriedade de matrícula nas instituições educativas públicas e gratuitas para o atendimento de bebês e crianças bem pequenas implica a impossibilidade de a criança desenvolver-se plenamente, haja vista que, em virtude das desigualdades econômicas, muitas crianças não têm seus direitos de proteção e cuidado atendidos, tal como previstos em lei.

Além do mais, desconsiderar as crianças de 0 a 3 anos e 11 meses reforça o entendimento de que crianças menores de 4 anos necessitam apenas de ‘cuidados’, relegando a estas espaços com caráter meramente assistencialista, como as ONGs, principalmente para as camadas mais pobres, como é o caso da comunidade pesquisada.

Como nossas análises utilizam-se como método uma abordagem materialista da história, que tem como pressuposto a necessidade de compreender e de explicar os objetos e fenômenos investigados tais quais eles verdadeiramente são na prática, fez-se necessário conhecer os processos históricos que levaram o ser humano constituir-se como um ser social. a partir de suas inter-relações com a natureza, bem como compreender que os objetos e fenômenos do real existem em sua forma objetiva e independem de nosso conhecimento e consciência.

Partimos da compreensão de que as desigualdades sociais foram produzidas pela ação humana no mundo e, portanto, são oriundas da prática social, sendo permeadas de

especificidades, dinâmicas e relações de poder. Com base nessa compreensão, buscamos conhecer os efeitos sociais que tais desigualdades provocam na vida da classe trabalhadora e, para isso, fez-se necessário submeter esses objetos ou fenômenos à experiência prática, concreta, real, “[...] esse concreto que explica essa categoria, que interpreta, o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. Logo, unidade da diversidade” (IANNI, p. 8).

Cientes de que a função da Educação Infantil vai além do educar e cuidar, buscamos saber o que o CEI representava para as famílias da comunidade e obtivemos as seguintes respostas: *“Tudo! Educação, disciplina, evolução da criança em geral. Minha filha regrediu muito com a falta do convívio que tinha no CEP”* (FAMÍLIA A, 2021). Para as famílias trabalhadoras, a creche representa um segundo lar: *“[...] a creche é a minha casa, é a casa dele [...], daqui a pouco ele vai vir correndo aqui de novo* (FAMÍLIA B, 2021).

O CEI torna-se um alicerce essencial para as famílias, *“[...] representa amor, companheirismo, família [...] É como se fossem a segunda família. Me sinto agradecida”* (FAMÍLIA C, 2021). Especialmente para as famílias trabalhadoras, que precisam trabalhar para sobreviver. Nesse sentido, o CEI

[...] é uma segurança para a gente, que vai trabalhar e deixa os nossos filhos na creche, e a parte pedagógica também ajuda bastante. Então, a creche faz uma diferença na vida da criança, né? A criança ir para a creche, sabe? É uma aprendizagem diferenciada do que eles têm em casa. (FAMÍLIA D, 2021).

Nesse sentido, para as famílias da classe trabalhadora, o CEI é uma extensão de suas casas; e para a criança, uma referência extremamente importante para seu desenvolvimento.

Precisamos enxergar o potencial agêntico dessas instituições para as famílias da classe trabalhadora, bem como, enquanto instituições coletivas de ensino, lutar por concepções de infância que estimulem, de fato, o desenvolvimento da agência das crianças, tornando-as críticas e conscientes de sua realidade vivida, oportunizando lhes experiências que realmente promovam sua formação de agentes transformadores no mundo. Para tanto, devemos nos desprender de certos posicionamentos que condicionam a criança ao contexto social, como se fosse apenas produto de seu meio, sem levar em conta a capacidade de agência dos sujeitos no mundo (STETSENKO, 2020).

O fechamento dos CEIs afetou a educação das crianças da classe trabalhadora, por ausência de alimentação equilibrada e de qualidade, por falta de tempos e espaços seguros para elas brincarem, bem como de interação, de afetos, de proteção e cuidado, além dos processos e das relações de ensino-aprendizagens, que, de forma geral, não foram efetivados.

Pois, como vimos, as estratégias utilizadas pelas famílias do Jardim Solemar para a educação das crianças no contexto de pandemia variaram. Mesmo a família que dispunha de conhecimento e de condições materiais para ficar em casa durante o período em que as instituições educativas permaneceram fechadas, porém, não conseguiu executar as propostas de maneira a ter um bom resultado. Em virtude da fragilidade econômica das famílias investigadas, a maioria não conseguiu permanecer em casa para se proteger, pois estas estavam condicionadas às suas relações de trabalho.

Nesse sentido, existem efeitos decorrentes do fechamento das instituições educativas para crianças de comunidades periféricas já fragilizadas pelas relações econômicas, a interrupção das aulas significa também a falta de acesso à alimentação, que muitas vezes é a única refeição com qualidade do dia.

Do ponto de vista pedagógico, há prejuízo no aprendizado das crianças de forma geral, já que a mediação é associada ao uso de propostas que proporcionam experiências concretas e interativas, para consolidar o conhecimento, as quais não sabemos se são possíveis de alcançar ‘a distância’. Sem as instituições educativas, as crianças passam mais tempo em casa e podem vivenciar experiências relacionadas à violência e à negligência familiar. Nesse sentido, precisamos lutar para que as crianças e a infância tenham lugar nas discussões e análises econômicas e políticas, pois “[...] compreendemos que a criança é um sujeito que também se forma e se condiciona dentro das relações sociais de produção capitalistas” (ALCUBIERRE, 2017, p. 47).

É preciso lutar coletivamente pela possibilidade de transformação desse mundo, para além dessa forma de trabalho assalariado e explorado, que nos distancia da essência da transformação da natureza. Para além dessa relação ontológica do trabalho na sociedade capitalista, desse trabalho alienado, dominante e explorado. Somos produtos dessa sociedade e dessas relações com o mundo do trabalho e, nesse sentido, somos produtos de nós mesmos (THOMPSON, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As considerações aqui colocadas são ‘iniciais’, pois a luta continua e deve ser ainda mais forte.

Esta pesquisa foi motivada pelas experiências como professora temporária de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São José, especificamente após adentrar a comunidade periférica de Jardim Solemar e das reflexões sobre os acontecimentos anteriores, ocorridos no momento de minha escolha por essa vaga de emprego, concentradas na fala de uma das funcionárias do setor de RH, que insistiu em perguntar se eu conhecia ‘*aquele lugar*’.

A experiência como docente ‘nesse lugar’ me despertou alguns questionamentos e hipóteses, que me levaram a pensar em como colaborar, de alguma forma, para a ‘desconstrução’ daquele rótulo. Tais questionamentos e indagações me impeliram a apresentar a comunidade por meio de ‘*novas lentes*’. Essas experiências, mesmo de forma superficial, se comparadas ao problema observado, motivaram-me a conhecer, de fato, a realidade vivida pela comunidade diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pela precariedade de suas condições materiais.

A inserção nessa comunidade me fez conhecer o que havia por de trás dessa ‘*fronteira invisível*’ e perceber que a imagem de violência e do tráfico de drogas, presente na fala das profissionais do RH da Prefeitura, partia do senso comum, pois elas não conheciam, de fato, a comunidade ou a realidade vivida por aquelas famílias. Nesse sentido, elas estavam a reproduzir uma fala baseada na análise superficial do problema: violência e tráfico de drogas, sem, de fato, analisar as causas desses problemas sociais.

Era preciso apresentar a comunidade sob outra perspectiva. O tráfico de drogas existe, é real, oriundo das desigualdades e contradições do sistema capitalista, mas a minha função aqui é de revelar como é, de fato, a comunidade periférica Jardim Solemar e como os moradores organizam suas vidas dentro do contexto pandêmico atual em que vivemos, perante sua condição de classe, buscando apresentar a realidade vivida pela comunidade para além do tráfico de drogas.

Como pesquisadora, carrego em minhas mãos muita responsabilidade; mais do que este compromisso social, tenho o dever e a responsabilidade de tratar os sujeitos participantes desta pesquisa com dignidade e respeito. Após adentrar em campo de maneira respeitosa, foi possível observar, conhecer, compreender e revelar, por meio das análises dos elementos coletados, uma comunidade estigmatizada pelo descaso e pela exclusão.

A pesquisa revelou-nos que a classe trabalhadora, historicamente, convive com o descaso, a exploração, o preconceito, a violência e a miséria como expressões das desigualdades e da divisão de classes.

As análises que expõem os efeitos da pandemia da Covid-19 na comunidade periférica Jardim Solemar partem, primeiramente, dos referenciais bibliográficos e das análises socioeconômicas, tendo como base a coleta de informações nas fichas de matrícula das crianças, que, interligadas ao histórico do CEI e da comunidade, possibilitaram-nos, num segundo momento, consolidá-las a partir da análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com as famílias, com a direção do CEI e com a líder da comunidade. Essas análises apoiam-se também nas vivências e experiências observadas no referido CEI, elementos estes fundamentais para alcançarmos os objetivos inicialmente pretendidos.

A aproximação ao campo e aos sujeitos da pesquisa nos permitiu conhecer a realidade vivida pelas famílias e pelas crianças no contexto pandêmico, revelando-nos, com base na compreensão da Teoria Histórico-Cultural e nos estudos marxistas, uma realidade que, inevitavelmente, leva-nos a pensar nas implicações dos condicionamentos da classe social, que limitam e dificultam a capacidade de agir contra este modelo opressor e desigual, ao negar-lhes o acesso a condições materiais, ao conhecimento e às ferramentas sociais necessárias para o seu enfrentamento (MARX, 2004; STETSENKO, 2019).

As análises foram feitas à luz da teoria do trabalho, oriunda do materialismo histórico-dialético, um conceito que ocupa uma posição central nas obras de Engels (1986); Marx (2004), 2008, 2011; Marx e Engels (2007); Thompson (2002) e Federici (2017), autores que apregoam a construção do ser histórico e social, fundamentado pelo trabalho. Sob essa ótica, compreendem que os condicionantes econômicos e socioculturais são produzidos a partir dessas relações com o trabalho.

Para Engels (2004) “o trabalho criou o próprio homem”. Partindo dessa compreensão, foi o trabalho que permitiu ao homem diferenciar-se das demais espécies, transformando a natureza que o concebe, de maneira intencional, num processo dinâmico e sem fim, possibilitando o desenvolvimento de novas relações sociais e funções psíquicas essencialmente humanas.

Com base nessa evidência, colocamo-nos a discutir os efeitos das transformações ocorridas nas relações entre o homem e o trabalho, a fim de conhecer quais efeitos a exploração e alienação desse trabalho provocam na classe trabalhadora, que inclui os empregados, os desempregados, os autônomos, os subempregados, as crianças, os idosos, os enfermos, ou seja, todos aqueles que não detêm os meios de produção material.

Como o trabalho rege a vida em sociedade, podemos depreender que sua ausência exerce impacto substancial sobre a qualidade da vida das pessoas que não dispõem dos meios e das condições materiais para suprir suas necessidades básicas mais emergentes. Sobre esse aspecto, recorremos a Vigotski (2010, 2018), cujos estudos evidenciam que a criança, ao relacionar-se e interagir com os membros do seu grupo e sociedade, apreende os diversos signos e significados da vida humana, que são construídos socialmente. Com base *nessas experiências* construídas e consolidadas, *ela se forma*. Nesse sentido, de que maneira as crianças estão se formando durante o contexto pandêmico? Para aprofundar essa compreensão, analisemos o relato da líder da comunidade, na parte em que ela descreve que, no início, “*todo mundo que trabalhava no tráfico era morador da comunidade. Agora tem só tem dois meninos, o resto é de fora. Eles foram arrumar emprego, sabe? Conseguimos arrumar emprego por meio do Jovem Aprendiz*” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021). Temos elementos reais para nos desvincularmos da ótica do senso comum, que reproduz a ideia de que os jovens envolvidos com o tráfico de drogas querem ‘vida fácil’, pois em uma comunidade que não possui educação básica, que lida com a fome e a miséria diariamente, que tem problemas com o abastecimento de água e energia elétrica, que não possui parques nem praças para as crianças e os jovens brincarem e desenvolverem-se em segurança, cujos moradores não conseguem empregos estáveis, pelo estigma do local onde vivem, e pelas inúmeras faltas e desassistências não conseguem prosseguir com seus estudos em nível básico, não podemos mais afirmar que estes jovens procuram o tráfico de drogas por ser uma opção ‘mais fácil’. Com base nesses elementos, é possível que esta opção, possivelmente, seja a única forma de conseguir alguma renda.

Santos (2008, p. 209), em sua pesquisa, perguntou a uma moradora da comunidade Chico Mendes se ela sabia os motivos do envolvimento de crianças, jovens e famílias com o tráfico de drogas, e a entrevistada responde “Então... É o dinheiro fácil, é o poder, é o ser grande na comunidade, sabe? É ter o respeito dos outros”.

A pesquisa de Santos (2008) também revela muitas faltas: a falta de lugar para as crianças brincarem em segurança, pois, apesar de a comunidade possuir parques revitalizados, a violência dos confrontos diários entre a polícia e o tráfico não permite que as crianças brinquem em segurança; a falta de acesso aos serviços com qualidade, como o acesso ao posto de saúde. E ainda que esta comunidade, por ser violenta, também carrega o estigma social do ‘território’, impedindo ou dificultando que as famílias consigam empregos estáveis em carteira. Talvez essa moradora esteja apenas reproduzindo a ideia do senso comum, ao fazer uma análise superficial do fenômeno aparente, pois, como ela também nos narra, “Se eu for

contar todos que seguiram o caminho certo, bem poucos, bem poucos mesmo, a maioria já tá virado assim oh. [...] Eu acho também que vai muito da educação dos pais né, sei lá o que houve, não sei, não sei explicar” (SANTOS, 2008, p. 210).

São tantas faltas que nem ela sabe explicar o porquê do fenômeno. Ainda que o tráfico de drogas não tenha sido o objeto desta pesquisa, ele faz parte desta comunidade pesquisada e, nesse sentido, coloca-nos a refletir sobre tal fenômeno, comum em comunidades periféricas.

Os indícios observados nesta pesquisa apontam que dificilmente alguém que tenha outra opção escolhe abrir mão da própria vida, trabalhar na rua, sob as intempéries do tempo, sem poder usar o banheiro ou comer durante o tempo de trabalho e, com base nos elementos e no contexto observado nesta comunidade, não nos cabe pensar que tais condições promovam o ‘deslumbre’ de tantos jovens.

Cabe-nos ainda considerar que, apesar dos contextos econômico e cultural condicionarem de forma significativa a formação de ‘ser social’, isso não significa que estes elementos, signos, significados, cultura, entre outros, sejam ‘absorvidos’ em sua forma pronta e acabada, como se todas essas categorias fossem apenas uma somatória das relações sociais existentes dentro de um sistema estático em seu tempo histórico (WILLIAMS, 2011). Concordando com esta afirmação, estamos o tempo todo criando novas formas e possibilidades de ser e de estar no mundo cujas relações são estabelecidas por meio da agência constante e do movimento de recriação e reinterpretação destas informações, conceitos e significados (STETSENKO, 2019).

Assim sendo, com base nos relatos da líder da comunidade, a oportunidade do acesso aos jovens a uma formação por meio programa Jovem Aprendiz oportunizou aos sujeitos desta comunidade *outra* possibilidade de *escolha*. Ainda que este programa se coloque a serviço do capital e que as relações de trabalho compreendam a lógica do empregador, dada pela relação da exploração de força de trabalho, o programa possibilita a esses jovens condições de vida melhores. Nesse sentido, as crianças e jovens participam da vida em sociedade apropriando-se dos signos e significados da cultura e, nesse processo, *assumem posições*, tomam decisões, *fazem escolhas e tornam-se agentes sociais* (STETSENKO; HO, 2015).

As mudanças históricas ocorridas na natureza do trabalho influenciaram as alterações sociais com relação à família, ocorridas pela efetivação do modo capitalista de produção, e, por consequência, alteraram as bases das condições objetivas e subjetivas de produção da vida humana. Essas mudanças nortearam novas concepções acerca da criança, que assume um papel importante dentro deste novo modelo de sociedade, como filhos e filhas da classe

trabalhadora; ao serem incorporados pelo modelo de ‘família’ construído pela sociedade burguesa, passam a necessitar de uma formação básica.

A partir dessas transformações históricas, torna-se urgente refletirmos sobre os desafios sociais que as famílias da classe trabalhadora enfrentam diante da diversidade e das contradições de classe. Portanto, é preciso realizar uma releitura das categorias e dos conceitos que balizaram a formulação deste modelo de sociedade e de Educação Básica, mais especificamente da Educação Infantil, para, com base nos currículos atuais, questionarmos: de que forma a educação tem colaborado para reprodução ou para a transformação deste modelo de sociedade?

No tempo em que esta pesquisa ocorreu, em meio a tantas adversidades enfrentadas pela classe trabalhadora durante a pandemia, em especial a precarização das relações de trabalho e educação, quais são as nossas possibilidades de agir? Qual o papel da Educação Infantil nesse momento histórico?

Como fica a função social da Educação Básica para a sociedade quando tal modelo educacional foi construído e está sendo reformulado em meio às relações de poder e de disputas voltadas a atender aos organismos internacionais? Como garantir os direitos da infância em nosso país, que, apesar de pautado numa perspectiva ‘democrática’, tem práticas punitivas ou compensatórias para as crianças e os jovens pobres? Como pensar em práticas efetivas de proteção à infância se o modelo educacional vigente estabelece a obrigatoriedade de matrícula na Educação Infantil apenas para crianças a partir de 4 anos de idade, relegando a segundo plano, dessa maneira, todo o movimento histórico, civil e social das mulheres operárias, que conquistaram, na CF/1988, o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988, art. 208, inc. IV)? Cumpre lembrar de que foram os movimentos sociais de luta pela *obrigatoriedade de oferta de vaga em instituições educativas públicas e gratuitas* que movimentaram o campo de pesquisas e políticas educacionais para a primeira infância.

Buscamos, por meio desta pesquisa, salientar que todos os grupos sociais estão a sofrer influências, seja a classe trabalhadora, seja a classe burguesa, pois todos os sujeitos estão a relacionar-se no mundo. A visão das funcionárias do RH, carregadas de senso comum, manifesta, na prática, os efeitos que tais influências e condicionantes econômicos, políticos e culturais exercem na vida dos indivíduos. Dessa maneira, descortinamos a forma determinista de olhar e de julgar os sujeitos e, conseqüentemente, de ver e julgar as famílias e crianças da comunidade Jardim Solemar.

Os relatos da líder da comunidade são carregados de resistência, de mobilização social individual e coletiva, de postura ativista e transformadora (STETSENKO, 2019).

Também tentamos descortinar as diversas construções histórico-sociais do conceito de infância, retratadas sob a forma de perfis em todas as esferas sociais, demarcadas e engessadas dentro de seu contexto de classe, cujas análises constroem e reconstroem imagens de uma infância genérica.

As evidências teóricas e de campo nos impelem a considerar a diversidade das condições de vida e as múltiplas realidades existentes em sociedade. No decorrer desta pesquisa, vimos alguns autores que estudam a infância, por vezes, também se concentrarem em desvendar uma imagem de uma criança e de uma infância genéricas ou imobilizadas dentro de seu contexto de classe.

A Teoria Histórico-Cultural, por sua vez, parte do pressuposto de que ninguém está isolado de seu contexto histórico, econômico e cultural, pois podemos agir e, por isso, vivemos em constantes transformações (STETSENKO, 2019).

A pesquisa revelou também que, ainda que existam leis que garantam os direitos da criança e a preservação de sua infância, as crianças vivem marcadas pelo seu contexto de classe, sem garantias de educação, saúde, alimentação, moradia, saneamento básico e segurança. A ausência de tais garantias contribui para a reprodução da ideia de que a desigualdade social é produzida pela ‘natureza biológica’, cultural ou por costumes partilhados por determinados grupos sociais.

Para além da classe social, o materialismo histórico-dialético, sob a forma capitalista de produção, reconhece que os demais condicionantes de raça/etnia, gênero, cultura e religião são elementos que, ao mesmo tempo em que atravessam à classe social, em grande medida, são orientados por ela (TAYLOR, 2018). Estes elementos também condicionam as crianças, que, inseridas em seu contexto de classe, são orientadas por eles desde a mais tenra infância.

Os sujeitos participantes desta pesquisa nos revelaram as inúmeras dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora, que foi substancialmente afetada pelo contexto pandêmico, com relação ao trabalho e à ausência dele, bem como pela ausência de condições materiais que os impossibilitaram de ficar em casa e protegidos, pela precariedade nas condições de atendimento para o desenvolvimento das propostas educativas destinadas às crianças durante o período da educação emergencial.

As entrevistas e os relatos das famílias nos mostraram uma comunidade que resiste e luta por direitos, por acessos, mesmo diante dos desafios provocados pela pobreza, pela violência e pelo descaso do poder público. As análises produzidas extravasaram para além das

aparências, evidenciando que as famílias convivem de maneira precária e instável, em virtude das desigualdades materiais de acesso à educação, à saúde, à moradia, à alimentação e ao trabalho.

Mesmo diante das dificuldades socioeconômicas por elas enfrentadas, devido aos empregos informais e ao desemprego, poucas são as famílias que recebem algum benefício do governo federal (Bolsa-Família ou auxílio emergencial), o que nos leva a perceber as contradições existente dentro do próprio programa.

Os relatos da líder da comunidade e das famílias comprovam que, por conta dessas características, e também por residirem em uma comunidade estigmatizada pela criminalidade e a violência, decorrentes do tráfico de drogas, os moradores sofrem com o descaso das políticas públicas e de entidades de assistência, dependendo, na maioria das vezes, da ajuda solidária de pessoas voluntárias.

Em relação ao contexto pandêmico, as entrevistas demonstraram as formas pelas quais as famílias organizaram suas vidas com relação ao trabalho e à educação de seus filhos.

Com relação ao trabalho, evidenciou-se maior fragilidade e instabilidade econômica, em virtude dos cortes de salário e do desemprego. Cenário este que se desdobra no contexto das crianças da comunidade Jardim Solemar, que, impedidas de frequentar o CEI, tiveram perdas educacionais, emocionais e nutricionais, fatos estes que, mediante as condições de classe impostas a elas, além de confiná-las nos espaços da casa e de quintais de vizinhos ou da família, em virtude da ausência de espaços públicos como parques e praças na comunidade, negam-lhes o direito da liberdade protegida e do prazer de brincar e interagir socialmente.

Percebemos também, para além da ausência dos espaços, uma infância demarcada pela pobreza material, ligada à não satisfação de necessidades básicas mais urgentes e elementares como alimentação, moradia, vestuário, educação, saúde, entre várias outras. A carência nutricional impacta negativamente o desenvolvimento cognitivo, físico e emocional, em médio e em longo prazo.

Com relação à educação das crianças, a pesquisa nos mostrou que o modelo de ensino emergencial não se adaptou às necessidades da comunidade, pois as famílias estavam impossibilitadas de auxiliar seus filhos nas propostas pedagógicas, em virtude da ausência de conhecimento para acessarem as plataformas de ensino disponibilizadas pelo Estado, pela precariedade de acesso à internet, pela precariedade de condições materiais, pela incapacidade e/ou dificuldades de compreensão das propostas, pela ausência de formação e de conhecimento específicos para desenvolver as propostas pedagógicas para as crianças, e ainda pela

incapacidade de transformar o lar – ambiente doméstico – em um CEI, afinal: “*Santo de casa não faz milagres*” (FAMÍLIA D, 2021).

Esse fato nos leva a refletir sobre os efeitos do projeto de lei que implementa o *homeschooling*³² em nosso estado. No Brasil, a falta de investimentos na escola básica não é recente, e as políticas públicas têm realizado diversas manobras, na tentativa de ‘compensar’ essa desigualdade de acesso, a exemplo de reduzir o tempo da Educação Infantil, tornando obrigatória a matrícula da criança apenas a partir dos 4 anos. Essa medida não contribui para a melhoria da qualidade da educação ofertada, pelo contrário, desestrutura-a, pois, na prática, há menos tempo para desenvolver propostas que respeitem o direito de brincar, de interagir, de socializar e desenvolver-se na infância, em ambiente diverso do familiar.

O mesmo ocorrerá com a implantação de tal projeto ou ‘modalidade’ educativa; ao invés de investir na qualidade dos serviços das escolas públicas, que sofrem com a falta de estrutura e professores com baixa remuneração, o Estado pode vir a chancelar a ‘nova’ opção do ensino doméstico, contrariando o que preconizam as legislações atuais vigentes, como o ECA e a LDBEN, as quais obrigam a família a matricular os filhos em uma escola/creche.

Isso nos mostra que as reais intenções das políticas públicas nacionais favorecem a mercantilização do ensino, além das incompatibilidades e incongruências sobre como se efetivará os direitos de aprendizagem e as competências exigidos pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, elaborada com a intenção de ‘nivelar’ a qualidade do ensino público e gratuito, tornando-o equânime.

Na prática, o *homeschooling* provocará ainda mais desigualdades educativas, pois reduz substancialmente o convívio e a interação com pessoas de famílias diferentes, por exemplo. Com menos alunos frequentando a Educação Básica – o ensino público e gratuito –, menor será a verba destinada a tais instituições. Além disso, promoverá a desvalorização do profissional da educação e a dará abertura para o mercado privado da educação, com os chamados professores *freelancer* (livres ou autônomos, em tradução livre), precarizará as relações de emprego, fortalecendo ainda mais o poder das igrejas evangélicas sobre o ensino, pois abre a possibilidade de essas instituições montarem suas próprias estruturas educativas. Nesse sentido, a substituição de professores licenciados por tutores sem formação pode levar à desvalorização dos atuais educadores, ou ainda legitimar (pela precariedade do ensino) o modelo privado de educação.

³² “A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou na tarde desta quarta-feira dia 27/10/2021, o Projeto de Lei Complementar de autoria do deputado Bruno Souza, do Novo, que regulamenta o ensino domiciliar em Santa Catarina, conhecido como *homeschooling*. A matéria segue agora para sanção ou não do governador Carlos Moisés (sem partido)” (MANARIN, 2021).

As análises realizadas na comunidade pesquisada dão testemunho de que a condição social desigual em que as famílias vivem no dia a dia se constituiu devido à falta de condições materiais e de acessos como: falta de oportunidade de emprego para os jovens – por isso a necessidade de realizar o programa Jovem Aprendiz; a baixa escolaridade; a ausência de locais para o lazer; a educação; a falta de abastecimento de água e luz; a ausência de tratamento de esgoto doméstico.

As análises sobre a produção acadêmica evidenciam a necessidade e a urgência em se pesquisar sobre as categorias ‘classe’ e ‘educação infantil’, a fim de se discutir a importância da educação para além da formação/reprodução, colaborando de forma ativa para com a transformação deste modelo de sociedade. Com isso seria possível a explorar a dimensão ética e política da produção do conhecimento e do reconhecimento de seus contextos de classe, para, com base nesses elementos, produzir ações práticas que contribuam para o conhecimento crítico da situação vivida, possibilitando aos educandos a oportunidade de se posicionarem diante de questões sociais e científicas relacionadas à suas próprias vidas, sua comunidade e a sociedade de modo geral. A classe trabalhadora não deve estar condicionada a sobreviver do auxílio de políticas públicas que (não) atendem às suas necessidades mais urgentes e imediatas, nem são capazes de resolver os problemas reais da sociedade (FREIRE, 1999).

Em virtude da desigualdade econômica da comunidade pesquisada, a ausência da Educação Infantil durante o período pandêmico mais crítico negou às crianças da classe trabalhadora, além do direito de aprender, o direito de brincar ‘livremente’ com seus amigos, por conta da insegurança e da ausência de espaços próprios fora dos muros da instituição educativa. Nesse sentido, o CEI é o único espaço público na comunidade em que as crianças brincam, vivem os momentos de fantasia, de imaginação, de ludicidade, têm acesso aos brinquedos, às propostas educativas, às brincadeiras, aos espaços e aos materiais que não acessam em casa, a relações e interações que lhes possibilitam construir suas identidades.

As entrevistas com as famílias e os relatos da líder da comunidade e da diretora da instituição educativa nos revelam que muitas residências não possuem estrutura adequada para que as brincadeiras ocorram, e a vida das crianças se limita, equivocadamente, ao convívio adulto e ao acesso às mídias digitais, por meio do uso do *tablet* e do celular.

Ademais, o fato de as crianças estarem sendo cuidadas e educadas com segurança torna o espaço da instituição um alicerce fundamental para as famílias da classe trabalhadora, uma vez que, além de protegidas, também recebem alimentação de qualidade e têm a possibilidade de aprender e a vivenciar contextos sociais diversos dos seus.

Entre as análises já evidenciadas, destacamos que: a) a pobreza não é resultado de uma escolha ou comportamento individual, mas, sobretudo, resultado de um modelo de sociedade que se utiliza das relações de poder de base socioeconômica para explorar sujeitos desprovidos dos meios e das condições materiais; b) que a pandemia provocada pela Covid-19 acentuou ainda mais as desigualdades econômicas da comunidade pesquisada; c) que a ausência do CEI afetou a vida das crianças pertencentes à comunidade, pela ausência de alimentação com qualidade, de tempos e espaços para brincarem e interagirem em segurança, bem como pela dificuldade de desenvolvimento das propostas pedagógicas; d) que as instituições educativas que atendem comunidades periféricas representam para as famílias da classe trabalhadora “*Tudo! Educação, disciplina, evolução da criança em geral*” (FAMÍLIA A, 2021). Compreendemos que este ‘tudo’ vai muito além do cuidar e do educar, pois o CEI torna-se uma referência para as crianças e suas famílias: “*a creche é a minha casa, é a casa dele*” (FAMÍLIA B, 2021). Estas instituições educativas formam-se em parceria com as famílias a ponto de representarem “*amor, companheirismo, família [...], é como se fosse a segunda família*” (FAMÍLIA C, 2021). E, pedagogicamente, garantem uma “*aprendizagem diferenciada do que eles têm em casa*” (FAMÍLIA D, 2021).

Assim, consideramos que as análises produzidas, tendo como base os relatos referentes às condições de vida das famílias da classe trabalhadora da comunidade Jardim Solemar durante a pandemia, respondem aos questionamentos formulados inicialmente e representam a forma como se constituem as famílias da classe trabalhadora, com suas fragilidades e dificuldades com relação às condições de vida, trabalho e educação de seus filhos, confirmando a condição de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias e crianças desta comunidade, que aprendem desde cedo a conviver com o preconceito e o estigma, vinculados ao local onde vivem e à maneira como vivem.

Na atual conjuntura de acirramento das desigualdades sociais, em virtude da crise pandêmica, ressaltamos com veemência a necessidade de lutar contra essa lógica perversa do capital, que produz suas contradições e exclusões sociais, naturalizando a pobreza como oriunda de um problema cultural ou individual.

O desejo inicial de desconstruir ‘o olhar’ estigmatizando pelo senso comum acerca da violência, do tráfico de drogas e da desigualdade de classe se materializou nos relatos de vida e na experiência vivenciada pelas famílias da classe trabalhadora, tornando-nos possível desvelar as implicações desta desigualdade de classe, compartilhada desde a infância das crianças. Com isso, tais relatos nos oportunizaram conhecer o outro lado da história, o lado

dos oprimidos, dos excluídos, das famílias trabalhadoras e honestas, bem como nos inteirar do movimento de luta por melhores condições de vida, da luta por direitos.

Buscamos apresentar a realidade desta comunidade periférica sob a ótica da emancipação humana e, nesse sentido, as reflexões iniciais levantadas nesta pesquisa podem contribuir, particularmente, com a educação executada nas áreas periféricas, colaborando para a desconstrução de pré-conceitos que, ao longo dos processos históricos, tornaram-se elementos cristalizados na cultura e historicamente partilhados.

Somos diversos, heterogêneos e altamente complexos, somos agentes que atuam e exercem, no cotidiano, novas formas de ser e estar no mundo e, nesse movimento, modificamos o mundo e nos transformamos ao mesmo tempo.

Que o movimento da sociedade de hoje nos torne sujeitos mais críticos e conscientes dos aparatos sociais que veiculam a ideia de que a pobreza existe em virtude dos costumes, dos hábitos e da cultura de certos grupos sociais, e que essa tomada de consciência crítica nos movimente a pensar em ações e a produzir atividades coletivas que tenham como objetivo comum promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Que este seja o nosso motivo impulsionador de mudanças estruturais, guiadas pela necessidade do homem em atribuir-lhes um sentido pessoal e, portanto, eficaz em mobilizar ações coletivas que disponham de uma visão mais radical da agência. Que essas ações práticas conduzam, efetivamente, ao combate das desigualdades e injustiças sociais (LEONTIEV, 1978, STETSENKO, 2019).

Destacamos ainda que as problematizações desenvolvidas e analisadas ao longo desta dissertação não objetivam, em hipótese alguma, trazer respostas prontas e acabadas. Seria impossível limitá-las nestas páginas e tampouco explorá-las em todas as suas possibilidades e formas, mas pretendemos lançar argumentos que possam servir de reflexão para novas análises e investigações em educação, que, norteadas pela realidade concreta, possibilitem a compreensão dos efeitos da desigualdade de classe, que, somados às políticas públicas do Estado, estendem-se às desigualdades educacionais.

Principalmente as desigualdades relacionadas à educação infantil, que têm excluída parte das crianças, especialmente as originárias de famílias trabalhadoras, como as que vivem na comunidade periférica Jardim Solemar. Essa exclusão tem contribuindo para a reprodução da exploração de trabalhadores no sistema capitalista. Não podemos aceitar que a nossa classe nos reste apenas “*continuar mendigando, como sempre*” (DONA JANE, REGISTRO DE CAMPO, 2021).

Cabe-nos, ainda, ao finalizar esta etapa, atualizar os últimos acontecimentos na comunidade: o CEI foi fechado no fim do ano letivo de 2021, em virtude das condições precárias de infraestrutura. As crianças foram transferidas em período integral para a ONG Vinde a Mim as Criancinhas, que fica próxima à comunidade pesquisada. O transporte escolar será oferecido, para facilitar o traslado das crianças nesta unidade, até que a construção do novo CEI seja realizada.

O sentimento de tristeza nos leva a problematizar essa situação. Por que uma ONG? Nas proximidades da comunidade estudada existem 3 CEIs. Se a prefeitura viu a necessidade de o atendimento das crianças se dar de forma integral, por que não ampliou o período em suas próprias instituições? Se é uma necessidade das famílias trabalhadoras, por que não garantir a oferta de vagas para as crianças desde bebês e em período integral? O repasse do dinheiro público poderia ser utilizado para a melhoria do próprio atendimento das crianças na Rede Municipal de Ensino de São José.

A luta continua, o esforço em produzir esta pesquisa em tempos de pandemia parte da necessidade de desconstruir o ‘rótulo’ que envolve as famílias e crianças da comunidade Jardim Solemar, e agora, mais do que nunca, precisa continuar. Para além de apresentar as famílias trabalhadoras da comunidade por meio de ‘outras lentes’, torna-se urgente pensar nas infâncias, que precisam ser atendidas, e nas famílias, que precisam de respeito e atenção.

Naquele lugar, eu vi a vida por meio de novas lentes.
Agora, com a distorção visual corrigida,
eu consigo ver com mais nitidez.
Não sei se enxergar melhor é bom,
porque, às vezes, o que eu vejo dói.
Mas também consegui ver o amor,
a esperança e a luta.
Porque do lado de lá eu fiz amigos,
que me fizeram atravessar barreiras invisíveis e
me ensinaram a enxergar também
com os olhos do coração.
Obrigada, Comunidade Jardim Solemar!
(Escrito pela autora, primavera, outubro de 2021)”³³

E a luta tem que continuar...

³³ Inspirado na obra de Antonie de Saint-Exupéry (2015, p. 70), *O Pequeno Príncipe*: “só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos”. Como na história do livro, em que o Pequeno Príncipe cativa uma raposa, e ela deixa de ser igual a cem mil outras e torna-se para ele única no mundo.

REFERÊNCIAS

- ALCUBIERRE, Karina, S. L. **Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida**. 2017. 284 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3sTcRc5>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ANDRÉ, Marli E. A. D.; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- ARIÈS, Phillipe. **A história social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARIEVITCH, Igor; STETSENKO, Anna. The quality of cultural tools and cognitive development: Galperin's perspective and its implications. **Human Development**, [S. l.], v. 43, p. 69-93, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3sTcRc5>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. O significado da infância. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1. 1994, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Ministério de Educação e Desporto, 1995. p. 88-92.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SILVA, Maurício Roberto da. (org.). **Trabalho, infância: exercícios tensos de ser criança: haverá espaço na agenda pedagógica?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemias. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 9-15, maio 1987. ISSN 1678-4464. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1987000100002>. Disponível em: <https://bit.ly/3sT7Zn7>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BARBOSA, Ivone G.; SOARES, Marcos A. Educação Infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um “novo normal”? **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 35-57, jan./jan., 2021. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79044>. Disponível em: <https://bit.ly/3pNrsnx>. Acesso em: 5 maio 2021.
- BARCELLOS, Luís Henrique dos Santos. **A Ciranda Infantil e as crianças Sem Terrinha: educação e vida em movimento**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade

Estadual Paulista, Marília, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3MyoJrA>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY Jacqueline. O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p.

BATISTA, Rosa; SCHMIDT, Leonete Luzia. Constituição de um acervo documental sobre a história da Educação Infantil em Santa Catarina na primeira metade do século XX. **Linhas**, Florianópolis, v. 19, p. 292-324, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3HTVIIM>. Acesso em: 5 maio 2021.

BATISTA, Rosa; PASSOS, Joana Célia; SCHMIDT, Leonete Luzia. Crianças belas, sadias e robustas: o futuro da raça brasileira nas políticas de proteção à infância em Santa Catarina nos idos de 1940. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 2, p. 453-479, jun. 2019. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://bit.ly/3tN8KxA>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BILIONÁRIOS do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial. **Oxfan Brasil**, [S. l.], 19 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3MDfdn5>. Acesso em: 5 maio 2021.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos C.; KUHLMANN, Moysés (org.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-60.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador**: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Unesp, 2017.

BUSS-SIMÃO, M.; LESSA, Juliana S. Um olhar para o(s) corpo(s) das crianças em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1420-1445, dez./dez. 2020. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/19804512.2020v22nespp142>. Disponível em: <https://bit.ly/3vKeJFU>. Acesso em: 5 maio 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL [Constituição (1824)]. Constituição Política do Imperio do Brazil. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.3.1824. In: BRASIL. **Coleção das Leis do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1824. Disponível em: <https://bit.ly/3HTHKBr>. Acesso em 5 maio 2021.

BRASIL. Decreto n. 21.076, de 24 fevereiro de 1932. Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, p. 3385, 26 fev. 1932. Disponível em: <https://bit.ly/3HXxIPA>. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL [Constituição (1934)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Institui a Constituição Federal do Brasil. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ, Seção 1 – Suplemento, p. 1, 16 jul. 1934. Disponível em: <https://bit.ly/3u6aSCn>. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL [Constituição (1967)]. Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 7313, 16 maio 1985. Disponível em: <https://bit.ly/3tJCP0C>. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2VDBNGg>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3ajF4yp>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3ARNo41>. Acesso em 5 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 4 ago. 2009a. Disponível em: <https://bit.ly/3Co9AEO>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 18, 18 dez. 2009b. Disponível em: <https://bit.ly/3EPIjM3>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. **Bolsa-Família 2003-2010**: avanços e desafios. Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: Ipea, 2010. 2 v. 366 p.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. A Gestão do Programa. **Ministério da Cidadania**, Brasília, 2 jul. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3hRvcju>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1 – Extra, p. 1, 4 fev. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3vQQMwD>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 7 fev. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3tEMBkH>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. **Diário Oficial da União**:

Brasília, DF, Seção 1, p. 39, 18 mar. 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/3MvKx7k>. Acesso em: 5 ago. /2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 9, de 8 de junho de 2020. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 129, 7 jun. 2020d. Disponível em: <https://bit.ly/3sTWDQ0>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria R.; MERCADO, Cristiano M.; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais. *In*: BARSTE, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Brasília: Cepia; ONU Mulheres, 2011.

CALAIS, Beatriz. Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021. **Forbes**, [S. l.], 10 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/366PUJC>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CAMPO, ISABELA C. O livro Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens de Nísia Floresta: Literatura, Mulheres e o Brasil do Século XIX. **História**, São Paulo, v. 30, p. 196-213, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Mzzjyv>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CDMAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

CEVASCO, Maria Elisa. Prefácio. *In*: WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

CONDE, Soraya F. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense**. 2012. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CONDE, Soraya F. **Trabalho invisível**. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CONDE, Soraya F. Quando o trabalho na infância se torna um problema social. *In*: ARROYO, Miguel, VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SILVA, Maurício Roberto da. (org.). **Trabalho, infância: exercícios tensos de ser criança**: haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 271-288.

CONDE, Soraya Franzoni; CASSIANI, Suzani. I can't breathe: reflexões sobre colonialidade e Covid-19 a partir da cidade de Nova Iorque, EUA. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade**, Dourados, v. 2, n. 2, p. 286-303, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/378tDeJ>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DEMENECH, Lauro Miranda; DUMITH, Samuel de Carvalho; VIEIRA, Maria Eduarda Centena Duarte and NEIVA-SILVA, Lucas. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por Covid-19 no Brasil. **Rev. Bras. Epidemiol**, São Paulo, v. 23, p. 1-12, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200095>. Disponível em: <https://bit.ly/373RY5m>. Acesso em: 2 mar. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Crise sanitária e econômica persiste e se intensifica. Boletim de Conjuntura, São Paulo, n. 27, mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3vPbZHe>. Acesso em: 1º abr. 2021.

ENGELS, Friedrich. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. In: TUCKER, Robert C. (org.). **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. p. 760-765. Originalmente publicado em 1890. Disponível em: <https://bit.ly/3HViryE>. Acesso em agosto de 2021.

ENGELS, Friedrich. O Papel do trabalho na transformação do macaco em homem. **O marxista**, [S. l.], 2004. Originalmente publicado em 1896. Disponível: <https://bit.ly/3Ks3Ah8>. Acesso em: 2 agosto de 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010a.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010b. p. 7-223.

FAMOSOS comentam as 500 mil mortes por Covid-19 no Brasil. **G1**, [S. l.], 19 jun. 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3pOTepZ>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FEDERICI, Sílvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Sílvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/34pmbuI>. Acesso em: 2 mar. 2020.

FEDERICI, Sílvia; CALIBÃ, E. A. **Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. Título original: Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation.

FELIX, Nayara da Silva Borges. “**Minhas crianças na escola**”: sobre mulheres, mães, trabalhadoras da zona rural de Feira de Santana e o tema da educação infantil. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/707>. Acesso em 04/4/2021.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças; SOARES, Maria Patricia Figueiredo. “Um jeito negro de ser e viver”: (re) inventando a vida no contexto da pandemia da Covid-19 – o que dizem as crianças negras e suas mães. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1229-1254, set./dez, 2020. ISSN 19804512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1>. Disponível em: <https://bit.ly/3tGLukD>. Acesso em: 5 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **História, histórias**. Brasília, v. 2, n. 4, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Prazer em conhecer Marx**: transformar o mundo. São Paulo: FTD, 1989.

GAGLIONI, Cesar. A fome que atinge 19 milhões de brasileiros na pandemia. **Nexo Jornal**, Rio de Janeiro, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IUafve>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 3 ed. Campinas: Alínea, 2003.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IANNI, Octavio. A construção da categoria. Aula ministrada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. **Revista HISTEDBR**, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011 ISSN: 1676-2584416. Disponível em: <https://bit.ly/3HTPG5y>. Acesso em: 10 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese dos Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da População Financeira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3HkdUBD>. Acesso em: 5 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD Covid-19: resultados por semanas de referência. Rio de Janeiro. 2020b. 19 p. Disponível em: <https://bit.ly/3HTPG5y>. Acesso em: 3 maio 2021.

KLEIN, Lígia Regina. Cadê a criança do Ariès que estava aqui? A fábrica comeu. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9. 2012, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2012. p. 3384-3393. Disponível em: <https://bit.ly/3HT7DBq>. Acesso em: 20 mar. 2021.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 116, p. 41-59, jul. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3KqkiNR>. Acesso em: 20 fev. 2021.

KUHLMANN JR., Moyses. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 78, p. 17-26, agosto, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3KqkiNR>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEONTIEV, A. **Activity, consciousness, and personality**. [S. l.: s. n.], 1978. Disponível em: <https://bit.ly/2Ti01Fp>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LESSA, S. Apresentação. *In*: ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3. ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 7-14.

LOPES, Jader Janer Moreira. Grumetes, pajens, órfãs do rei e outras crianças migrantes. *In*: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. (org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 13-30.

LOPES, Jader Jane Moreira. Geografia das crianças, geografia da infância. *In*: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (org.). **Infâncias**: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 43-56.

LOPES, Monique Rodrigues; AGUIAR, Rafael dos Reis. Carta das mulheres à Constituinte: uma análise sobre as leis de violência contra as mulheres a partir das críticas ao direito. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, e20681, 2020. ISSN: 2525-8036. Disponível em: <https://bit.ly/34qJMvb>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MANARIN, Karina. Aprovado o homeschooling em Santa Catarina. **ND Mais**, Florianópolis, 27 out. 2021 Disponível em: <https://bit.ly/3q86QWZ>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume I. Livro Primeiro. Tomo I.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl. A ideologia alemã. Tradução de S. D. Chagas. São Paulo: Centauro, 2004. p. 121-124

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006. Originalmente publicado em 1852.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, Hildete P.; SABBATO, Alberto Di. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. Até quando? *In*: BARSTE, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (org.). O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010. Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 179-185.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, 83-104, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3J0YCaH>. Acesso em: 2 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MULHERIO, São Paulo, n. 7, Maio/Junho 1982. Acervo Digital da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://bit.ly/3q81Y4m>. Acesso em: 25 fev. 2021.

NERI, Marcelo C. **Escala da desigualdade** – Qual foi o impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e Pobreza? Rio de Janeiro: FGV, ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3pOCI33>. Acesso em 7/1/2020.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação infantil em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. Tradução de Egléa de Alencar. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria. **Percepção das mulheres em relação ao direito e à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1996.

PINTO, M. A infância como construção social. *In*: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Bezerra, 1997. p. 62-70.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RIZZINI, Irma (org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAINT-EXUPERY, Antoine. **O pequeno príncipe**. São Paulo: Escala, 2015.

SANTOS, Mirtes, A. B. **“Eu nem tenho medo da polícia, porque já tô grandinha, tô acostumada com tiro, nem dou bola, durmo em paz”**: o confinamento e adultização da infância da família trabalhadora na comunidade Chico Mendes. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SARAIVA, Maura Laura. **Bilionários perfeitos. Forbes**, [S. l.], 14 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sSEgL2>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e culturas da infância**. Florianópolis: Udesc, 2002. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”. Disponível em: <https://bit.ly/3pOfnhG>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Produzindo pedagogias interculturais na infância. *In*: SARMENTO, M. J. (org.). **Culturas infantis e interculturalidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 19-39.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. *In*: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz

(coord.). **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, Mauricio Roberto. **Trama doce-amarga**: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: Hucitec, 2003. 356 p.

SMOLKA, Ana L. B. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. *In*: FREITAS, Marcos C.; KUHLMANN JR., Moisés (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 99-127.

SOARES, Maria do Carmo de Moura Silva. **O processo de nucleação escolar no campo**: implicações na educação infantil das crianças do campo no Município de Limoeiro-PE. 2017. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3MBYwsl>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOUZA, Rosa F. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil *In*: SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera T.; ALMEIDA, Jane S. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Unesp, 1998. p. 19- 62.

STEARNS. Peter N. **A infância**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

STETSENKO, Anna. From relational ontology to transformative activist stance: Expanding Vygotsky's (CHAT) project. **Cultural Studies of Science Education**, [S. l.], v. 3, p. 465-485, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3hU99sm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

STETSENKO, Anna. Transformative activist stance for education: Inventing the future in moving beyond the status quo. *In*: CORCORAN, Tom (org.). **Psychology in education: critical theory-practice**. Rotterdam, Netherlands: Sense Publishers, 2014. p. 181-198.

STETSENKO, Anna. Vygotsky's theory of method and philosophy of practice: implications for trans/formative methodology. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), p. 32-41, dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3MCF2nf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

STETSENKO, Anna (2019) Radical-Transformative Agency: Continuities and Contrasts With Relational Agency and Implications for Education. **Front. Educ.**, [S. l.], v 4, p. 1-13, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.3389/feduc.2019.00148>. Disponível em: <https://bit.ly/3Cv5efd>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, classe e marxismo. Tradução de Maíra Mee e revisão técnica de Deivison Mendes Faustino. **Revista Outubro**, [S. l.], n. 31, p. 179-186, 2º sem. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3HXalFO>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295 p.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORI, Mary. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442.

THEY, Haig Ng. Uma breve linha do tempo. **UFRGS**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KwsPyz>. Acesso em: 20 jun. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. Visibilidade social e estudo da infância. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

VENDRAMINI, Célia Regina Vendramini; CONDE, Soraya Franzoni. Vítimas do coronavírus: a classe trabalhadora imigrante. **Desacato**, Florianópolis, p. 1-7, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sWj3A0>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

VOCÊ sabe o que é um vírus? **UFRGS**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CoDyZ6>. Acesso em: 20 jun. 2021.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é de todos (Culture is Ordinary). Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: USP, 1958. Departamento de Letras, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3hY59qA>. Acesso em: 10 nov. 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

WOLFF, Carolina Gil Santos. **Ensino remoto na pandemia: urgências e expressões curriculares da cultura digital**. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hUNWi4>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ZERO-A-SEIS. Revista Eletrônica. Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1175-1176, dez. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1175EditorialAO>. Disponível em: <https://bit.ly/35KHxKb>. Acesso em: 2 jan. 2021.

**ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS
ENTREVISTADOS E PARTICIPANTES DA PESQUISA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO E INFÂNCIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da pesquisa: “Coronavírus e desigualdade de classe na Educação Infantil a partir da experiência do Centro de Educação Infantil da comunidade Jardim Solemar”

Nome da Pesquisadora: Danusa Daniela de Vargas

Nome da Orientadora Responsável: Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde

Caro(a) pesquisado(a): O/a Sr./Sra. está sendo convidado/a à participar da pesquisa

“CORONAVÍRUS E DESIGUALDADE DE CLASSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA COMUNIDADE JARDIM SOLEMAR”, que está sendo desenvolvida por mim, Danusa Daniela de Vargas, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de Mestrado na linha de pesquisa Educação e Infância, sob orientação da professora Dra. Soraya Franzoni Conde PPGE/UFSC.

A referida pesquisa tem como objetivo conhecer como a pandemia provocada pela Covid-19, acentuou as desigualdades econômicas das famílias pertencentes comunidade periférica do Jardim Solemar e como se deu a educação das crianças da classe trabalhadora impedidas de frequentar o Centro de Educação Infantil durante este período.

Como recurso metodológico, o processo de pesquisa se inscreve na perspectiva do materialismo histórico dialético e possui cunho qualitativo. Para a coleta de dados utilizaremos a observação, as conversas via aplicativo *WhatsApp* (que foi um dos recursos utilizados para a realização das entrevistas), o diário de campo e os registros áudio visual (fotográficos). A observação tem como foco realizar uma aproximação com as famílias da comunidade buscando analisar a infância no contexto social vivido. Para tanto, você está

sendo convidado (a), a participar dessa pesquisa, que se orientará a partir de conversas realizadas pelo *WhatsApp*, e/ou momentos de conversas realizadas em campo, na comunidade.

Ao concordar em participar deste estudo, o/a Sr./Sr.^a necessita permitir que o/a pesquisador/a colete, analise e publique os dados obtidos por meio dos registros de áudios e escritos com vistas a pesquisa para a comunidade científica, bem como para a sociedade civil. Além disso, esta pesquisa necessita da permissão do/a Sr./Sr.^a, para que a pesquisadora divulgue os dados levantados durante sua atuação no campo com base no estudo realizado com as famílias, líder da comunidade e direção da instituição educativa, se utilizando e realizando a publicação dos mesmos no resultado da pesquisa. Ressalto ainda, que a pesquisa foi autorizada pela Direção da Unidade Educativa que nos acompanhou durante o primeiro e segundo semestre do ano de 2021. A pesquisa totalizará quatro famílias, a líder da comunidade e a diretora da instituição educativa.

O/a Sr./Sr.^a tem liberdade de se recusar a participar em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Sempre que quiser, o Sr./Sr.^a poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, através do telefone da pesquisadora do projeto. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa, o/a Sr./Sr.^a, não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações e contribuições importantes para a prática pedagógica no tocante ao tema infância, para a formação de professores e diretores de educação infantil bem como no fomento de pesquisas para a infância sob a perspectiva de classe.

Dessa forma, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos como um todo, preservando a privacidade e sigilo dos participantes. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá recorrer aos seus direitos de acordo com a legislação vigente.

O/a Sr./Sr.^a, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela participação. Informamos que duas vias deste documento serão rubricadas e assinadas pelo (a) Sr./Sr.^a e pelo pesquisador responsável, o qual se compromete a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/16 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Eu,....., RG, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido/a e optar por livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

Assinatura:

O cumprimento das exigências contidas no item IV.3 do documento: “Informações gerais sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) baseado na Resolução 510/2016” e todos os procedimentos éticos necessários à pesquisa acadêmica é de nossa responsabilidade, enquanto orientadora e pesquisadora principal. O contato com as pesquisadoras e Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH, fica assim estabelecido:

Atenciosamente,

Danusa Daniela de Vargas Mestranda/Pesquisadora/UFSC

Soraya Franzoni Conde Professora/Orientadora/UFSC

Soraya Franzoni Conde (orientadora/pesquisadora responsável)

E-mail: sorayafconde@gmail.com

Danusa Daniela de Vargas (mestranda/pesquisadora)

Telefone: (48) 984121115. E-mail: danusad Vargas@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/UFSC Pró-Reitoria de Pesquisa Prédio Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400 Contato: (48) 3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A DIRETORA DO CEI

Essa entrevista foi realizada em 20/04/2021:

- 1) Como você observou a nova rotina imposta à comunidade? Elas conseguiram ficar em casa?
- 2) Como você vê o impacto da ausência do CEI para as famílias e crianças?
- 3) Quais foram as queixas e as demandas das famílias e crianças com a ausência do CEI?
- 4) Quanto à alimentação, como as famílias e CEI se organizaram?
- 5) Como você avalia o processo de ensino a distância e como se deu esse processo no tocante às especificidades do CEI (qual era a forma de comunicação entre as professoras e famílias, se tiveram acesso a mídias, acesso à internet ou se utilizaram apostilas)?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS FAMÍLIAS

1ª Família entrevistada (família que tem a renda alterada – pai perdeu emprego e mãe teve redução de carga horária/salário)- Família B - entrevista foi realizada em 20/04/2021.

2ª Família entrevistada (família com direitos garantidos em carteira e que pôde estar em casa durante a pandemia) – Família D – entrevista realizada em 10/06/2021;

3ª Entrevista entrevistada (família autônoma) – Família C –entrevista realizada em 19/07/2021;

4ª Família entrevistada (Mãe solteira e chefe de família) - Família A- entrevista realizada em 20/07/2021;

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual a sua escolaridade?
- 3) Qual a sua atividade profissional?
- 4) Qual a sua renda?
- 5) Quantos filhos você tem?
- 6) Foi atendido pelo auxílio emergencial?
() SIM () NÃO
- 7) Possui casa própria/cedida/alugada? Possui abastecimento de água encanada e luz?
- 8) E sobre a desigualdade social, de que forma sentem-se mais prejudicados?
- 9) Como o fenômeno (a pandemia) interferiu na vida de sua família, foi possível ficar em casa?
- 10) De que forma a pandemia afetou as suas relações com o trabalho?
- 11) Como se deu a organização das crianças sem a rotina do CEI?
- 12) Com quem ficou a criança durante esse período?
- 13) De que forma as crianças brincavam e em quais espaços?
- 14) Houve alteração na qualidade nutricional da alimentação da criança?
- 15) Como foi o processo de ensino remoto?
- 16) Como as crianças reagiram a essa nova realidade?
- 17) Quais os problemas e as dificuldades da rotina, na organização entre cuidar,
- 18) O que foi possível perceber que atrapalhou no desenvolvimento e na educação dos seus filhos?
- 19) Do que as crianças sentiram mais falta, do que mais reclamaram? E as famílias do que vocês mais sentiram falta?

20) Houve algo de bom nesse período para vocês (crianças e famílias)?

21) O que este espaço (CEI) representa para você e sua família?